Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

IX Legislatura **Número: 119**

IV Sessão Legislativa **Horta, Quinta, 15 e Dezembro de 2011**

Presidente: *Deputado Francisco Coelho*

Secretários: *Deputados José Ávila e Cláudio Lopes (substituído no decorrer da sessão pelo Deputado António Pedro Costa)*

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 07 minutos

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 07 minutos.

Após a chamada dos Srs. Deputados, passou-se à **Agenda da Reunião**.

1 - Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 23/2011 – "Exercício da actividade industrial na Região Autónoma dos Açores", apresentada pelo Sr. Secretário Regional da Economia *(Vasco Cordeiro).*

Após a apresentação usaram da palavra os Srs. Deputados José Rego *(PS)*, Jorge Macedo *(PSD)*, Pedro Medina *(CDS/PP)* e Aníbal Pires *(PCP).*

Submetido à votação, o diploma foi aprovado por unanimidade.

2 - Projecto de Resolução n.º 48/2011 – "Pronúncia, por iniciativa própria, da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores sobre o

processo de privatização da ANA – Aeroportos de Portugal, S.A.", apresentado pelos Grupos Parlamentares do PSD e do CDS/PP.

A apresentação do diploma coube ao Sr. Deputado Duarte Freitas *(PSD),* tendo participado no debate os Srs. Deputados Berto Messias *(PS),* Artur Lima *(CDS/PP),* Aníbal Pires *(PCP),* Duarte Moreira *(PS),* Zuraida Soares *(BE),* Paulo Estêvão *(PPM),* Jorge Macedo *(PSD),* Luís Garcia *(PSD),* Costa Pereira *(PSD),* Lúcio Rodrigues *(PS)* e ainda o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores *(Sérgio Ávila)* e o Sr. Secretário Regional da Economia *(Vasco Cordeiro).*

No decorrer do debate o Sr. Deputado Duarte Freitas *(PSD)* pediu a palavra para um protesto, tendo o Sr. Deputado Berto Messias *(PS)* usado da palavra para contra-protestar.

Submetido à votação, o diploma foi rejeitado por maioria.

Após a votação, usaram da palavra para declarações de voto os Srs. Deputados Duarte Freitas *(PSD),* Paulo Estêvão *(PPM),* Aníbal Pires *(PCP)* e Berto Messias *(PS).*

No seguimento da declaração de voto do Sr. Deputado Duarte Freitas *(PSD),* usou da palavra para um protesto o Sr. Secretário Regional da Economia *(Vasco Cordeiro),* tendo o Sr. Deputado Duarte Freitas *(PSD)* usado da palavra para um contra-protesto.

3 - Projecto de Resolução n.º 49/2011 – "Criação de centros de promoção e consolidação de novos empresários agrícolas", apresentado pelo Sr. Deputado Duarte Moreira *(PS).*

Participaram no debate os Srs. Deputados António Ventura *(PSD),* Pedro Medina *(CDS/PP),* Mário Moniz *(BE),* Paulo Estêvão *(PPM)* e ainda o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas *(Noé Rodrigues).*

Submetido à votação, o diploma foi aprovado por unanimidade.

4 - Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 24/2011 – "Define condições excepcionais para o transporte particular de trabalhadores em veículos de mercadorias de caixa aberta na Região Autónoma dos Açores",

apresentada pelo Sr. Secretário Regional do Ambiente e do Mar *(Álamo Meneses).*

Após a apresentação usaram da palavra os Srs. Deputados Mário Moniz *(BE)*, José Rego *(PS)*, Pedro Medina *(CDS/PP)* e Jorge Macedo *(PSD).*

Submetido à votação, o diploma foi aprovado por unanimidade.

Após a votação, usou da palavra para uma declaração de voto o Sr. Deputado Mário Moniz *(BE).*

5 – Proposta de deliberação da Mesa que declara findo o período legislativo de Dezembro.

Submetida à votação, a proposta de deliberação foi aprovada por unanimidade.

Os trabalhos terminaram às 17 horas e 03 minutos.

Presidente: Bom dia Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Vamos iniciar os nossos trabalhos. Vamos começar com a chamada.

(Eram 10 horas e 07 minutos)

Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados:

Partido Socialista (PS)

Ana Paula Garcia **Lemos**

António Gonçalves Toste **Parreira**

Benilde Maria Soares Cordeiro de **Oliveira**

Berto José Branco **Messias**

Carlos Alberto Medeiros **Mendonça**

Catarina Paula Moniz **Furtado**

Cecília do Rosário Farias **Pavão**

Duarte Manuel Braga **Moreira**

Francisco Alberto Valadão **Vaz**

Francisco Manuel **Coelho** Lopes Cabral

Hernâni Hélio **Jorge**

Isabel Maria Duarte de Almeida **Rodrigues**

João Oliveira **Teves**

José Gabriel Eduardo

José Gaspar Rosa de **Lima**

José Manuel Gregório de **Ávila**

José de Sousa **Rego**

José Carlos Gomes **San-Bento** de Sousa

Lizuarte Manuel **Machado**

Lúcio Manuel da Silva **Rodrigues**

Maria da **Piedade** Lima **Lalanda** Gonçalves Mano

Nélia Maria Pacheco **Amaral**

Nélia Maria Brito **Nunes**

Paula Cristina Dias **Bettencourt**

Ricardo Bettencourt **Ramalho**

Ricardo Manuel Viveiros **Cabral**

Rogério Paulo Lopes Soares **Veiros**

Partido Social Democrata (PSD)

António Pedro Rebelo **Costa**

António Lima Cardoso **Ventura**

Cláudio Borges **Almeida**

Cláudio José Gomes **Lopes**

Clélio Ribeiro Parreira Toste **Meneses**

Duarte Nuno d'Ávila Martins de **Freitas**

Francisco da Silva **Álvares**

Jorge Alberto da **Costa Pereira**

Jorge Manuel de Almada **Macedo**

José Francisco Salvador **Fernandes**

Luís Carlos Correia **Garcia**

Paulo Jorge Silva **Ribeiro**

Pedro António de Bettencourt **Gomes**
Rui Manuel Maciel Costa de Oliveira **Ramos**

Partido Popular ***(CDS/PP)***
Abel Jorge Igrejas **Moreira**
Luís Virgílio de Sousa da **Silveira**
Paulo Jorge Santiago Gomes da **Rosa**

Bloco de Esquerda (BE)
Mário Manuel de Castro **Moniz**
Zuraida Maria de Almeida **Soares**

Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV)
Aníbal da Conceição **Pires**

Presidente: Estão presentes 47 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum.
Declaro aberta a sessão. Pode entrar o público.
Vamos então iniciar os nossos trabalhos, prosseguindo na nossa Agenda.
Temos como ponto a tratar agora a **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 23/2011 – "Exercício da actividade industrial na Região Autónoma dos Açores".**
Para apresentar o diploma dou a palavra ao Sr. Secretário Regional da Economia.

(Neste momento, o Deputado Cláudio Lopes é substituído na Mesa pelo Deputado António Pedro Costa)

(*) Secretário Regional da Economia *(Vasco Cordeiro):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O diploma que o Governo apresenta a esta Câmara e que pretende regular o exercício da actividade industrial na Região Autónoma dos Açores é um diploma que vem reformular, reformar a disciplina que existe até à data nesta matéria, com algumas preocupações que, nesta oportunidade, o Governo gostaria de partilhar com a Câmara.

Em primeiro lugar, a agilização de todo o processo conducente à atribuição de licenças de instalação ou de licenças de exploração.

Em segundo lugar, o facto de, desta forma, se pretender reformar toda a postura com que a administração regional se relaciona com os particulares, com as empresas, assumindo, neste âmbito, um dos princípios fundamentais para essa desburocratização e que se em outros locais tem um carácter essencial no âmbito daquilo que deve ser o relacionamento entre a administração e os cidadãos, aqui, na Região Autónoma dos Açores, tem um campo por excelência para a sua aplicação. Falo, em concreto, do princípio do interlocutor único, que no fundo, através deste diploma coloca na direcção regional, que tem competências sobre as áreas da indústria, a responsabilidade de ser a única porta de entrada para que os particulares, quando entendam relacionar-se, quando entendam requerer uma licença, possam fazê-lo num único sítio, não tenham de percorrer um conjunto de serviços, não tenham de percorrer um conjunto de entidades, para então apresentar a mais de uma entidade esse requerimento.

O princípio do interlocutor único que aqui se consagra neste diploma significa que todos os interessados sabem que têm uma entidade a quem se dirigir e que é essa entidade que tem a responsabilidade de coordenar todo o trabalho que tem a ver com a recolha de pareceres, com a recolha de informação, no fundo, com a recolha de todas as apreciações que sobre aquela matéria sejam relevantes e que sejam essenciais para uma pronúncia efectiva.

Este processo acaba, se é certo, por reforçar as necessidades de coordenação entre os diversos intervenientes, sem dúvida por facilitar a vida às empresas, por agilizar as burocracias, por fortalecer também a capacidade empreendedora que as empresas têm nesta matéria.

Uma outra questão que se afigura essencial neste decreto é no fundo também uma aplicação de um princípio base de procedimento administrativo tantas vezes ausente daquela que é a postura da nossa administração em relação aos particulares e que é exactamente o princípio da boa-fé na relação entre administração e empresas.

No caso concreto este princípio da boa-fé traduz-se em promover a dispensa da licença de instalação para os estabelecimentos de menor dimensão, cuja actividade não se revista de especial perigosidade para o ambiente, para as pessoas ou para outros bens.

No fundo, o que fazemos é partir do princípio que, no que respeita à licença de instalação, o particular que é conhecedor de todo o quadro legal que rege esta matéria pode fazê-lo imediatamente, sendo certo que existem áreas, sobretudo naquelas áreas associadas a interesses colectivos, que nós entendemos que são essenciais salvaguardar e que são essenciais na medida em que fazem com que esse princípio da boa-fé estejam subordinados a eles (é o caso da defesa da integridade, é caso da defesa do ambiente). Esse procedimento é então aí invertido e só após a apreciação desses projectos é que o particular tem a licença de instalação.

Também no caso da exploração de um estabelecimento industrial, ele inicia-se, independentemente da emissão da respectiva licença, desde que já tenha sido requerida a vistoria para a atribuição da licença de exploração e condição cumulativa, que acresce a essa, e deste que não seja um dos estabelecimentos que envolvem um risco mais elevado, nomeadamente a parte do perigo para o ambiente, do perigo para a saúde pública. Em todas essas matérias há uma abordagem precaucionaria, que faz subordinar à tutela desses interesses aquela que é a agilização do procedimento e o avanço imediato.

Um último aspecto que gostaria de salientar e que enforma também este decreto (e que no fundo é talvez uma matriz que perpassa todas as reformas que o Governo tem feito nesta legislatura desde o SIDER) é o caso do concurso regional de empreendedorismo; diplomas que estão em apreciação aqui, nesta Assembleia, como é o caso do Regime Jurídico dos Empreendimentos

Turísticos; ou outros que estão em preparação, como é o caso do micro-crédito, do licenciamento zero, em que aquilo que se faz é uma redução muito substancial de prazos.

Para que as Sras. e os Srs. Deputados tenham ideia, numa análise comparativa entre o regime jurídico que temos actualmente e aquele que resultará deste diploma, num regime actual um processo devidamente instruído levaria 115 dias para a atribuição de uma licença. De acordo com o novo decreto que a Câmara apreciará, esse prazo é reduzido para 35 dias.

E se um projecto de acordo com a disciplina actual suscitasse a necessidade de mais informações, de mais esclarecimentos, levaria – de acordo com a disciplina actual – 205 dias, mais de meio ano. De acordo com a proposta que o Governo apresenta a esta Câmara, esse prazo é reduzido para 95 dias.

Nós entendemos que se consegue, neste diploma, uma boa síntese entre aquilo que são as necessidades de defesa da agilidade processual que deve existir nessa matéria de defesa das nossas empresas, de redução dos custos de contexto que cada vez mais é necessário para as nossas empresas, porque também em causa está indirectamente a defesa dos postos de trabalho que essas empresas têm; consegue-se uma boa síntese, dizia eu, entre estes aspectos e a tutela de interesses que administração, com esse tipo de regimes jurídicos, entende salvaguardar, tal seja a defesa da saúde pública, do meio ambiente, entre outros aspectos que perpassam no diploma.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Do ponto de vista do Governo este é o diploma que está à apreciação e o Governo disponibiliza-se, obviamente, para mais esclarecimentos que considerem necessários.

Muito obrigado.

Deputada Benilde Oliveira *(PS):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e do Secretário Regional da Agricultura e Florestas)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado José do Rego tem a palavra.

(*) **Deputado José Rego** *(PS):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Julgo que o Sr. Secretário Regional da Economia foi suficientemente explícito relativamente às vantagens que este diploma traz para o licenciamento industrial.

Todavia, gostaria ainda de realçar que com este diploma criam-se melhores condições para as empresas aumentarem a sua competitividade, porque aumentam a sua capacidade de criar, de manter empregos e, em simultâneo, vão consolidar a produtividade da Região e a respectiva capacidade exportadora dessas mesmas empresas e da própria Região.

O Sr. Secretário realçou (e gostaria também de realçar) que há aqui um reforço da iniciativa privada e da sua consequente responsabilização. Uma responsabilização que tem sido aumentada em diversas áreas (desde o licenciamento municipal e passando por outro tipo de licenciamentos) em que as dispensas de licenciamento impõem aos empresários essa responsabilidade de serem eles a tomar a iniciativa de iniciar a instalação de uma indústria e portanto, facilitadora desta instalação que todavia, continuará a ser tutelada aquando da licença de exploração, podendo ser dispensado – como o Sr. Secretário disse – o início da produção em algumas empresas. Outras, que pela sua dimensão, pelas características dessa empresa, apesar de ainda não terem vistoria, não poderão iniciar dadas as características, mas se não puserem em causa a saúde pública ou o ambiente, aí poderão iniciar-se como já se faz a nível hoteleiro, ou de outras iniciativas como a restauração e que vai aparecer no novo diploma do licenciamento zero, que apreciaremos mais tarde nesta Câmara.

Gostaria também de realçar que este diploma irá aumentar a competitividade, porque através da desburocratização administrativa, ou seja, da simplificação dos procedimentos e dos prazos de redução de resposta, é possível melhorar a competitividade das empresas.

Também gostaria de realçar a centralização do processo de licenciamento nos serviços com competência em matéria da indústria num só interlocutor, como o Sr. Secretário havia apontado há pouco e relativamente a esta matéria há uma diminuição dos encargos que as empresas tinham aquando do licenciamento.

Isto é importante para o nosso tecido empresarial regional, pelo que o Partido Socialista irá votar favoravelmente esta proposta.

Foram apresentadas, em Comissão, pelo Partido Socialista, um conjunto de propostas que foram ao encontro de algumas questões dos parceiros sociais, duas propostas visaram rectificar duas remissões e hoje o Partido Socialista entrega também duas propostas de alteração que visam compatibilizar a legislação regional no domínio da gestão dos resíduos, que entretanto, na Região, havíamos aprovado na Assembleia Regional e que foi publicado a 16 de Novembro esta legislação relacionada com a gestão dos resíduos. Portanto, as remissões que eram feitas para os diplomas nacionais passam a estar referenciadas no diploma enquadrador que existe na Região para a gestão de resíduos.

Deputada Benilde Oliveira *(PS):* Muito bem!

Presidente: Continuam abertas as inscrições, Sras. e Srs. Deputados.

Sr. Deputado Jorge Macedo tem a palavra.

(*) Deputado Jorge Macedo *(PSD):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O diploma agora em análise, na opinião do PSD, agiliza, simplifica e responsabiliza os promotores sem desresponsabilizar as entidades licenciadoras.

Também isenta as unidades industriais de menor dimensão de licença de instalação. Permite também a redução de prazos e os deferimentos tácitos caso a Região, as entidades licenciadoras, não cumpram os prazos previstos no diploma.

Ou seja, no fundo, é um diploma que vai de encontro áquilo que, modernamente se identifica como a responsabilização das pessoas, das famílias, neste caso, das empresas sem a desresponsabilização das entidades licenciadoras que nas licenças de exploração naturalmente terão de ter maiores cuidados para verificar

se tudo o que está definido em projecto é aquilo que está, efectivamente, na prática instalado.

Era importante, provavelmente, que esse diploma tivesse podido chegar a esta Assembleia bastante mais cedo, mas, como diz o povo, tarde é o que nunca chega e como tal o PSD vai dar o seu voto favorável a este diploma.

Obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Pedro Medina tem a palavra.

(*) **Deputado Pedro Medina** *(CDS/PP):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma intervenção muito rápida, até porque o diploma foi apresentado já pelo Sr. Secretário Regional e bem apresentado do nosso ponto de vista em matérias que são fundamentais e muito concretas, nomeadamente na questão da desmaterialização dos processos e da desburocratização também administrativa em relação ao regime que é aqui apresentado, nesta proposta de Decreto Legislativo Regional.

Na altura chamei a atenção, em sede de Comissão, sobre a questão dos parques industriais aqui da nossa Região, em algumas ilhas, porque há situações que não têm corrido muito bem, sendo certo que essa responsabilidade, até à data, advém em grande parte dos municípios ou do poder autárquico. Portanto, alertei isto em Comissão.

Espero que com estas novas regras, por assim dizer, haja outro tipo de coordenação e de colaboração também com alguns municípios daqui dos Açores, porque, no fundo, quem sai prejudicado de todas essas situações são os empresários que querem investir, que se instalam em zonas que supostamente são zonas industriais e depois, legalmente e oficialmente, não têm essa categoria.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires** *(PCP):* Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Representação Parlamentar do PCP irá aprovar e apoiar esta iniciativa que o Governo nos traz aqui, que consideramos importante e muito ambiciosa relativamente à redução dos prazos de licenciamento e cá estaremos para ir acompanhando posteriormente a execução destas matérias.

Apenas uma nota, porque não posso deixar de a fazer uma vez que a tenho feito noutros diplomas, e que é a questão do deferimento tácito com o qual, efectivamente, não concordamos, mas isso não é impeditivo que a Representação Parlamentar do PCP dê o seu apoio a esta iniciativa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, creio que estamos em condições de passar à votação na generalidade deste diploma.

Assim vamos fazer.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: Na generalidade, o diploma foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos passar à especialidade.

Conforme já foi aqui referido, creio que pelo Sr. Deputado José do Rego, há 5 propostas de alteração advindas da Comissão de Economia, que são subscritas pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista. Há também 2 propostas de alteração do Partido Socialista.

Os artigos 1.º a 5.º do diploma não são objecto de qualquer proposta de alteração.

Proponho à Câmara que os votemos em bloco.

Não havendo oposição, assim vamos fazer.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração para o artigo 6.º, advinda da Comissão.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A alteração apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 6.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração, advinda da Comissão, para o artigo 7.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires.

Deputado Aníbal Pires *(PCP):* Se fosse possível, Sr. Presidente, queria que o ponto 7, do artigo 7.º, fosse votado separadamente.

Presidente: Muito bem.

Vamos votar então o artigo 7.º da proposta, com excepção do seu n.º 7.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A parte do artigo anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora o n.º 7, do artigo 7.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que discorda faça o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 14 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PPM e 1 voto contra do PCP.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração para o n.º 3, do artigo 8.º, advinda da Comissão.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração do PS para o n.º 2, do artigo 8.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 8.º, com as alterações que lhe acabam de ser introduzidas.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração do PS para o n.º 4, do artigo 9.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar o artigo 9.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Do artigo 10.º ao artigo 15.º, inclusive, não há qualquer proposta de alteração.

Pergunto à Câmara se posso colocá-los à votação em bloco. Creio que sim.

Assim vou fazer.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração para o artigo 16.º, advinda da Comissão.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar o artigo 16.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Dos artigos 17.º ao 20.º, inclusive, não há qualquer proposta de alteração.

Vou colocá-los à votação em bloco.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração para o artigo 21.º, advinda da Comissão.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar o artigo 21.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora os artigos 22.º e 23.º da proposta para os quais não há propostas de alteração.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: Em votação final global, o diploma foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passemos então ao ponto seguinte da nossa Agenda, Sras. e Srs. Deputados: **Projecto de Resolução n.º 48/2011 – "Pronúncia, por iniciativa própria, da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores sobre**

o processo de privatização da ANA – Aeroportos de Portugal, S.A.", apresentado pelos Grupos Parlamentares do PSD e do CDS/PP.

Sr. Deputado Duarte Freitas tem a palavra para apresentar o diploma.

(*) **Deputado Duarte Freitas** *(PSD):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para apresentar a nossa proposta de resolução que, apresentada aqui já em Julho passado, agora apreciamos em plenário e que pretende afirmar, no interesse dos Açores e dos açorianos, a necessidade de que nesse processo de privatização da ANA, Aeroportos de Portugal, S.A., não sobrevenham custos para a Região, que não sejam suportados directa ou indirectamente pela Região Autónoma dos Açores, pelos açorianos, nomeadamente os custos da exploração e de investimentos nos aeroportos, assegurando também, nesta nossa pronúncia, aquilo que se pretende que seja a manutenção dos níveis de qualidade do serviço que é hoje em dia prestado.

Portanto, é tão só esta a nossa pretensão, que já foi aqui discutida em outras circunstâncias, no âmbito de outras propostas e que penso que é clara.

Presidente: Sr. Deputado Berto Messias tem a palavra.

(*) **Deputado Berto Messias** *(PS):* Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não farei ainda uma primeira intervenção.

Peço a palavra para fazer um pedido de esclarecimento aos proponentes deste projecto de resolução.

Consta no programa eleitoral do PSD e consta também no programa de Governo da República PSD/CDS a seguinte afirmação e numa referência à ANA: "Será definido o seu modelo de privatização, ponderando a transferência dos aeroportos dos Açores e da Madeira para a respectiva tutela", ou seja, para as repectivas regiões autónomas.

Pergunto, por isso, aos proponentes se, tendo em conta que são os mesmos partidos dos partidos que estão no Governo na República; tendo em conta também que temos aqui vários Deputados que participam e integram órgãos nacionais desses partidos; tendo em conta estas afirmações, se têm alguma

informação sobre este processo e sobre esta ponderação da passagem da tutela desses aeroportos para as regiões autónomas, no caso mais específico, os Açores?

Muito obrigado.

Deputada Benilde Oliveira *(PS):* Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado Duarte Freitas tem a palavra.

(*) Deputado Duarte Freitas *(PSD):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para responder ao Sr. Deputado e presidente do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, Berto Messias.

Sabemos aquilo que foi definido no Memorando da Troika e a imposição que foi assinada pelo governo português da altura, naturalmente também consensualizada com os partidos do arco governativo e que representam mais de 80% dos votos das últimas eleições nacionais. Sabemos que nesse Memorando foi definido, entre várias empresas públicas, que também a ANA deveria entrar num processo de privatização.

Penso que isso é do conhecimento de todos, é do acordo do Partido Socialista, do PSD e do PP. A concretização desse processo está, neste momento, ainda em estudo e em preparação (essa privatização) e aquilo que se vier a passar em relação a essa privatização o que nos preocupa, a nós açorianos e a nós enquanto proponentes desta proposta de resolução, é (e repito) que não sobrevenham custos para o orçamento regional ou para os açorianos por via dessa privatização.

É isso que nós aqui impomos. Não impomos que isso seja feito através duma solução, como já foi aventada, através dos lucros dessas empresas que eventualmente possam ganhar essa privatização; não propomos que isso seja incluído, que venha no caderno de encargos dessa privatização. Há outras formas, há outras latitudes.

Deputada Zuraida Soares *(BE):* Quem é que paga? Os contribuintes.

O Orador: Aquilo que é preciso garantir é que com a manutenção da qualidade do serviço, os custos de exploração e de investimento necessários para essa

manutenção não venham custos adicionais para o orçamento regional ou para os açorianos.

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima** *(CDS/PP):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Berto Messias, acho graça à sua pergunta…

Deputado Berto Messias *(PS):* Não era para ter graça!

O Orador: …e ao seu pedido de esclarecimento.

Que mudança em tão pouco tempo na postura dessa bancada relativamente ao Governo da República. Que mudança em 6 meses!

Deputado Berto Messias *(PS):* Só fiz uma pergunta!

O Orador: Tiraram uma carapaça e vestem outra e é preciso não esquecer o difícil processo de quase bancarrota em que este Governo da República encontrou o país deixado por V. Exas….

Deputado Francisco César *(PS):* E na Grécia!

O Orador: …que teve que se sujeitar a um protectorado externo, porque senão não haveria dinheiro para pagar pensões, salários, reformas, etc.

Deputado Rogério Veiros *(PS):* E na Itália?

O Orador: Portanto, desse acordo faz parte uma série de privatizações, aliás proposto pelo Partido Socialista, proposto – sublinho – pelo Partido Socialista, que foi quem negociou as condições que os outros partidos (o PSD e o CDS) depois subscreveram a bem de Portugal e para salvar Portugal, Sr. Deputado Berto Messias.

Portanto, quem propôs a privatização da ANA foi o Primeiro-Ministro José Sócrates e o seu governo. Essa é que é a questão! Como também propôs a privatização da TAP que é outro assunto que vamos ter de discutir daqui a uns meses também.

O que é que essa nossa proposta quer? Acautelar que no processo de privatização os Açores não sejam prejudicados nessa questão. É isso que nós pretendemos. É isso que os senhores deveriam apoiar. É isso que os senhores deveriam defender, mas pelos vistos esqueceram-se.

Aliás, são extremamente curiosas e até lamentáveis as afirmações do presidente do PS/Aveiro que diz que "esta questão da Troika é como um jogo de poker, devemos fazer *bluff* e dizer não pagamos, não pagamos, não pagamos". Declarações de um alto dirigente do PS nacional…

Deputado Pedro Gomes *(PSD):* E Vice-Presidente da bancada!

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores *(Sérgio Ávila):* Estamos a falar de Jaime Ramos? Vamos citar hoje o Jaime Ramos?

O Orador: …e vice-presidente da bancada.

Presidente: Faça favor de continuar, Sr. Deputado.

O Orador: O Sr. Deputado Berto Messias referiu-se aqui às responsabilidades que alguns dirigentes têm (e que eu tenho com muita honra e muito gosto, algum trabalho e algum esforço, Sr. Deputado Berto Messias) e fico muito contente por o meu partido a nível nacional presar o meu partido a nível regional, Sr. Deputado Berto Messias.

Para concluir, parece que o PS esqueceu tudo. "Não pagamos, não pagamos, não pagamos" e põem Portugal como um mero jogo de poker. Primeiro fazemos *bluff* e depois, se for preciso, "não pagamos" e dizemos à Sra. Merkel que não pagamos. Um alto dirigente do Partido Socialista nacional!

Espero que o PS/Açores e o Governo Regional dos Açores, que tem tido uma postura institucional no relacionamento com o Governo da República, não chegue a esse ponto jamais.

Espero também que a bancada do Partido Socialista também não chegue a esse ponto e a essa demagogia barata, sabendo que os senhores é que propuseram a privatização, os senhores é que indicaram as empresas a privatizar e este Governo, obviamente, tem que o executar.

Deputado Berto Messias *(PS):* Antes da Troika já se falava na privatização!

O Orador: Quem estava no Governo…

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores *(Sérgio Ávila):* Desde 2006.

O Orador: Muito bem, Sr. Vice-Presidente. Devo-lhe agradecer a ajuda de V. Exa. e o contributo para a minha intervenção. A privatização desde 2006!

Ora vamos recuar a 2006. Quem estava no Governo?

Deputado Francisco César *(PS):* Mas não somos contra a privatização!

Deputado Aníbal Pires *(PCP):* Se são um partido troikista como é que podiam ser contra?

O Orador: Ah, o problema não é a privatização!

O Sr. Deputado Berto Messias fez exactamente essa questão, do processo de privatização. Portanto, o problema é a privatização.

Os senhores querem-me convencer que a privatização que seria feita em 2006, ou 2007, ou 2008 é diferente da que vai ser feita agora?

Nós não conhecemos o processo de privatização, nós queremos acautelar que os Açores não sejam prejudicados, como acautelámos noutras matérias e como é possível haver entendimento institucional entre o Governo da República e o Governo da Região: o Governo da República suportando determinadas despesas como suporta à Região, nomeadamente até no transporte aéreo, na Segurança Social (se quisermos também falar disso) e nomeadamente também nas áreas do ambiente. Portanto, há várias coisas em que é possível (no tarifário energético, enfim, por aí fora) haver um entendimento de maneira a que não haja prejuízo para a Região Autónoma dos Açores e para os açorianos.

Saibamos nós ter capacidade negocial e saibamos nós ter a capacidade de exigência e de afirmação da autonomia, que parece que muitos se esquecem. É esse o comportamento que eu espero do Partido Socialista.

Presidente: Sr. Deputado Berto Messias tem a palavra.

(*) Deputado Berto Messias *(PS):* Obrigado, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, duas questões prévias.

A privatização da ANA nada tem a ver com o Memorando de Entendimento da Troika.

Deputado Artur Lima *(CDS/PP):* Não tem?

O Orador: Muito antes da entrada e da vinda da Troika para Portugal já se falava sobre a privatização da ANA.

Aquilo que está em causa é o modelo e a forma de privatização. Isso é que está em causa.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Essa é que é a questão.

Tendo em conta as afirmações que os senhores fizeram relativamente à minha pergunta, ficamos a saber que o PSD/Açores e o CDS/PP-Açores (e estou a referir e a constatar para que conste no Diário das Sessões, no dia 15 de Dezembro de 2011) não tem qualquer tipo de informação sobre aquilo que consta no programa de Governo da República…

Deputado Artur Lima *(CDS/PP):* Ah! Já interessa?

O Orador: …relativamente à ponderação de passagem de tutela desses aeroportos e aeródromos para os Açores e para a Madeira.

Constatamos isso. Fica registado no Diário das Sessões.

Deputado Artur Lima *(CDS/PP):* Está preocupado com a Madeira?

O Orador: Se calhar dentro de poucas semanas poderemos retomar aquilo que fica agora constatado.

Nós fazemos este debate numa altura importante em que temos assistido ao longo das últimas semanas a uma desresponsabilização do Governo da República relativamente às suas responsabilidades nas regiões autónomas.

Parece que há uma tentativa de sufocar financeiramente os Açores para enfraquecê-lo politicamente.

Deputado Francisco César *(PS):* Muito bem!

Deputado Artur Lima *(CDS/PP):* Ah! Coitadinho!

Secretário Regional da Agricultura e Florestas *(Noé Rodrigues):* O Mota Amaral é que disse!

O Orador: Este tem sido o quadro político e institucional que em algumas matérias temos assistido e percebido a relação entre o Governo da República e os Açores.

Fazemos também este debate numa altura em que esta casa, há poucos meses, em Julho se não estou em erro, já se pronunciou institucionalmente sobre esta matéria através de uma proposta trazida aqui pelo Bloco de Esquerda. Um

projecto de resolução trazido aqui pelo Bloco de Esquerda que mereceu o apoio e a aprovação do Partido Socialista.

Sra. Deputada Zuraida Soares permita-me que leia o teor do texto resolutivo que trouxe aqui, que dizia o seguinte: "A Assembleia Legislativa recomenda que a Assembleia da República e o Governo da República efectuem as diligências necessárias no processo negocial de privatização da ANA, Aeroportos de Portugal, para que os custos com os aeroportos dos Açores não sejam, directa ou indirectamente, suportados pela Região Autónoma dos Açores ou pelos açorianos através do aumento dos valores das taxas aeroportuárias actualmente cobradas nesses aeroportos, mas antes suportados pela empresa ou consórcio que assumir a futura gestão da ANA e claramente expressos no respectivo caderno de encargos."

Foi isto que foi aprovado no mês de Julho, nesta casa, e foi esta a pronúncia institucional do parlamento açoriano sobre este assunto.

Esta redacção é aquela que nós julgamos que acautela de melhor forma os interesses dos Açores. Aquilo que os senhores propõem, que nos parece profundamente perigoso (é um lavar de mãos no processo de privatização, é um lavar de mãos daquilo que constará do caderno de encargos), permitirá essa privatização sem qualquer tipo de regras, sem qualquer tipo de acautelamento dos interesses dos Açores. Depois esperam que o Governo da República possa eventualmente garantir algum financiamento para fazer face a essas despesas.

Tendo em conta a história recente e a postura deste Governo da República todos sabemos naturalmente que isso não acontecerá.

Deputado Francisco César *(PS):* Muito bem!

O Orador: Portanto, aquilo que tem de ficar muito claro aqui e agora neste debate é o porquê desta proposta, porquê de não terem aprovado a proposta que o Bloco de Esquerda trouxe aqui…

Deputado Artur Lima *(CDS/PP):* Essa agora! O Sr. Deputado sabe fazer melhor do que isso.

O Orador: …e por que é que defendem esta, não defendem a do Bloco e quais são as diferenças entre as duas.

É isso que me parece que os senhores têm o dever de explicar neste debate.

Muito obrigado.

Deputada Benilde Oliveira *(PS):* Muito bem!

Deputado Artur Lima *(CDS/PP):* O senhor sabe fazer melhor do que isso!

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) Deputado Aníbal Pires *(PCP):* Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não deixa de ser interessante que seja o CDS/PP e o PSD a subscreverem esta proposta. Partidos que como sabemos são os partidos que suportam o Governo da República e que vêm aqui com este projecto de resolução tentar branquear os efeitos que a privatização da ANA tem, quer no contexto nacional, quer muito particularmente no contexto da Região.

A diferença substancial em relação ao projecto de resolução que aqui foi aprovado no dia 8 de Julho, com os votos favoráveis do PS e do Bloco de Esquerda, com os votos contra do PSD e do CDS/PP e com a abstenção do PCP …

Deputado Artur Lima *(CDS/PP):* Ah! Absteve-se!

O Orador: Absteve-se e hoje vai votar contra, Sr. Deputado.

E absteve-se porquê?

Deputado Artur Lima *(CDS/PP):* Mas absteve-se!

O Orador: Porque a aprovação daquele projecto de resolução pressupunha que se aceita a privatização da ANA de uma forma tácita.

Deputado Artur Lima *(CDS/PP):* Como qualquer outra!

O Orador: Portanto, o PCP a posição que tem relativamente à privatização da ANA, assim como de outras empresas públicas, é de que é frontalmente contra. Daí o facto de nos termos abstido.

Mas qual é que é, no fundamental,…

Deputado Artur Lima *(CDS/PP):* Então porque vota contra hoje?

O Orador: …a grande diferença entre o projecto de resolução que o Bloco nos trouxe aqui em Julho e este projecto de resolução?

É muito simples. Para além do facto de procurar branquear os efeitos da privatização da ANA, pretende fazer muito simplesmente o seguinte, que aliás também foi feito com o BPN, que é privatizar os lucros e socializar os prejuízos.

Deputado Artur Lima *(CDS/PP):* E que é que privatizou?

Deputado Berto Messias *(PS):* Muito bem!

O Orador: É tão simples como isto!

Meus caros senhores, Sr. Deputado Artur Lima e Sr. Deputado Duarte Freitas, a questão é a seguinte…

Posso continuar, Srs. Deputados, ou preciso de elevar mais o tom de voz.

(Apartes inaudíveis entre os Deputados Berto Messias e Artur Lima)

Presidente: Não é preciso, Sr. Deputado. Nós ouvimos todos bem, graças a Deus.

Faça favor de continuar.

O Orador: Sr. Deputado Artur Lima, Sr. Deputado Duarte Freitas têm de explicar, mesmo com a aprovação…

Presidente: Sr. Deputado, faça favor de continuar.

O Orador: …e mesmo que o Governo da República tenha em atenção no caderno de encargos da eventual privatização da ANA, que esta coisinha que vocês estão aqui a fazer…

Deputado Pedro Gomes *(PSD):* Isso não é linguagem parlamentar admissível!

Deputado Jorge Macedo *(PSD):* Isso é foleiro!

O Orador: … só tem um objectivo: é atirar areia para os olhos das açorianas e dos açorianos, porque é evidente que se privatiza e se alguém tem de assumir os custos de exploração é evidente que serão os cidadãos que vão fazer isso, os cidadãos portugueses, onde claramente estarão incluídos os cidadãos açorianos.

Portanto, Vs. Exas. deixem-se de brincar. É perfeitamente excusado andar a fugir às responsabilidades que têm no Governo da República, porque têm essas

responsabilidades, portanto expliquem aqui muito bem explicado às açorianas e aos açorianos como é que eles não vão pagar.

O Sr. Deputado Luís Garcia depois há-de explicar aos faialenses como é que afinal de contas o aeroporto do Faial não será, certamente, prolongado para satisfazer essa reivindicação.

Deputado Artur Lima *(CDS/PP):* E o seu vereador na Câmara da Horta o que é que fez?

O Orador: Oh Sr. Deputado, ouça e responda às perguntas que lhe estão a ser feitas.

Deputado Artur Lima *(CDS/PP):* O que é que o seu vereador fez?

O Orador: V. Exa. aquilo que está a fazer aqui…

Deputado Artur Lima *(CDS/PP):* E o Dr. José Decq Mota? E a Câmara da Horta?

O Orador: …é tentar branquear a privatização daquela empresa pública.

V. Exa. o que está a fazer aqui é a privatizar o lucro da empresa e a socializar o prejuízo.

V. Exa. o que está aqui a fazer é a diluir isso e quem vai pagar são todos os cidadãos.

Portanto, V. Exa. vai ter de …

(Neste momento, o Deputado Artur Lima ausentou-se da bancada parlamentar)

V. Exa. retirou-se, certamente deve ter outros assuntos mais importantes do que a privatização da ANA e a vida dos açorianos e das açorianas que o chamam, mas pronto. Sim senhor, tudo bem.

Ficamos aqui e as perguntas vou repeti-las novamente.

Como é que explicam que com a aprovação deste projecto de resolução os açorianos e as açorianas não vão pagar o prejuízo?

Portanto, Vs. Exas. estão a privatizar o lucro e a socializar o prejuízo e quero que o Sr. Deputado Luís Garcia me explique como é que vai responder aos faialenses relativamente à questão do aeroporto do Faial.

Deputado Luís Garcia *(PSD):* Já respondi!

O Orador: Muito obrigado, Sr. Presidente.

Deputado Berto Messias *(PS):* Os ossos para os açorianos e o lombo para os privados.

Presidente: Sr. Deputado Duarte Moreira tem a palavra.

(*) Deputado Duarte Moreira *(PS):* Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Atendendo à importância que este assunto tem para a ilha de Santa Maria; atendendo à importância que o aeroporto de Santa Maria ainda tem e continua a ter para a nossa ilha e para a população, quer em termos económicos, quer em termos sociais, e também tendo em conta aquilo que é a história destes partidos, nomeadamente do PSD relativamente àquele aeroporto (uma vez que a decadência do aeroporto começou pela mão do Partido Social Democrata) há uma pergunta que quero colocar muito directamente à bancada do PSD.

No âmbito desta proposta e da proposta de privatização do PSD na República, o que é que o PSD defende, ou o que é que está previsto, relativamente ao aeroporto de Santa Maria?

Se está garantida a manutenção dos serviços que lá estão instalados? Se está garantida a manutenção das valências que lá estão instaladas? Se está garantida a dimensão do aeroporto de Santa Maria em todas as suas vertentes?

Deputado Aníbal Pires *(PCP):* É para fechar! O PSD e do CDS vão fechar!

O Orador: Isto é uma pergunta muito concreta. É uma pergunta que os marienses têm direito a saber e portanto, gostaria que me fosse respondida.

Obrigado.

Presidente: Vamos continuar o debate, Sras. e Srs. Deputados.

Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

(*) Deputado Duarte Freitas *(PSD):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, dizer que esta nossa proposta que aqui apresentamos, como outras que vêm a esta casa, não são coisinhas.

Deputada Catarina Furtado *(PS):* São miudezas!

O Orador: São documentos, são iniciativas políticas legislativas que expressam institucionalmente e dentro do quadro constitucional e estatutário a posição da Região perante, neste caso, os órgãos de governo próprio nacionais.

Deputado António Marinho *(PSD):* Muito bem!

O Orador: Em segundo lugar, dizer que em relação às questões ideológicas do Sr. Deputado Aníbal Pires não vou fazer grandes comentários.

O Sr. Deputado Aníbal Pires tem uma concepção ideológica…

Deputado Aníbal Pires *(PCP):* Explique quem é que vai pagar!

Presidente: Sr. Deputado Duarte Freitas, faça o favor de continuar.

O Orador: …que nós não partilhamos.

Nós entendemos que há espaço para as empresas privadas, para a sociedade civil, para haver lucros e prejuízos dessas empresas e isto tem toda a lógica na sociedade actual em que nos inserimos.

Portanto, por aí não vale a pena então fazer um grande debate, porque o senhor terá as suas convicções, nós temos as nossas nessa matéria e certamente não será fácil chegar a um consenso consigo em relação a isso.

Mas em relação à defesa dos Açores, aí sim, penso que poderá ser fácil chegar a um consenso e nós aqui, nos Açores,…

Deputado Aníbal Pires *(PCP):* Responda ali ao Sr. Deputado Duarte Moreira! Até parece que não conhece o aeroporto de Santa Maria!

O Orador: …o PSD, vai defender hoje e sempre os interesses dos Açores, seja com que Governo da República estivermos a contar.

Neste caso em concreto, aquilo que nós dizemos, o que afirmámos e já reafirmámos, é que no processo de privatização, que já vem de algum tempo, mas que foi imposto no Memorando da Troika, quando a ANA for privatizada (e através do seu caderno de encargos) não poderão vir custos acrescidos para os açorianos e para o orçamento dos Açores.

Isto é evidente e penso que isto é elementar.

Agora, não podemos e não queremos é impor que seja no âmbito do caderno de encargos. Poderá ser, poderá não ser.

Até porque no âmbito do caderno de encargos já vimos alguns desastres até na Região.

Sabemos bem que no caderno de encargos, por exemplo, do campo de golfe do Faial estava previsto um hotel.

Onde é que está o hotel? Onde é que está o campo de golfe do Faial?

Deputado Artur Lima *(CDS/PP):* E mais!

O Orador: Sabemos, por exemplo, no âmbito do caderno de encargos do casino estavam previstos hotéis, estavam previstas salas de jogos.

Onde é que estão estas infraestruturas?

Deputada Catarina Furtado *(PS):* Mas isso é da ANA?

Deputado Jorge Macedo *(PSD):* Caderno de encargos!

O Orador: Estavam nesses cadernos de encargos.

Portanto, meus queridos amigos, não é através dos cadernos de encargos que vamos resolver o problema dos Açores e dos açorianos nesta matéria.

Aliás, nesse aspecto, na história recente dos cadernos de encargos do Governo Regional, são bem explícitas as consequências negativas que têm para os Açores.

Deputada Catarina Furtado *(PS):* O Sr. Deputado Duarte Freitas está a jogar para canto.

O Orador: Em relação a Santa Maria, em relação ao Faial, em relação a qualquer uma das ilhas dos Açores, o PSD/Açores vai defender sempre e acima de tudo os interesses dos Açores e dos açorianos.

Deputado António Marinho *(PSD):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos prosseguir o debate.

Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) Deputada Zuraida Soares *(BE):* Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Tenho que confessar que quando oiço o PSD e o CDS/Açores aqui, na Região Autónoma dos Açores, carpirem lágrimas de preocupação e de defesa dos interesses e dos direitos dos cidadãos e das cidadãs açorianas, faz-me lembrar a história do chefe bom e do chefe mau, ou do polícia bom e do polícia mau.

Que é assim: na República os senhores (PSD e CDS) estão coligados num Governo que até hoje nada mais tem feito relativamente às autonomias, muito concretamente à autonomia dos Açores, do que desrespeitá-la, asfixiá-la, menorizá-la…

Deputados Mário Moniz *(BE)* **e Rogério Veiros** *(PS):* Muito bem!

A Oradora: …a todos os níveis.

Na República os senhores estão lá coligados a fazer isto…

Deputado Rui Ramos *(PSD):* Nós estamos cá!

A Oradora: …e não houve lá uma única palavra que tenha vindo a público em que os senhores tenham levantado lá, com os vossos primeiros, seja do CDS, seja do PSD, a defesa dos Açores.

Mas depois chegam aqui e têm duas posturas. A primeira é que aqui há que defender os Açores e os açorianos e, por exemplo, a líder do PSD, relativamente a variadíssimos problemas que aqui se colocam, diz sempre: "O assunto está resolvido."

Deputado Aníbal Pires *(PCP):* Resolvidíssimo!

A Oradora: A RTP/Açores, acabaram as eleições, foi eleito o Governo da República: "Açorianos estejam tranquilos, serenos, o problema está resolvido."

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores *(Sérgio Ávila):* Quem é que disse isso?

Deputado Aníbal Pires *(PCP):* A Dra. Berta Cabral!

A Oradora: Nada ficou resolvido. O problema está cada vez pior.

IRS das câmaras: ui!

"O problema está resolvido. Estou em contacto directo com o Passos Coelho e com o Paulo Portas, isso resolve-se num instantinho!", Berta Cabral.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores *(Sérgio Ávila)* e **Deputado Berto Messias** *(PS):* Quem é que disse isso?

Deputado Aníbal Pires *(PCP):* Berta Cabral e Artur Lima!

Deputado Artur Lima *(CDS/PP):* Isso é falso.

A Oradora: Até hoje não está resolvido.

Vou continuar.

Agora, ANA.

Aeroporto da Horta, privatização da ANA: "Não há problema. Isso está tudo resolvido porque eu estou aqui para defender os açorianos e açorianas."

Agora, temos uma última (entre outras várias que aqui não vale a pena referir): deslocação de doentes.

No continente os PUMA servem para os doentes e para o INEM, porque aí há cidadãos de primeira. Aqui temos de pagar essa deslocação porque, nem isso, o Governo da República dá de direito aos açorianos e açorianas.

Deputada Catarina Furtado *(PS):* Muito bem!

A Oradora: O que é que diz o PSD e o CDS? Nada!

Os senhores até hoje não disseram nada.

Deputado Aníbal Pires *(PCP):* Berta Cabral e Artur Lima!

Deputado Artur Lima *(CDS/PP):* Isso é falso.

A Oradora: Então vamos ao polícia bom e ao polícia mau.

A memória é curta, mas os açorianos e açorianas não a têm tão curta quanto o Grupo Parlamentar do PSD e do CDS, porque em Julho, quando aqui esta Assembleia, esta Câmara, votou uma proposta, uma iniciativa do Bloco de Esquerda no sentido de garantir que os prejuízos conhecidos, evidentes que dão os aeroportos da Região, mas que numa empresa pública são diluídos nos lucros que essa empresa tem (vale a pena lembrar que nós estamos a falar de uma empresa, a ANA, que no ano de 2010, entregou ao Estado 27 milhões de euros em dividendos, Sras. e Srs. Deputados…

Deputado Aníbal Pires *(PCP):* E é isso que querem dar ao capital!

A Oradora: …nós não estamos a falar de uma empresa qualquer), em troca destes 27 milhões entregues ao Estado, o esforço financeiro do Estado para com esta empresa foi de apenas 2 milhões.

É disto que nós estamos a falar.

A pergunta que se me levantou, quando vi esta iniciativa legislativa assinada e subscrita pelo PSD e CDS, foi esta: mas afinal por que é que estes dois partidos votaram contra a resolução trazida a esta Câmara,…

Deputado Artur Lima *(CDS/PP):* E bem!

A Oradora: ...que pretendia salvaguardar os direitos dos açorianos e açorianas à mobilidade e sobretudo, não onerar nem os açorianos, nem os contribuintes portugueses e indirectamente o Governo Regional desta Região?

Mas não, o PSD e o CDS votaram contra.

Mas qual é a diferença entre uma atitude, uma iniciativa e a outra?

Eu digo qual é. Eu digo, Srs. Deputados.

Deputado Jorge Macedo *(PSD):* Já expliquei! A senhora dá-me o cartão de crédito? Eu fico com o prejuízo!

A Oradora: A grande diferença chama-se caderno de encargos e então a conclusão é assim: o PSD e o CDS não estão preocupados com os açorianos, estão é preocupados em defender a empresa que vai comprar a ANA, …

Deputado Rui Ramos *(PSD):* Não apoiado!

A Oradora: …estão preocupados em que não conste do seu caderno de encargos assumir as despesas dos aeroportos deficitários desta Região.

Deputado Jorge Macedo *(PSD):* Isso não existe!

A Oradora: Os açorianos e as açorianas têm que saber isto. Os senhores estão preocupados em defender os privados, não estão preocupados em defender os açorianos.

Deputado Jorge Macedo *(PSD):* Dá o seu cartão de crédito? Eu fico com o prejuízo.

Deputado Artur Lima *(CDS/PP):* Isso é falso! Seja séria!

A Oradora: É rigorosamente verdade. Tem que provar o contrário.

Deputado Artur Lima *(CDS/PP):* A senhora é que tem de provar!

A Oradora: Estou a provar! Leia o texto.

Oh Sr. Deputado, leia o texto de uma resolução e de outra. A única diferença com 3 meses de atraso é o caderno de encargos.

Deputado Artur Lima *(CDS/PP):* Quem é que vai pagar? Quem vai comprar a ANA? Seja séria!

A Oradora: Seja quem for. Aquilo que os senhores não querem é (vou dizer-vos): o Governo da República com o apoio do PSD e do CDS, na República, prepara-se para entregar aos privados a gestão dos aeroportos do continente – com certeza! – lucrativos do ponto de vista financeiro, mas mantém no sector público quais? Os deficitários que por acaso são os da Madeira e, para aquilo que nos interessa, os dos Açores.

Deputado Artur Lima *(CDS/PP):* Não é, não! 25% é do Governo Regional.

A Oradora: É! Olhe que é! Vai dar lá.

Portanto, o que é que os senhores querem garantir? Querem garantir que a empresa ou o consórcio que vai ficar com a ANA fica com o lucro e quem fica com os prejuízos são os contribuintes portugueses que, na vossa opinião (na opinião do PSD e do CDS), ainda têm imenso dinheiro no bolso para pagar tudo e mais alguma coisa, inclusive agora o serviço dos aeroportos na Região.

Deputado Artur Lima *(CDS/PP):* Os do Bloco de Esquerda têm muito dinheiro.

A Oradora: Portanto, aquilo que os senhores não serão capazes de explicar aos açorianos e açorianas é por que é que em Julho votaram contra uma proposta que defendia os interesses e os direitos das nossas comunidades e hoje apresentam uma, que só tem uma diferença: é que não está lá que os custos com os nossos aeroportos devem ser claramente expressos no caderno de encargos na empresa que vai ficar com a ANA, porque é esta a vossa preocupação.

Não venham chorar lágrimas de crocodilo agora, aqui, na Região Autónoma dos Açores, dizendo que estão muito preocupados porque os senhores deveriam ter-se preocupado logo a partir do momento em que a hipótese de privatização (e não é com a Troika!) da ANA se colocou na agenda política.

Os senhores não disseram nada, acharam bem.

Agora, já tardiamente, mas vamos ver se apanhamos o comboio, vamo-nos preocupar com os açorianos e açorianas.

Deputado Aníbal Pires *(PCP):* Porque andam de avião é que não deviam querer apresentar isto!

A Oradora: Os senhores têm um problema e o problema é este: os senhores estão coligados no Governo da República e os senhores estão a transformar a vida dos portugueses, dos açorianos e das açorianas num inferno. Estão a destruir a vida das pessoas, de quem trabalha, de quem vive das suas reformas. O partido dos reformados, dos aposentados, …

Deputado Artur Lima *(CDS/PP):* Muito bem! Apoiado!

A Oradora: …o CDS, a preocupação máxima com os contribuintes e com os aposentados, esqueceu-se de tudo, Sr. Deputado.

O seu primeiro até faz questão de andar a viajar pelo mundo, que é para não ter de dizer uma palavra sobre aquilo que prometeu, os compromissos que assumiu e que agora não faz coisa nenhuma. Assobia para o lado e faz de conta que não é nada.

Deputado Artur Lima *(CDS/PP):* Ouça hoje à noite!

A Oradora: Portanto, é escusado evidentemente dizer que o sentido de voto do Bloco de Esquerda, relativamente a esta proposta, é contra, porque não pode ser contra, contra.

Muito obrigada.

Deputado Mário Moniz *(BE):* Muito bem!

(Aplausos do Deputado Mário Moniz)

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(*) Deputado Artur Lima *(CDS/PP):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Zuraida Soares, vou-lhe dar uma sugestão para passar um belo serão. Já que está com saudades do meu primeiro, ele hoje vai dar uma entrevista às 21 horas, 20 horas nos Açores, à RTP Informação e…

Deputado Aníbal Pires *(PCP):* Para falar do G4!

O Orador: …portanto, recomendo a V. Exa. que oiça com atenção e passe um serão agradável a ouvir coisas boas. Tem uma recomendação e já que está com saudades do homem então fique com ele.

Sra. Deputada, relativamente às suas demagogias, obviamente nem vou dar qualquer resposta.

Agora não lhe aceito, nem minimamente, e em algumas coisas que a senhora diz é compreensível, porque se tivesse nascido cá talvez percebesse as coisas de outra maneira,…

Deputada Zuraida Soares *(BE):* Xenofobia a esta hora, Sr. Deputado, é demais!

Deputado Aníbal Pires *(PCP):* Não tem argumentos!

O Orador: …mas como não nasceu naturalmente não compreende.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos prosseguir o nosso debate com serenidade e elevação, como ele tem corrido até aqui.

Faça favor, Sr. Deputado.

Deputada Zuraida Soares *(BE):* Como o senhor diz isso aos médicos colombianos sinto-me muito bem acompanhada.

O Orador: Está naturalmente bem acompanhada, Sra. Deputada. Naturalmente que está!

Deputada Zuraida Soares *(BE):* Se é assim que defendem a vossa proposta!

O Orador: Nós defendemos a nossa proposta e temos pena que os senhores não a aprovem.

Deputado Aníbal Pires *(PCP):* V. Exa. não defendeu a vossa proposta!

O Orador: O Partido Comunista naturalmente por uma questão ideológica, coerente, é contra toda e qualquer privatização. Pronto, é respeitável a sua posição e portanto, independentemente de tudo nós respeitamos.

Agora, Sr. Deputado, admira é que o senhor Vice-Presidente da Câmara da Horta, durante anos (e membro do Partido Comunista) nunca lhe tenha ouvido uma palavra, pelo menos que eu saiba sobre essa questão, de uma exigência ao Governo da República da Câmara Municipal da Horta, onde o PCP tinha

"coisa" e não o ouvi exigir ao Governo da República do Partido Socialista o aumento da pista da Horta.

Deputado Francisco César *(PS):* Estava distraído!

Deputado Aníbal Pires *(PCP):* É evidente que V. Exa. estava distraído!

O Orador: Agora Sr. Deputado Berto Messias, vou-lhe dizer o seguinte: num debate feito aqui em 2007 e portanto, não é de agora que o CDS se preocupa com a ANA, não é de agora que o CDS se preocupa com os aeroportos dos Açores.

Deputado Aníbal Pires *(PCP):* Não se preocupam com nada! Querem é aumentar o capital!

O Orador: Aliás, se reparar e tiver a bondade de ir ver, tivemos vários projectos de resolução sobre a melhoria da operacionalidade dos aeroportos dos Açores que os senhores até chumbaram; inclusivamente sobre Santa Maria, onde se tinha lá também umas medidazinhas; inclusivamente para a Horta. Tenho aqui o debate do Sr. Secretário da altura, Duarte Ponte.

O Sr. Secretário Duarte Ponte dizia, efectivamente, Sr. Deputado, em Setembro de 2007, que: "O processo de privatização da ANA estava em curso e que ficaria concluído no final daquele ano", Sr. Deputado. No final daquele ano.

Deputado Berto Messias *(PS):* Então está a dar-me razão que isto não tem nada a ver com a Troika!

O Orador: Já lá vou, Sr. Deputado.

A ANA sendo privatizada no final daquele ano eu não vi uma exigência do Partido Socialista sobre o caderno de encargos, como seria feito, nunca divulgaram, nunca disseram nada sobre essa matéria.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores *(Sérgio Ávila):* Viu, viu! Não é verdade!

Deputado Berto Messias *(PS):* A prova disso é que a privatização nunca aconteceu!

Deputado Costa Pereira *(PSD):* Essa é para a gente rir agora!

O Orador: Está no Diário.

A prova disso são as afirmações do Sr. Secretário Duarte Ponte que aqui estão.

Os senhores estavam à espera da privatização serenamente sentados e quem levantou o problema…

(Aparte inaudível do Deputado Paulo Estêvão)

Presidente: Faça favor de continuar, Sr. Deputado.

O Orador: Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Deputado Paulo Estêvão é que o senhor aqui ao meu lado incomoda o meu ouvido esquerdo, percebe? E faz-me eco.

Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Peço desculpa, fiquei a saber!

O Orador: Já está desculpado.

Deputada Zuraida Soares *(BE):* O Sr. Deputado não nasceu cá não se pode pronunciar.

O Orador: Sr. Deputado Berto Messias, se me quiser ouvir com todo o gosto…

A Sra. Deputada Catarina Furtado vai defender o aeroporto da Ribeira Grande daqui a bocadinho.

Deputada Catarina Furtado *(PS):* Nasci cá.

O Orador: Em 2007 eu não ouvi uma única preocupação sobre…

(Aparte inaudível do Sr. Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores)

O Orador: Não ouvi, Sr. Vice-Presidente e o senhor sabe.

Vamos à frente. Está aqui o Diário das Sessões e tenho mais documentos aqui.

Deputado Berto Messias *(PS):* As notas que o senhor tem aí eu também tenho aqui!

O Orador: Portanto, o PS não estava preocupado com isto e não estava preocupado com quem é que ia arcar com os custos no processo de privatização. Não estava nada preocupado com isto.

Mas vamos à frente.

Sr. Deputado Berto Messias, vou ao Memorando de Entendimento. Diz assim: "O Governo acelerará o programa de privatizações". Acelera, sabe o que é acelerar, Sr. Deputado?

Quais as empresas que vai privatizar? A ANA, Aeroportos de Portugal, TAP, a CP Carga, a GALP, a EDP, por aí fora.

Deputado Berto Messias *(PS):* O senhor acabou de responder a isso quando disse que em 2007 já se falava no processo de privatização da ANA!

O Orador: Portanto, está aqui. No Memorando da Troika o PS comprometeu-se a acelerar o processo de privatização, coisa que ainda nunca tinha feito.

Agora, Memorando da Troika começa assim: "Dear Mr. Strauss-Kahn". (É dirigida a este senhor.)

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores *(Sérgio Ávila):* Tem alguma coisa contra esse senhor?

Deputada Zuraida Soares *(BE):* Não nasceu cá!

(Risos da Câmara)

O Orador: E é assinado, Sr. Deputado Berto Messias, por um senhor…

Deputado Berto Messias *(PS):* Engenheiro José Sócrates!

O Orador: "Sincerely yours, Fernando Teixeira dos Santos"…

Sabe quem é? Pronto.

… "e Carlos da Silva Costa".

Sabe quem é? Portanto, é o Ministro das Finanças e o Governador do Banco de Portugal.

Deputado Berto Messias *(PS):* Mas o que é que isso tem a ver com o Memorando da Troika?

O Orador: Quem assinou o Memorando da Toika foi o Partido Socialista. Aliás, quem pediu ajuda foi o Partido Socialista.

E diz assim: (…) "we are proposing a far-reaching reform programme, [está a perceber? Não preciso de traduzir] backed by substantial international financing to meet balance of payments needs."

A Sra. Deputada Benilde, se for preciso, traduz aqui para a Câmara. Se for preciso ela traduz para os senhores.

Portanto, Sr. Deputado Berto Messias estamos esclarecidos quanto à Troika. Os senhores é que propuseram, os senhores é que pediram, os senhores é que assinaram, responsavelmente.

O CDS e o PSD subscreveram naturalmente e apoiaram quase tudo isto porque era para salvar Portugal. A privatização os senhores já a queriam fazer…

Deputado Berto Messias *(PS):* É por causa da Troika ou já existia antes?

O Orador: …e já agora, Sr. Deputado, já que quer falar da privatização, então vamos falar.

Por que é que nunca foi aumentada a pista do aeroporto da Horta?

É a pergunta que o senhor vai responder.

Deputado Berto Messias *(PS):* Vai falar de uma coisa que não tem nada a ver!

O Orador: Por que é que a pista do aeroporto da Horta ainda não foi aumentada, Sr. Deputado?

Deputado Berto Messias *(PS):* Uma boa pergunta!

O Orador: Mais uma segunda pergunta, Sr. Deputado.

Deputado Aníbal Pires *(PCP):* O seu parceiro de coligação pode responder a isso.

Deputado Berto Messias *(PS):* O Sr. Deputado Luís Garcia pode responder a isso. Posso dar-lhe a palavra se quiser!

Deputado Luís Garcia *(PSD):* Já respondeu há 6 meses! Os senhores tiveram lá e não disseram nada!

O Orador: Por que é que a iluminação…

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima faça favor de continuar.

O Orador: Parece-me que o cronómetro está parado!

Secretário Regional da Agricultura e Florestas *(Noé Rodrigues):* Isso não lhe está a correr nada bem!

O Orador: Sr. Deputado Berto Messias, por que é que desde 2007 não está privatizado o aeroporto da Horta?

Por que é que desde 2007 não está o ILS instalado no aeroporto da Horta?

Por que é que desde 2007 não está a nova iluminação e certificação do aeroporto das Flores?

Por que é que o Governo Regional nunca se impôs ao Governo da República para igualar as taxas aeroportuárias às taxas da SATA, Gestão de Aeródromos?

Por que é que no aeroporto do Faial as taxas são mais caras?

Por que é que no aeroporto das Flores as taxas são mais caras?

Por que é que no aeroporto de Ponta Delgada as taxas são mais caras?

E responda-me ainda a uma outra pergunta, Sr. Deputado: por que é que foi prioritário em vez de aumentar a pista do aeroporto da Horta, em vez de pôr a Horta com ILS e melhorar as condições de operacionalidade, como foi aqui proposto por mim num projecto de resolução que os senhores chumbaram em 2004 (os senhores chumbaram o projecto de resolução)?

Sr. Deputado, por que é que isso ainda não está feito?

Por que é que se optou, em vez de melhorar as condições de operacionalidade do aeroporto da Horta, por aumentar a placa de estacionamento do aeroporto de Ponta Delgada?

Deputado Berto Messias *(PS):* O Sr. Deputado falou de tudo menos da proposta!

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) Deputado Aníbal Pires *(PCP):* Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É evidente que há aqui com certeza diferenças ideológicas que levam a que o PCP seja contra a privatização desta empresa, mas de qualquer forma queria esclarecer quer o Sr. Deputado Duarte Freitas, quer o Sr. Deputado Artur Lima.

Aliás, o Sr. Deputado Artur Lima é recorrente porque já lhe tenho explicado isto várias vezes, mas…

Deputada Zuraida Soares *(BE):* O Sr. Deputado nasceu cá?

O Orador: Eu não nasci, mas…

Deputada Zuraida Soares *(BE):* Não nasceu cá, então tenha cuidado!

Deputado Mário Moniz *(BE):* Está tramado!

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires vamos continuar.

O Orador: …julgo que consigo comunicar bem com o Deputado Artur Lima, agora a incomodidade do Deputado Artur Lima é que leva a que não tenha percebido aquilo que vou hoje repetir de novo e que me parece que o Deputado Duarte Freitas, eventualmente, não estaria ali na primeira linha da bancada, talvez não tenha ouvido. Acredito que não o tenha feito por má-fé, apenas por desconhecimento, o que também é aceitável.

Aquilo que o PCP defende em termos da economia para o país e para a Região é um sistema misto: sector público, sector privado e sector cooperativo.

Deputado Jorge Macedo *(PSD):* É coreano, cubano e albanês!

O Orador: O senhor está a ouvir isto já há várias vezes, mas o senhor é daqueles alunos que a gente repete… Mas um dia destes trago-lhe aqui um *powerpoint* para o ajudar a entender esta questão.

O senhor esteja descansado que há-de lá chegar. Com reforço e apoio pedagógico há-de lá chegar.

Sr. Deputado Duarte Freitas estamos perfeitamente esclarecidos. Portanto, a questão não é essa. Nós não temos nada contra a actividade privada. Em termos de economia aquilo que defendemos e aquilo que está no programa do PCP é isto mesmo. Para que não haja dúvidas!

Espero não ter de voltar a dizer isto. Ao Deputado Artur Lima já sei que vou ter de voltar a dizer, enfim, de uma forma insistente, porque tem esta dificuldade que nós já todos percebemos que tem.

Sr. Deputado Duarte Freitas e Sr. Deputado Artur Lima, a questão é a seguinte: nós temos uma empresa pública que gere os aeroportos no território nacional.

A Região Autónoma dos Açores tem um conjunto de aeroportos, quatro (salvo erro), que são propriedade desta empresa pública.

O transporte aéreo é fundamental para a Região Autónoma dos Açores. Sabemos que os aeroportos dos Açores são deficitários, qualquer um deles.

Deputado Artur Lima *(CDS/PP):* Quais?

O Orador: Oh Sr. Deputado, são deficitários, mas entretanto no conjunto da empresa…

Se me derem licença!

…aquela empresa (como foi dito há pouco aqui pela Deputada Zuraida Soares) entregou o ano passado 27 milhões de euros ao Estado português. Portanto, a empresa é uma empresa que dá lucro.

Deputada Zuraida Soares *(BE):* E vai ser privatizada!

O Orador: Ora bem, Vs. Exas. querem entregar isto (mas aqui não é só o PSD e o CDS, é também o PS) ao capital, esta empresa, que presta um serviço público e que no caso dos Açores é fundamental.

Deputado Jorge Macedo *(PSD):* Ao capital!

O Orador: Mais! Na situação dos aeroportos que são deficitários, como é o caso dos aeroportos dos Açores, é evidente que para manter os níveis de qualidade do serviço só pode acontecer uma coisa: é que o Estado, a Região faça a remuneração do capital que vier a apropriar-se da empresa.

O senhor acha isso bem? Acha que o capital deve ser remunerado pelo dinheiro público? O senhor acha isso bem, Sr. Deputado?

É isso que os senhores têm de dizer às açorianas e aos açorianos.

As açorianas e os açorianos, todos os portugueses vão tirar do seu bolso para remunerar o capital que…

(Aparte inaudível)

Deputado Artur Lima *(CDS/PP):* Ainda não acabou o tempo? Já devia ter terminado!

Presidente: Faça favor de continuar, Sr. Deputado.

O Orador: Percebeu, não percebeu? Ou também quer o *powerpoint*?

Vs. Exas. têm de explicar isso. É que Vs. Exas. querem entregar dinheiro público para o capital privado.

Presidente: Agradecia que terminasse, Sr. Deputado.

O Orador: E mais! Vs. Exas. vêm aqui com este projecto de resolução tentar branquear isto, tentar enganar os açorianos.

Deputada Benilde Oliveira *(PS):* Muito bem!

O Orador: Só queria fazer aqui uma correcção: não é só a Dra. Berta Cabral que, depois do novo Governo da República ter sido empossado, diz que o problema está todo resolvido. É a Dra. Berta Cabral e o Dr. Artur Lima…

Deputado Artur Lima *(CDS/PP):* Muito obrigado!

O Orador: …que vêm dizer que os problemas estão todos resolvidos, mas a verdade é que os açorianos estão a ser fortemente penalizados pelos partidos do Dr. Artur Lima e da Dra. Berta Cabral.

Deputado Artur Lima *(CDS/PP):* Pelas greves!

O Orador: Isso é que é grave e é isso que as açorianas e os açorianos têm de perceber e têm de perceber hoje, têm de perceber amanhã e têm de perceber em Outubro de 2012, porque têm de penalizar. Têm de penalizar o Dr. Artur Lima e têm de penalizar a Dra. Berta Cabral. Têm de penalizar o CDS/PP, têm de penalizar o PSD, porque vocês estão a enganar os açorianos.

Muito obrigado.

Presidente: Terminou o tempo do PCP neste debate.

Vamos prosseguir. Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu acredito na economia de mercado, acredito na propriedade individual, mas acredito e a minha ideologia é o interesse nacional, a minha ideologia é o patriotismo.

Deputado Aníbal Pires *(PCP):* Muito bem, Sr. Deputado!

O Orador: Por isso, o que eu vos quero dizer e aquilo que estava no programa nacional do PPM, que eu próprio escrevi nesta matéria, foi que em relação às privatizações tem que estar em causa a defesa do interesse nacional.

Eu sei que nós hoje somos um protectorado económico, como fomos infelizmente ao longo dum período da nossa história…

Deputado Aníbal Pires *(PCP):* Perdemos a soberania, é verdade. Não é só o PCP que o diz, o PPM também o refere!

O Orador: …e o que nós temos de fazer, o que os políticos deste país têm de fazer é defender sempre, sempre a soberania nacional.

Nesta matéria e em relação aos pressupostos que estão no Memorando de Entendimento, que são da responsabilidade do Partido Socialista, do PSD e também do CDS, …

Deputado Aníbal Pires *(PCP):* Os partidos troikistas, diga-se de passagem!

O Orador: … considero que nalgumas áreas não serviram o interesse nacional e considero que quando se fala na privatização da água, ou na privatização (ainda que parcial) da Caixa Geral de Depósitos, ou na privatização da TAP, ou na privatização da ANA não se está a servir o interesse nacional.

Deputado Aníbal Pires *(PCP):* Muito bem! Mas estão a defender os interesses privados!

O Orador: E como vos disse a minha ideologia é Portugal. A minha ideologia e os interesses que eu defendo são sempre os interesses dos portugueses e não os interesses dos mercados.

Deputado Aníbal Pires *(PCP):* Muito bem Sr. Deputado!

O Orador: Dizem-me que existe uma mão invisível do mercado, essa mão invisível do mercado tem que se tornar visível, porque nós não sabemos quem é que nos está a fazer mal, nós não sabemos quem é que está a prejudicar os interesses nacionais, nós não sabemos quem é que está a prejudicar os interesses do povo português.

Nesta mão invisível eu não acredito nela. Considero que nós, os estados, devemos criar todos os instrumentos possíveis para que esta mão invisível se transforme numa mão visível e para que esta mão seja responsabilizada por afectar os direitos das pessoas.

Por isso, nesta matéria em específico eu não percebo por que é que a ANA tem que ser privatizada. Porquê?

Dá prejuízo?

Deputado Artur Lima *(CDS/PP):* Jantou com o Sr. Deputado Aníbal Pires?

Deputado Aníbal Pires *(PCP):* Não dá! Se desse não era para privatizar!

O Orador: Não dá prejuízo.

A gestão das infraestruturas portuárias é importante para a soberania do país nos tempos que correm? É importantíssima!

Considero que é uma das áreas que se deve manter nas mãos do Estado, nas mãos de todos os portugueses.

Por isso, não percebo, estou contra a privatização da ANA, porque não existe nenhuma razão objectiva para que se tome esta decisão política.

Portanto, nessa medida o que me podem dizer é que existe uma pressão por parte da Troika e por parte dos mercados para que a empresa seja privatizada.

Qual é o nosso dever, qual é o dever dos políticos que servem o país?

É dizer-lhes que, em relação a esta empresa que dá lucro, esta empresa que é apetitosa para os mercados, não!

Deputado Aníbal Pires *(PCP):* Capital estrangeiro! Não tenha medo de dizer!

O Orador: E resistir à imposição desta medida por parte de estrangeiros que estão a aproveitar-se da fragilidade do país, que estão a aproveitar-se da nossa fragilidade económica para nos impor uma medida que prejudica o interesse nacional.

Deputado Aníbal Pires *(PCP):* O capital, diga!

O Orador: O que nós temos de fazer como portugueses e como patriotas é dizer-lhes não e resistir nesta matéria.

Se há um Estado em dificuldades económicas, se há um Estado que está fragilizado e se há uma empresa que dá lucro por que é que nós temos de aceitar, em nome da imposição de estrangeiros, que esta empresa saia das mãos do povo português, saia das mãos do interesse nacional…

Deputado Aníbal Pires *(PCP):* Capital estrangeiro!

Deputado Jorge Macedo *(PSD):* Isso é influência do jantar!

O Orador: …e vá para qualquer outro mercado invisível, ir para as mãos de estrangeiros servindo o interesse do lucro, servindo o interesse de outros privados, cujo primeiro interesse nunca será o serviço do interesse nacional e das pessoas.

Deputado Berto Messias *(PS):* O capital! Diga!

O Orador: Por isso, considero que é um erro, tal como é um erro privatizar as Águas de Portugal, tal como é um erro privatizar a TAP, tal como é um erro privatizar a Caixa Geral de Depósitos.

Ainda bem que aqui já se recuou e que já se reconhece que a Caixa Geral de Depósitos é importantíssima para termos algum tipo de hipótese de intervenção de regulação em relação ao nosso sistema financeiro.

Eu sei que existiram políticos que quiseram ir muito longe em relação à Caixa Geral de Depósitos e que erro colossal não se teria cometido se tivéssemos privatizado a Caixa Geral de Depósitos.

Por isso é que considero que nestes momentos de fragilidade do país nós temos que manter-nos firmes na defesa do interesse nacional e em relação àqueles que são os interesses da Região é evidente que, sendo os nossos aeroportos aqui, na Região, deficitários, a privatização de toda a empresa irá provocar um assumir de encargos para o orçamento da Região, uma Região que está a conhecer dificuldades económicas cada vez maiores e estas dificuldades económicas vão chegar-nos através da privatização da ANA.

Portanto, se no âmbito do interesse geral nacional nós estamos contra a privatização da ANA, então como políticos açorianos, como parlamentares açorianos estamos duplamente contra, porque não defende o interesse nacional e, pelo contrário, prejudica muito, mas muito o orçamento regional, prejudica ainda mais, prejudica duplamente o interesse da Região Autónoma dos Açores.

Esta é a nossa posição, é uma posição de patriotismo, de defesa do interesse nacional e de defesa também da autonomia, dos Açores e defesa dos interesses da autonomia dos Açores.

E quero dizer-vos que tenho muito orgulho de não receber instruções de Lisboa, de não receber instruções de sede partidária nacional nenhuma, porque a sede nacional do meu partido está aqui, está nos Açores.

Deputado Aníbal Pires *(PCP):* Está no Corvo! Muito bem!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos fazer um intervalo de 30 minutos. Retomamos os nossos trabalhos às 12 horas. Até já.

(Eram 11 horas e 30 minutos)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradecia que reocupassem os vossos lugares. Vamos reiniciar os nossos trabalhos.

(Eram 12 horas e 07 minutos)

Continuando com o debate que estava a ocorrer relativo à resolução **"Pronúncia, por iniciativa própria, da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores sobre o processo de privatização da ANA – Aeroportos de Portugal, S.A.",** da autoria do PSD e do CDS/PP.

Tenho inscrito agora, a quem dou a palavra, o Sr. Deputado Duarte Moreira.

(*) Deputado Duarte Moreira *(PS):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Só para que conste no Diário das Sessões que à pergunta directa e objectiva colocada por mim à bancada do PSD, a mesma não foi respondida.

Deputado Aníbal Pires *(PCP):* Nem a minha!

O Orador: Se a defesa que o PSD diz ter dos aeroportos da Região, e nomeadamente do aeroporto de Santa Maria, for a mesma que teve na década de 80 e que depois o Professor Cavaco Silva teve também quando era Primeiro-Ministro, estamos entendidos o que é que se entende sobre a defesa dos aeroportos de Santa Maria.

Muito obrigado.

Deputada Catarina Furtado *(PS):* Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado Jorge Macedo tem a palavra.

(*) Deputado Jorge Macedo *(PSD):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Hoje ficou claro para mim e para todos os colegas Deputados do PSD que em coerência a vontade do Bloco de Esquerda deveria ter sido votar contra a sua própria proposta de resolução e passo a explicar porquê.

Porque hoje ficou claro nas palavras da Sra. Deputada Zuraida Soares que o que está em causa e o desacordo do Bloco de Esquerda é relativamente à privatização da ANA.

O PCP, o Deputado Aníbal Pires, foi coerente. Não votou favoravelmente a proposta do Bloco de Esquerda e por aquilo que acabámos de ouvir também não votará favoravelmente a proposta do PSD e do CDS/PP.

Acontece, no entanto, que quando o Bloco de Esquerda negociou a sua proposta com o Partido Socialista, o Partido Socialista disse-vos: "Não podem escrever aí que são contra a privatização,…

Deputado Berto Messias *(PS):* Sr. Deputado não faça esse papel! Isso não é para si!

Deputado Mário Moniz *(BE):* O Bloco de Esquerda não entra nesses jogos!

O Orador: …porque nesse caso nós não podemos votar favoravelmente a vossa proposta e não podemos votar favoravelmente a vossa proposta porque na República o nosso camarada Sócrates…

Deputado Mário Moniz *(BE):* Está baralhado!

O Orador: …aprovou, escreveu, assinou, concordou com a privatização da ANA no Memorando de Entendimento com a Troika."

Deputado Berto Messias *(PS):* Sr. Deputado, não faça esse papel!

O Orador: Vai daí o Bloco de Esquerda disse: "Então vamos assumir …

Deputado Aníbal Pires *(PCP):* É o papel que está destinado ao Sr. Deputado Jorge Macedo. É a triste figura!

O Orador: …que a privatização da ANA vai acontecer, mas vamos dizer que quem ficar com a privatização, quem ganhar a privatização da ANA vai suportar os custos dos aeroportos dos Açores."

Deputada Zuraida Soares *(BE):* O Ministro Miguel Relvas faz muito bem!

O Orador: Oh Sra. Deputada, eu sei que a vossa vontade era votar contra a vossa proposta de resolução, porque Vs. Exas. não concordam com a privatização da ANA, mas não era isso que estava escrito na vossa proposta.

Deputada Zuraida Soares *(BE):* Com certeza! Mas vamos ter que pedir desculpa?

O Orador: O que estava escrito era que: "Vamos fazer a privatização da ANA, mas os aeroportos dos Açores vão ser suportados pela empresa que vier a ganhar essa privatização."

Deputada Zuraida Soares *(BE):* Vai chamar a polícia?

O Orador: Já expliquei aquando da discussão que tivemos há 2 ou 3 meses atrás sobre a vossa proposta que aquilo que os senhores escreveram a pedido do Partido Socialista é uma não proposta.

Deputada Zuraida Soares *(BE):* É preciso ter lata!

O Orador: E vou repetir.

Imaginemos que nós somos dois sócios. Eu fico com a parte da empresa que dá prejuízo, ou com a área de negócio que dá prejuízo e a Sra. Deputada fica com a área da empresa que dá lucro. Concordo, mas digo-lhe: "A senhora tem que me entregar o seu cartão de crédito para usar como entender."

Deputada Zuraida Soares *(BE):* Já ouvi essa em Julho pelo Sr. Deputado! Tem de ser mais criativo.

O Orador: Mas eu estou a repetir para mais uma vez dizer-lhe que a vossa proposta de resolução é uma não proposta.

Coerentemente o Bloco de Esquerda deveria ter feito o seguinte: escrever na sua proposta de resolução que era contra a privatização da ANA e aí, sim, tinha todas as razões para votar a favor da sua proposta. Tal como ela está escrita a vossa vontade era votar contra.

Não há outra maneira de entender os vossos argumentos, porque hoje, na discussão da proposta do PSD e do CDS/PP, não ouvimos outra coisa da boca de V. Exa. senão ser contra a privatização. Mas não era isso que estava escrito na vossa proposta há 3 meses atrás.

Então e a coerência? Tal como foi coerente o Deputado Aníbal Pires, Vs. Exas. também deviam ter votado contra a vossa proposta ou, no mínimo, não aproveitar a boleia e serem influenciados pelo Partido Socialista que aproveitou a deixa para fazer uma guerrazinha, mas deixou-vos entalados. Tenho que reconhecer que vos deixou completamente entalados e a coerência entre aquilo que escreveram na vossa proposta e o discurso hoje é completamente díspar e não tem absolutamente ligação possível nenhuma, a não ser que a Sra. Deputada consiga esclarecer.

Obrigado.

(Neste momento, o Deputado Cláudio Lopes reocupou o seu lugar na Mesa)

Presidente: Sr. Vice-Presidente do Governo tem a palavra.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores** *(Sérgio Ávila):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Permitam-me que numa primeira abordagem a essa matéria faça aqui lembrar duas questões que estão um pouco arredadas do conteúdo deste debate.

Primeira: a ANA é uma empresa gestora de recursos aeroportuários; a ANA é uma empresa que gere um conjunto de aeroportos.

Segundo: a privatização que está a ser abordada é um processo de privatização que não começou, ao contrário do que foi aqui referido, pelo Memorando da Troika.

O processo de privatização da ANA é um processo bem mais antigo e tem a ver com definir-se se será gestão pública ou gestão privada a exploração dos aeroportos que estão sob a sua tutela.

Mas o cerne da questão, que se está aqui a fugir à resposta, são duas questões essenciais que importa colocá-las e que merecem ter resposta e posicionamento de todos os partidos nesta casa.

Primeiro: concordam ou não que no âmbito do processo de privatização da ANA seja incorporado um caderno de encargos, obrigações para concretização de investimento no período decorrente dessa privatização? Primeira questão.

Deputado José San-Bento *(PS):* Pode ser e pode não ser!

O Orador: Concretizando: deve estar no caderno de encargos decorrente da privatização da ANA a obrigação de realização de investimentos, nomeadamente a ampliação da pista do Faial, sim ou não? É uma pergunta muito concreta.

Segunda pergunta muito concreta: deve estar no caderno de encargos, no âmbito do processo de privatização da ANA, a garantia e obrigação da entidade que adquirir o capital da ANA de que não haverá aumento das taxas aeroportuárias nos aeroportos dos Açores superiores à inflacção, sim ou não?

São estas as duas perguntas que interessam aos açorianos.

Deputado José San-Bento *(PS):* Muito bem!

O Orador: São estas as duas perguntas que quem fez esta proposta deve responder. São estas as duas perguntas que o Governo da República deve responder.

Deputado Berto Messias *(PS):* Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado Berto Messias tem a palavra.

Deputado Berto Messias *(PS):* Prescindo.

Presidente: Sr. Deputado Luís Garcia tem a palavra.

(*) Deputado Luís Garcia *(PSD):* Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Deputado Aníbal Pires *(PCP):* Vamos agora saber qual é o desfecho do prolongamento da pista do aeroporto do Faial!

O Orador: Peço a palavra neste debate para, em nome do PSD, reafirmar a importância do investimento na ampliação da pista do aeroporto da Horta.

Consideramos aquele investimento verdadeiramente estruturante para, por um lado, aumentar as margens de segurança das operações que ali são efectuadas e, por outro lado, para preparar aquela infraestrutura para servir efectivamente de base e potenciar o desenvolvimento do Faial.

Gostava de dizer com tranquilidade que o PSD nesta matéria tem tido uma coerência absoluta.

Deputado Aníbal Pires *(PCP):* Tem a garantia do Governo da República! Se tiver esta proposta vai ser apoiada!

O Orador: E vou-lhe explicar porquê.

O PSD tem criticado ao longo dos anos a postura da ANA de não concretizar aquele investimento.

O PSD critica a postura da ANA actualmente por não concretizar aquele investimento.

O PSD tem criticado ao longo dos anos diversos Governos da República por não concretizarem aquele investimento.

O PSD critica, condena a posição do Governo actual da República por não concretizar aquele investimento.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Nisso fomos, aliás, os únicos no Faial,…

Deputado Artur Lima *(CDS/PP):* Ouça Sr. Deputado Aníbal a resposta!

O Orador: …até à data, a tomar posição contra uma resposta que o Governo da República deu ao requerimento dos Deputados do PSD na Assembleia da República.

Deputado Mário Moniz *(BE):* Não é verdade!

O Orador: Permitam-me que leia dois parágrafos desse comunicado.

"O PSD sempre tem defendido este investimento independentemente da cor partidária dos Governos da República e do Governo Regional. Sempre discordámos da postura de sucessivos Governos da República que adiaram este investimento. Sempre condenámos a postura da ANA de considerar este investimento não rentável e desnecessário.

Nessa linha de coerência discordamos frontal e totalmente do conteúdo da resposta dada pelo Governo da República a este requerimento dos Deputados do PSD à Assembleia da República sobre a ampliação da pista do aeroporto da Horta."

Deputado Jorge Macedo *(PSD):* Muito bem! E o PS o que é que disse?

Deputado Rui Ramos *(PSD):* Zero!

Deputado Mário Moniz *(BE):* Mas vocês não foram os únicos!

O Orador: E esta posição merece a nossa total discordância e o nosso veemente repúdio porque aquela obra é necessária para aumentar as margens de segurança e para preparar aquela infraestrutura para servir efectivamente o desenvolvimento do Faial e dos Açores.

Portanto, nisso estamos perfeitamente coerentes e tranquilos.

Deputada Zuraida Soares *(BE):* Em Julho votaram contra! É a grande incoerência!

O Orador: É que o nosso compromisso não é de defender este ou aquele Governo da República. O nosso compromisso, nesta matéria e em todas as

outras, é defender os interesses dos açorianos, é defender, neste caso, os interesses do Faial e defender os interesses dos faialenses.

Deputado Duarte Freitas *(PSD):* Muito bem!

O Orador: E não defender este ou aquele Governo.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Neste debate, Sras. e Srs. Deputados, é preciso também recordar uma coisa importante neste contexto.

Em 2004, o Sr. Presidente do Governo, então em campanha eleitoral, num comício na freguesia dos Flamengos, na minha terra natal, quis dizer olhos nos olhos aos faialenses que "caso a ANA e o Governo da República não se dispuserem a avançar com a obra da ampliação da pista do aeroporto da Horta, o Governo Regional a eles se substituirá e fará essa obra".

Deputado Hernâni Jorge *(PS):* Em que ano foi isso?

Deputado Clélio Meneses *(PSD):* Em 2004!

Deputado Hernâni Jorge *(PSD):* Foi antes da Troika!

O Orador: Portanto, aqui, Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados, o Sr. Vice-Presidente não coloca questões.

Deputado Hernâni Jorge *(PS):* E a Troika? A Troika serve para umas coisas e não serve para outras.

O Orador: A questão que o senhor tem que responder neste debate e que é absolutamente essencial é: o que é que o Governo Regional vai fazer para cumprir esta promessa aos faialenses?

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Sr. Deputado pede a palavra para? Para uma interpelação, faça favor.

Deputado Aníbal Pires *(PCP):* Queria saber de quanto tempo é que disponho para desconstruir este número circense que o Sr. Deputado Luís Garcia acabou de fazer.

Presidente: O seu tempo já terminou. Tive a oportunidade de esclarecê-lo na altura.

Deputado Aníbal Pires *(PCP):* Muito obrigado.

Presidente: Sra. Deputada Zuraida Soares tem a palavra.

(*) Deputada Zuraida Soares *(BE):* Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

As manobras de diversão do PSD para não falarem daquilo que verdadeiramente está em questão, não responderem às perguntas que estão feitas por várias bancadas…

Deputado Berto Messias *(PS):* Muito bem!

A Oradora: …e pelo Vice-Presidente do Governo só querem dizer uma coisa: os senhores não têm resposta.

Deputado Aníbal Pires *(PCP):* Nem resposta, nem vergonha!

A Oradora: A pergunta concreta, simples, para não termos de fazer um desenho nem utilizar o tal *powerpoint* do Sr. Deputado Aníbal Pires é esta: por que é que os senhores, PSD e CDS, em Julho passado, há 3 meses atrás, votaram contra uma iniciativa que pretendia garantir a defesa dos açorianos num quadro de privatização da ANA e 3 meses depois vêm fingir que de repente estão preocupados com o assunto e apresentam uma proposta que, dizem os senhores, pretende exactamente a mesma coisa?

Quando os senhores forem capazes de explicar a esta Câmara por que é que em Julho eram contra e agora, de repente, se lembraram que é preciso fazer alguma coisa, talvez nós percebamos o sentido e a razão desta proposta.

Deputado Jorge Macedo *(PSD):* A vossa proposta era estapafúrdia. Não fazia sentido. Dá-me o seu cartão de crédito? Sei que confia em mim, mas não me dá o *pin*! Não confia em mim.

A Oradora: Mas então diga por que é que não faz sentido!

Em Julho não fazia sentido, agora faz.

Deputado Jorge Macedo *(PSD):* Já explicamos. Isso é uma não proposta, não existe! Perguntei se me dava o seu cartão de crédito e a senhora disse que não.

A Oradora: Ah! Então para que fique registado nos Diários eu vou repetir o que disse na minha primeira intervenção.

A única preocupação do PSD e do CDS não é com os açorianos, não é com esta Região, é com a empresa ou consórcio que vai ficar com a ANA…

Deputado Jorge Macedo *(PSD):* É consigo! Votou a favor de uma proposta que não concorda!

A Oradora: …e aquilo que os senhores querem garantir a mando do Governo da República é que essa empresa fica com a carne e os açorianos e açorianas ficam com o osso.

Deputado Rui Ramos *(PSD):* Não apoiado!

A Oradora: Essa empresa fica com aquilo que dá lucro, com os aeroportos que dão lucro e nós aqui vamos ter de pagar, se quisermos, aqueles que dão prejuízo.

Deputado Berto Messias *(PS):* Muito bem!

A Oradora: Digam isso, olhos nos olhos, aos açorianos e açorianas, porque é a única razão que os senhores têm para dizer que em Julho votaram contra e agora vêm com uma proposta em que a única diferença é esta: os senhores não defendem os açorianos,…

Deputado Jorge Macedo *(PSD):* Os senhores não percebem.

A Oradora: …os senhores defendem os interesses privados, mas não estão sozinhos, vêm na linha do Governo da República.

Muito obrigada.

Deputado Artur Lima *(CDS/PP):* E o PS!

Deputado Mário Moniz *(BE):* Muito bem!

Presidente: Sr. Secretário Regional da Economia tem a palavra.

(*) Secretário Regional da Economia *(Vasco Cordeiro):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Gostava de clarificar alguns aspectos que, sendo acessórios em relação ao que está aqui em discussão, não podem passar em claro algumas afirmações que o Sr. Deputado Luís Garcia aqui fez.

O que está aqui em causa não é a disponibilidade do Governo Regional. Essa parte está esclarecida.

Remeto-o em particular para os pontos 3 e 4 da resposta do Sr. Ministro da Economia ao requerimento do Sr. Deputado Mota Amaral e essa parte está clara.

O Governo mostrou disponibilidade para ajudar, pediu estudos que foram feitos,…

Deputado Artur Lima *(CDS/PP):* O Governo não tinha os estudos!

O Orador: …esses estudos foram feitos efectivamente, dão determinada ordem de valores para extensão, mas o que estamos aqui a falar é que nessa resposta o Governo da República diz "nós não queremos ajuda, porque nós não queremos ampliar o aeroporto." Ponto final.

A posição do Governo Regional sobre essa matéria é muito clara. O que nós pretendemos ou pretendíamos do Governo da República sobre esse assunto…

Deputado Costa Pereira *(PSD):* Não é verdade! Isso não está escrito aí!

O Orador: Nós compreendemos a actual conjunctura e o que pedíamos ao Governo da República sobre esse assunto foi que nos desse uma calendarização da resolução desta matéria. Calendarização da resolução desta matéria! Não é este ano, é para o ano,…

Deputado Jorge Macedo *(PSD):* Foi o Governo de Sócrates ou de Passos Coelho?

O Orador: …seja quando for, mas de qualquer das formas dêem-nos essa calendarização.

O Governo da República o que diz é "nós não vamos ampliar o aeroporto da Horta."

Deputado Jorge Macedo *(PSD):* E o Sócrates o que é que respondeu?

O Orador: A posição do Governo Regional sobre esse assunto também é clara. Nós não desistimos de colocar este assunto na ordem do dia. Esta continua a ser uma exigência que os açorianos colocam ao Governo da República.

Deputado Hernâni Jorge *(PS):* Muito bem!

Deputado Artur Lima *(CDS/PP):* Há 7 anos!

Deputado Hernâni Jorge *(PS):* Há mais!

O Orador: Mas, Sras. e Srs. Deputados, o que está aqui em causa não é apenas este aspecto. Este aspecto é acessório em relação às questões que foram colocadas pelo Sr. Vice-Presidente do Governo e às quais o PSD, através da intervenção do Sr. Deputado Luís Garcia, quis fugir, mas que são colocadas novamente e têm que ser respondidas nesta casa, nos exactos termos em que foram perguntadas pelo Sr. Vice-Presidente do Governo, porque é isso que releva para a análise da resolução que está discussão.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Costa Pereira tem a palavra.

Deputado Costa Pereira *(PSD):* Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O processo de ampliação da pista do aeroporto da Horta é um processo tão antigo e tão velho que nenhum faialense aceita a conversa da disponibilidade aqui trazida pelo Sr. Secretário Regional da Economia.

Vou lembrar todo o processo e tudo o que foi dito de essencial sobre a ampliação da pista do aeroporto da Horta para os Srs. Deputados desta casa poderem avaliar que credibilidade tem um Governo que ainda hoje vem renovar promessas de disponibilidade.

Deputado Jorge Macedo *(PSD):* Não é disponibilidade! É fazer!

O Orador: As declarações iniciais do Sr. Presidente do Governo a dizer que (eu repito o que é que o Sr. Presidente do Governo disse nos Flamengos, num comício) "se o Governo da República e ANA não ampliarem a pista do aeroporto da Horta, o Governo Regional assumirá essa obra", foram a promessa.

Deputado Jorge Macedo *(PSD):* Não é disponibilidade, é cumprir!

O Orador: E isto foi o que foi dito em 2004.

Em 2005, já no programa do Governo, a conversa do Governo Regional era diferente. A conversa já era de que o Governo Regional ia pugnar junto do Governo da República pelo aumento da pista do aeroporto da Horta, em pelo menos 500 metros.

Mas há mais!

Em Março de 2006, disse Duarte Ponte, cito: "Os Governos da República e Regional acordaram um plano de investimentos com a ANA que visa um conjunto de projetos estratégicos a levar a efeito nos Açores, onde se inclui a ampliação da pista do aeroporto da Horta." Duarte Ponte disse isto em Março de 2006. E disse mais! Disse que o projeto para a ampliação em mais 500 metros "deverá ficar concluído ainda durante este ano", 2006.

Deputado Luís Garcia *(PSD):* É mentira atrás de mentira!

O Orador: E disse ainda mais: "O Governo pretende contribuir…

Secretário Regional da Economia *(Vasco Cordeiro):* Pretende contribuir!

O Orador: …para que neste mandato a ampliação do aeroporto da Horta seja levada por diante."

"Pretende contribuir", mas oiça tudo o que foi dito.

Deputado Jorge Macedo *(PSD):* Pugnar, contribuir e antes era fazer!

O Orador: Carlos César, em Novembro de 2006, diz: "A ampliação da pista do aeroporto da Horta é também para o Governo Regional uma obra urgente."

Julho de 2007, Hélder Silva diz...

Deputado Luís Garcia *(PSD):* Lembram-se!

Deputado António Marinho *(PSD):* Olha quem ele é!

O Orador: … "O Governo Regional vai dar seguimento à ampliação da pista do aeroporto da Horta,…

Deputada Zuraida Soares *(BE):* E o que é que os senhores dizem hoje?

O Orador: …tendo já [estou a citar] acautelado no âmbito do IV Quadro Comunitário de Apoio, em vigor a partir de 2007, um montante financeiro para a concretização do investimento."

Deputado Jorge Macedo *(PSD):* Mais uma mentira!

Deputado Aníbal Pires *(PCP):* Queríamos saber era outra coisa!

O Orador: Espero que os senhores estejam a seguir bem o conteúdo das declarações!

Em Novembro de 2007, a agulha evolui para um registo diferente.

Duarte Ponte diz: "O investimento na ampliação da pista do aeroporto da Horta só poderá ser feito depois da privatização da ANA."

Agora entra o problema da privatização!

Janeiro de 2008: "Nesses interesses que importava acautelar, e que são compromissos nacionais do PS para com os Açores, inclui-se a ampliação em 500 metros da pista do aeroporto da Horta.", disse Carlos César, candidato a novo mandato a Presidente do Governo.

Deputado Jorge Macedo *(PSD):* Ora aí está!

O Orador: Junho de 2008: "Pela intervenção pessoal do Presidente do Governo ficou o compromisso [reparem no que é que está aqui dito] de se resolver a ampliação da pista do aeroporto da Horta ainda antes da privatização da ANA". Duarte Ponte, no Conselho de Ilha do Faial.

Deputado Berto Messias *(PS):* E então?

Deputado Jorge Macedo *(PSD):* Mas o Vasco Cordeiro pensa outra coisa!

O Orador: Mas há mais!

Em Setembro de 2008 (é preciso recordar que 2008 foi ano de eleições, para verem a credibilidade que estas pessoas têm!)…

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: …Carlos César diz que não precisa das recomendações da Assembleia Municipal da Horta e que…

Deputado Berto Messias *(PS):* O Sr. Deputado Luís Garcia foi mais assertivo!

O Orador: …já deu orientação, o Sr. Presidente do Governo, Carlos César, diz que já deu "orientação expressa no sentido da realização de uma parceria com a

ANA e o Governo Regional com vista à ampliação do aeroporto da Horta. Está é uma matéria consolidada."

E depois, a seguir, vem o programa do IX Governo que volta à conversa de 2007 - pugnar pela ampliação da pista do aeroporto da Horta - …

Deputado Jorge Macedo *(PSD):* Pugnar!

O Orador: …e depois vem a cereja em cima do bolo que é: no Plano do Governo para 2009…

Deputada Zuraida Soares *(BE):* Quanto é que vêm as respostas?

O Orador: …vem uma ação chamada "Aeroporto da Horta, início da elaboração do projeto de ampliação do aeroporto da Horta".

Afinal, depois deste trajeto todo, acabamos de conhecer que a pessoa que pôs aqui no Plano 25 mil euros para o início do projeto de ampliação do aeroporto da Horta é a mesma pessoa que vem aqui com esta cara, que a gente todos conhece, dizer que afinal há uns estudos que foram feitos pela ANA.

Deputado Hernâni Jorge *(PS):* Sr. Deputado Costa Pereira e a resposta?

O Orador: Onde é que está o projeto de ampliação do aeroporto que esteve no programa, que esteve no Plano do Governo de 2009 e que desapareceu a partir daí?

Por isso, Sr. Secretário Regional nós não precisamos de ouvir o senhor dizer que está disponível.

Nós não precisamos de ouvir o senhor dizer que está a acompanhar o processo.

O que nós precisamos é que o senhor assuma, com frontalidade, que vai cumprir a promessa que Carlos César fez aos faialenses.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputado Berto Messias *(PS):* O Sr. Deputado Costa Pereira acabou de reconhecer que o Dr. Vasco Cordeiro vai ganhar as eleições. Registei isso!

Presidente: Sr. Deputado Lúcio Rodrigues tem a palavra.

(*) **Deputado Lúcio Rodrigues** *(PS):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

(Apartes inaudíveis da Câmara)

O Orador: Acho que vou poder falar.

Estive atento desde o início do debate e digo-vos que surpreendeu-me claramente que os Deputados do PSD do Faial interviessem. Passo a explicar porquê.

O Sr. Deputado Luís Garcia veio aqui reafirmar a importância que o aeroporto da Horta tem, ou a ampliação do aeroporto da Horta tem para os faialenses, para a ilha do Faial.

Mas isso, Sr. Deputado, nós todos sabemos.

E digo-lhe mais, Sr. Deputado, nós todos reivindicamos essa obra.

Deputado Jorge Macedo *(PSD):* Mas não se ouve!

O Orador: Mas há uma grande diferença, Sr. Deputado.

O Sr. Deputado Costa Pereira fez questão de fazer aqui um percurso, uma resenha histórica,…

Deputado Rui Ramos *(PSD):* Da vossa!

O Orador: …falando em anos, falando em afirmações, mas esqueceu-se de referenciar o requerimento que os Srs. Deputados do PSD na Assembleia da República fizeram ao Ministro da Economia e lá, Srs. Deputados, no ponto n.º 6, diz o seguinte: "Considerando a grave situação financeira que o país atravessa, informa-se que não estão previstas verbas no Orçamento de 2012 para a execução dessas obras."

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado Jorge Macedo *(PSD):* O Deputado Luís Garcia disse isso!

O Orador: Oh Sr. Deputado, a grave crise financeira, a grave situação económica é só no Governo da República? Não há problemas na Região Autónoma?

Deputado Jorge Macedo *(PSD):* Há!

Deputado Clélio Meneses *(PSD):* Bem-vindo!

O Orador: Até vos digo mais, Srs. Deputados…

Deputado António Marinho *(PSD):* Cada cavadela, cada cambalhota!

O Orador: Sr. Deputado Jorge Macedo, o senhor ouça! É sempre importante ouvir. Saber ouvir é uma virtude!

Os problemas…

Deputado Artur Lima *(CDS/PP):* Qual é a crise da Região?

O Orador: Acho que posso falar por que nasci no Faial e nasci nos Açores. Acho que estou à vontade para poder falar.

Deputado Artur Lima *(CDS/PP):* Então diga a seguir!

O Orador: Qualquer dia estão os Deputados do PSD do Faial a sacudir a água do capote (como fizeram naquela conferência de imprensa atordoada e atabalhoada, para vir fazer um controle de danos) porque não estavam à espera daquela resposta, uma resposta seca.

Deputados Berto Messias e Isabel Rodrigues *(PS):* Muito bem!

O Orador: Até digo de outra forma: o aeroporto da Horta passou, neste requerimento, a aeródromo.

Sou um rapaz novo e cresci sempre a ouvir falar em aeroporto. Agora já não é aeroporto, é aeródromo!

Mas a verdade é que o Governo Regional, e no próprio requerimento, é referenciado que estava disponível, como o Secretário da Economia já disse aqui e que exigiu aquilo que os senhores tanto apregoam que são os tais estudos. Por qualquer coisa os senhores querem um estudo.

Mas este era um estudo sério.

(*Risos dos Deputados da bancada do PSD)*

Qualquer dia os Srs. Deputados estão a dizer que a Junta de Freguesia de Castelo Branco é que tem de realizar a obra.

Mas o que vai ficar na história, Srs. Deputados, é que a assinatura na resposta ao requerimento foi feita pelo Ministro e isso é que vai ficar na história.

Srs. Deputados, assim não vamos lá.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Sr. Secretário Regional da Economia tem a palavra.

(*) Secretário Regional da Economia *(Vasco Cordeiro):* Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Deputado Luís Silveira *(CDS/PP):* Quem está a assistir a isto deve achar uma piada!

O Orador: O Sr. Deputado Luís Silveira dá-me o pretexto para iniciar esta minha intervenção. Se me permite, Sr. Deputado, e citando o seu aparte, quem está lá fora a assistir a isto deve achar uma piada!

E realmente é assim!

Deputado Artur Lima *(CDS/PP):* É verdade!

O Orador: Porque repare-se o que é que está aqui em causa. O aeroporto da Horta é da competência do Governo da República.

Deputado Luís Garcia *(PSD):* Quem é que prometeu o contrário?

O Orador: Ponto um.

Ponto dois. O Governo Regional diz, mantém e a posição do Governo Regional foi correctamente entendida pelo Governo da República, que está disponível para apoiar.

Deputado Jorge Macedo *(PSD):* Não! Diz que faz se os outros não fizerem! Está a adulterar as palavras do seu chefe!

O Orador: Ponto três. O Governo da República diz "nós não vamos fazer esta obra" e reparem o que é que acontece: o PSD/Açores chora lágrimas de crocodilo e diz "então o Governo Regional é que tem de fazer a obra."

Deputado Francisco César *(PS):* Muito bem!

O Orador: Mas é que reparem na contradição. O PSD/Açores não pode ter as duas posições. Não pode criticar o Governo da República e dizer "os senhores têm de fazer a obra" e depois virar-se para o Governo Regional e "os senhores têm de fazer a obra."

E isso é o cair da máscara do PSD, nesta casa, sobre este assunto.

É o cair da máscara!

Da parte do PSD/Açores, o aeroporto da Horta já não interessa, da mesma forma que já não interessa a RTP/Açores…

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: …da mesma forma que já não interessa as obrigações do serviço público de transporte aéreo.

O que interessa é só uma coisa: nós temos (perdoem-me a expressão coloquial) que entalar o Governo Regional do PS, fazendo-os aumentar despesa…

Deputado Berto Messias *(PS):* Muito bem!

O Orador: …e se for preciso dizer "os senhores têm de fazer o aeroporto da Horta", como estão a dizer,…

Deputado Jorge Macedo *(PSD):* Vocês é que disseram!

Deputado Duarte Freitas *(PSD):* É que prometeram!

O Orador: …"os senhores têm que assumir os custos com a RTP/Açores", como já disseram, "os senhores têm que assumir os custos nas ligações aéreas com o continente nas obrigações de serviço público", como já disseram. Tudo isto vale.

Deputado Jorge Macedo *(PSD):* Isso é falso!

Deputada Zuraida Soares *(BE):* É verdade!

O Orador: A Dra. Berta Cabral disse isso na entrevista à RTP. Tenho a transcrição e posso dar.

Não interessa essa parte, a única coisa que interessa (e este é o cair da máscara do PSD/Açores, nesta casa, sobre este assunto) não é a ampliação do aeroporto da Horta, é entalar o Governo Regional do Partido Socialista e defender o Governo da República.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado Jorge Macedo *(PSD):* Mais entalados do que já estão, é impossível!

O Orador: Eu penso que todos os açorianos já perceberam do que é que aqui se trata.

O Governo Regional disse e diz: esse é um investimento importante, nós estamos disponíveis para ajudar.

Deputado Luís Garcia *(PSD):* A fazer! Foi o que os senhores prometeram!

O Orador: O Sr. Ministro da Economia, o Governo da República tanto percebeu aquilo que o Governo Regional disse sobre essa matéria que no seu requerimento diz assim, cito: "Não obstante o Governo Regional, através da Secretaria Regional da Economia, mostrou disponibilidade para apoiar a expansão da pista."

Deputado Luís Garcia *(PSD):* Mas não foi isso que os senhores prometeram!

O Orador: Isto são palavras do Governo da República.

Mas retomemos aqui um aspecto. Penso que os açoriamos já perceberam o que é que está aqui em causa.

No caso concreto da ampliação da pista da Horta o Governo Regional disse e diz: "Nós estamos disponíveis para ajudar". E disse também o Governo Regional: "Digam-nos qual é a calendarização desta obra."

A posição radical, extremista, demagógica do PSD/Açores é: "Nós não queremos saber nem de competências, de quem é que tem a responsabilidade de ampliar o aeroporto da Horta. Nós temos é de exigir ao Governo Regional que o faça."

Deputado Jorge Macedo *(PSD):* Tal como o Sr. Presidente do Governo prometeu! Querem que repita outra vez a história?

O Orador: E a contradição é essa! Eu saliento essa contradição, porque é ela que faz cair a máscara do PSD nesta matéria.

Não é possível exigir-se simultaneamente ao Governo da República que faça a obra e ao Governo Regional. Portanto, alguma coisa está mal aqui.

Deputado Francisco César *(PS):* Muito bem!

O Orador: Mas, Sras. e Srs. Deputados, o que está em causa aqui não é só a ampliação do aeroporto da Horta. O que está em causa aqui é uma proposta de resolução mais vasta e sobre essa proposta de resolução mais vasta foram feitas duas perguntas pelo Sr. Vice-Presidente do Governo que até à data continuam sem resposta.

Deputado Lúcio Rodrigues *(PS):* Ora aí está!

O Orador: Porquê? Porque não têm coragem de responder? Porque não têm a capacidade de responder.

Assumam então.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Sr. Deputado Luís Garcia tem a palavra.

(*) Deputado Luís Garcia *(PSD):* Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Lúcio Rodrigues, queria-lhe dizer o seguinte.

O senhor citou e bem a resposta do Governo da República, n.º 6, que diz o seguinte: "Assim sendo e considerada a grave situação económica que o país atravessa, informamos que não estão previstas verbas no Orçamento de 2012 para a execução dessas obras."

Podia-lhe perguntar por que é que o país atravessa essa grave situação financeira. Porque será?

Deputado Lúcio Rodrigues *(PS):* Oh Sr. Deputado!

Deputada Isabel Rodrigues *(PS):* Tenha tino, Sr. Deputado. O senhor é capaz de fazer melhor do que isso, não?

O Orador: Oh Sr. Deputado, mas o que eu queria-lhe dizer é que o problema desta resposta não é isso. Isso nós até poderíamos compreender porque efectivamente o país está numa situação financeira grave. O problema não é isto.

O problema está, Sr. Deputado (o senhor ainda não viu, mas tem que ver, porque esse é que é o problema e esse é o desafio que deixo aqui, em nome do PSD, para que no Faial nos unamos efectivamente à volta deste investimento, independentemente da cor do Governo Regional ou do Governo da República)…

Deputado Hernâni Jorge *(PS):* Não parece!

O Orador: …na resposta n.º 5, em que o Governo da República vai buscar velhas respostas e desculpas da ANA…

Deputado Mário Moniz *(BE):* Isso já é uma mudança de discurso!

O Orador: …em que diz que apesar desse investimento isso não melhorará a infraestrutura. Este é que é o problema dessa resposta.

O problema não é não ter verbas no Orçamento de 2012.

Deputado Lúcio Rodrigues *(PS):* O problema não é esse?

O Orador: O problema é efectivamente as consequências que isso pode ter e esse é que é o problema mais grave da resposta desse requerimento.

Portanto, reafirmo a importância e o desafio que aqui deixo para que unamos efectivamente com verdade à volta deste investimento.

Sr. Deputado Lúcio Rodrigues, o Governo da República diz a verdade nesta resposta. Reconheçamos que, no ponto n.º 6,…

Deputados Hernâni Jorge e Isabel Rodrigues *(PS):* E o nº 5 é verdade?

O Orador: …o país está em dificuldades financeiras e não há verbas no Orçamento de Estado para 2012 para este investimento. Esta é a verdade. Está aqui escrita preto no branco.

Ou o senhor prefere os planos do Governo Regional de 2009 e de 2010…

Deputada Isabel Rodrigues *(PS):* E responder às perguntinhas?

O Orador: …em que dizia, no Plano de 2009, "início da elaboração do projecto de ampliação do aeroporto da Horta"? O senhor prefere esta mentira?

Deputado Lúcio Rodrigues *(PS):* Quais mentiras? Não dizem qual é o dia nem o ano!

O Orador: Plano do Governo 2010: "Financiamento do projecto de execução da ampliação da pista do aeroporto da Horta."

Oh Sr. Deputado, isto foi concretizado?

Então o senhor prefere a clareza, a verdade, o assumir das dificuldades que o Governo da República ali coloca na questão,…

Deputada Isabel Rodrigues *(PS):* E porque não responde às perguntas?

O Orador: …ou prefere as mentiras que os senhores têm colocado relativamente a esta obra nos diversos planos e manifestos do Partido Socialista?

As mentiras e forma como os senhores têm enganado os faialenses a respeito deste investimento?

Isso é que o senhor tem de esclarecer. Se prefere esta transparência, esta verdade ou prefere esta mentira para irem enganando os faialenses.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Deputada Isabel Rodrigues *(PS):* E o Sr. Deputado senta-se sem dar as respostas!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Eu ia dar a palavra ao Sr. Deputado Costa Pereira, mas o PSD terminou o seu tempo.

Assim sendo, Sras. e Srs. Deputados, não tenho mais inscrições.

Sr. Deputado Berto Messias tem a palavra.

(*) Deputado Berto Messias *(PS):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não posso deixar de começar por registar que o PSD deixou que o seu tempo terminasse e não respondeu a qualquer uma das perguntas que lhe foram colocadas.

Deputado Duarte Freitas *(PSD):* Já respondeu antes! A pergunta era retórica. Já tinha sido respondida antes!

O Orador: No entanto, tendo em conta as perguntas que foram colocadas pelo Sr. Vice-Presidente, o Grupo Parlamentar do PS dá tempo ao PSD, porque penso que ainda temos, para que possa responder às questões que lhe foram colocadas.

Presidente: Quanto tempo o PS tem e está disposto a dar?

Três minutos é suficiente? Tem 14 minutos.

Deputado Berto Messias *(PS):* 3 minutos, Sr. Presidente.

Presidente: O PS cede três minutos do seu tempo ao PSD para responder às perguntas.

Sr. Deputado Duarte Freitas tem a palavra.

(*) Deputado Duarte Freitas *(PSD):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Certamente a culpa foi minha. Tentei explicar a diferença que havia entre a proposta de resolução do Bloco de Esquerda e a proposta de resolução do PSD e do PP.

Admito que posso não ter clarificado suficientemente a questão…

Deputado Berto Messias *(PS):* Não clarificou!

O Orador: …mas há algo que vou tentar agora de novo explicar (espero que seja mais feliz desta vez) que é o seguinte: a proposta de resolução do Bloco de Esquerda aprovada aqui impõe que seja no âmbito do caderno de encargos do processo de privatização que se enquadre o problema dos aeroportos e dos equipamentos da ANA nos Açores. Impõe isso!

Deputada Zuraida Soares *(BE):* Com certeza, Sr. Deputado!

O Orador: Aquilo que nós achamos (e é aí que está a diferença na nossa proposta de resolução) é que não tem de ser através do caderno de encargos que

isso se resolva. E foi por isso que eu dei o exemplo que não é através do caderno de …

Deputado Berto Messias *(PS):* Responda às perguntas colocadas pelo Sr. Vice-Presidente. Foram perguntas diretas, concretas. Foi para isso que lhe demos tempo!

O Orador: Continuando, Sr. Presidente.

Presidente: Faça favor.

O Orador: Como disse a diferença substancial tem a ver com isto, porque de cadernos de encargos que dão barracadas, nos Açores, estamos fartos e as responsabilidades são vossas.

Em relação a esta matéria dissemos, renovamos, já clarifiquei qual é a diferença entre as duas propostas de resolução e digo mais:…

Deputada Piedade Lalanda *(PS):* Foi para isso que demos o nosso tempo?

O Orador: …aquilo que nos interessa aqui é que seja qual for a forma encontrada para resolver este problema, através dos cadernos de encargos ou fora deles…

Deputada Piedade Lalanda *(PS):* Responda às perguntas. São só 3 minutos.

O Orador: …os Açores, os açorianos e o orçamento regional não podem ser penalizados.

A terminar, e já que estamos numa de pergunta/resposta, já tentei clarificar aquilo que era a minha opinião, eu pediria ao Sr. Secretário Regional da Economia e candidato socialista a Presidente do Governo para me dar uma resposta muito clara, só sim ou não.

Deputada Isabel Rodrigues *(PS):* O senhor é que tem que responder! É muito descaramento!

O Orador: Já vou colocar a questão, tendo respondido àquilo que me colocaram.

A questão que eu faço ao Sr. Secretário Regional da Economia é só dizer sim ou não.

Presidente: Faça favor de terminar, Sr. Deputado.

O Orador: A questão é esta, Sr. Presidente.

O Sr. Dr. Vasco Cordeiro como candidato a Presidente do Governo assume ou não o compromisso que o Presidente Carlos César fez aos faialenses em 2004?

Deputada Benilde Oliveira *(PS):* Nada disso!

O Orador: Só tem que dizer sim ou não.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Sr. Vice-Presidente do Governo tem a palavra.

Sras. e Srs. Deputados, vamos deixar falar o Sr. Vice-Presidente do Governo

(*) Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores *(Sérgio Ávila):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quando houve a cedência de tempo ao Sr. Deputado Duarte Freitas pensei que, efectivamente, ele respondesse às perguntas que tinham sido colocadas.

Vou, se calhar, porque já foi há tempo, colocar outra vez as duas perguntas e solicitar ao Sr. Deputado Duarte Freitas, ou à bancada do PSD, que responda a estas perguntas que são essenciais para os açorianos perceberem a posição do PSD sobre o processo de privatização da ANA.

Deputado Luís Garcia *(PSD):* Já respondeu!

Deputado Duarte Freitas *(PSD):* Perguntas retóricas agora!

O Orador: Primeira pergunta: o que considera o PSD que deve estar incluído no caderno de encargos de privatização da ANA, no que concerne a obrigações de investimento em infraestruturas aeroportuárias pela entidade que ficar proprietária da ANA?

Primeira pergunta.

Deputado Luís Garcia *(PSD):* Já está respondido!

O Orador: Segunda pergunta muito importante: o que é que o PSD considera que deve ficar no caderno de encargos de privatização da ANA sobre a salvaguarda da definição do montante das taxas aeroportuárias aplicadas nos aeroportos dos Açores sobre a gestão da ANA? E se deve ou não ficar inscrito

nesse caderno de encargos a garantia de que não haverá aumentos reais das taxas aeroportuárias nesses aeroportos depois da privatização?

Deputado Jorge Macedo *(PSD):* Quem gere os aeroportos é que tem que ser obrigado a isso!

Deputado Luís Garcia *(PSD):* Leia a resolução!

O Orador: São as duas perguntas muito concretas que fiz no início deste debate, que vários Srs. Deputados de várias bancadas solicitaram ao PSD que respondesse e que até agora o PSD não respondeu e sobre isso não disse absolutamente nada.

Deputado Pedro Gomes *(PSD):* Leia a resolução! A resposta está na resolução!

Presidente: Vamos prosseguir o nosso debate.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

Deputado Aníbal Pires *(PCP):* Agora o Sr. Deputado Artur Lima vai responder em nome do PSD. Tem de ser!

(*) Deputado Artur Lima *(CDS/PP):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estamos numa época solidária, estamos no Natal, portanto tenho que ser solidário.

Em primeiro lugar, para dar resposta, com toda a consideração, ao Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda e dizer-lhe Sra. Deputada o seguinte.

É estranho que a senhora, o seu Grupo Parlamentar (quando digo a senhora digo, obviamente, o seu Grupo Parlamentar) tenha vindo aqui bradar contra a privatização, que vão entregar a empresa e portanto, contra, contra, contra e três vezes contra a privatização.

Deputada Zuraida Soares *(BE):* Nós não somos uma oposição construtiva!!!

O Orador: Isso não são, são destrutiva.

Deputada Zuraida Soares *(BE):* Deixo isso para si e para o seu Grupo Parlamentar! A construtividade fica consigo!

O Orador: Isso é verdade! E grandes benefícios para os açorianos, Sra. Deputada.

Agora, Sra. Deputada, a senhora é contra, três vezes contra a privatização, mas no seu projecto de Julho - que aliás eu faço-lhe lembrar que o nosso também é de Julho (cinco dias depois) a sua oposição construtiva quando lhe dá jeito, foi devidamente aprovado com dispensa de exame em comissão ali pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista - a senhora aqui não é contra a privatização. A senhora, no seu projecto de resolução, não é contra a privatização porque…

Deputada Zuraida Soares *(BE*): E o senhor é a favor ou contra?

Deputado Aníbal Pires *(PCP):* Afinal o registo é o registo da coligação!

O Orador: …no entendimento que fez com o Partido Socialista …

(Apartes inaudíveis entre as bancadas)

Presidente: Srs. Deputados, vamos prosseguir o debate, se fazem favor.

Sr. Deputado Artur Lima.

O Orador: Muito obrigado, Sr. Presidente.

…a Sra. Deputada Zuraida Soares não era contra o processo de privatização, porque queria o seu projecto de resolução aprovado pelo Partido Socialista, que jamais seria contra o processo de privatização e então fez a cedenciazinha.

Coerência da vossa parte? Incoerência do Bloco de Esquerda.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores *(Sérgio Ávila):* Coerência!

O Orador: Portanto, a Sra. Deputada não queria…

Deputada Zuraida Soares *(BE):* Está a sair-lhe mal!

O Orador: Não está. Está aqui escrito. Vou-lhe ler: "Resolve recomendar necessárias…

Deputada Zuraida Soares *(BE):* Cheira a xenofobia!

O Orador: Posso ler o seu projecto de resolução?

Deputada Zuraida Soares *(BE):* Gostava que lesse o seu, não o meu! Ou os dois!

O Orador: "No processo negocial de privatização da ANA". A senhora admite a privatização da ANA. Ponto.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores *(Sérgio Ávila):* Não é isso que está em discussão!

Deputado Francisco César *(PS):* Esperava mais de si!

O Orador: O nosso coerentemente também admite exactamente, vou-lhe citar, "o processo negocial de privatização da ANA". Exactamente o que a senhora diz.

Deputada Zuraida Soares *(BE):* Por que é que não aprovou em Julho?

O Orador: Espere que já lá vou! E por que é que não aprova agora?

Deputada Zuraida Soares *(BE):* Porque já aprovei em Julho!

O Orador: Ah! Então mais uma razão para aprovar agora, Sra. Deputada. Então vai votar a favor a Sra. Deputada Zuraida Soares.

Sr. Vice-Presidente, eu também queria responder às suas perguntinhas. Vou-lhe responder.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores *(Sérgio Ávila):* Agora vamos ficar esclarecidos.

Deputado Aníbal Pires *(PCP):* É o porta-voz da coligação!

Deputado Berto Messias *(PS):* Já que o Sr. Deputado Duarte Freitas não conseguiu, pode ser que consiga!

O Orador: Vou-lhe responder, Sr. Vice-Presidente, às suas perguntinhas e já agora ao Sr. Secretário da Economia, também vou responder com toda a serenidade.

Acho graça a essas afirmações e a essas defesas que o Governo acaba aqui de fazer pela sua voz e pela voz do Sr. Secretário da Economia.

A pergunta eu devolvo-lha.

Não se podia fazer investimentos no aeroporto da Horta porque não era propriedade da Região.

Deputado Costa Pereira *(PSD):* Muito bem!

O Orador: Então eu pergunto: sendo os terrenos do aeroporto das Flores propriedade da Região por que é que os senhores não fizeram lá os investimentos? Agradeço a resposta.

Estamos a falar da ANA.

Deputado Aníbal Pires *(PCP):* E o aeroporto das Flores não é da ANA?

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores *(Sérgio Ávila):* A pista é da ANA; a aerogare é que é da Região!

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima faça favor de continuar.

O Orador: Não é um engano!

Então é um engano do Sr. Secretário Duarte Ponte que ele é que diz aqui que os terrenos da pista e da aerogare são dele.

Deputado Costa Pereira *(PSD):* O que ele diz não se escreve!

O Orador: Leia o Diário das Sessões.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados.

Sr. Deputado Artur Lima faça favor de continuar.

O Orador: Relativamente à ampliação do aeroporto da Horta e aos estudos que o Sr. Secretário da Economia pediu ao Governo da República. Estou certo que o senhor pediu agora, há pouco tempo, estudos ao Governo da República.

Secretário Regional da Economia *(Vasco Cordeiro):* Não!

O Orador: Não pediu? Percebi que o senhor tinha pedido os estudos.

Então vou citar Duarte Ponte em 2006, porque eu não sendo faialense…

Secretário Regional da Economia *(Vasco Cordeiro):* Quando cheguei à Secretaria já vinha de trás!

O Orador: …já defendi mais o aumento da pista do aeroporto do Faial do que os Deputados do PS juntos nesta casa.

Deputados Luís Garcia e Costa Pereira *(PSD):* Muito bem!

O Orador: Agora vou citar Duarte Ponte, relativamente ao aeroporto da Horta.

"É de facto uma obra de grande dimensão que vai custar muito dinheiro. A ANA já fez o seu estudo, nós também já fizemos o nosso estudo preliminar". Agradecia que me fornecesse uma cópia desse estudo preliminar, Sr. Secretário da Economia e Sr. Vice-Presidente, que o Governo Regional fez sobre a ampliação do aeroporto.

Secretário Regional da Economia *(Vasco Cordeiro):* O Governo não fez estudo nenhum!

O Orador: Está aqui escrito.

Deputado Luís Garcia *(PSD):* O que ele diz não se escreve!

O Orador: Secretário Regional da Economia, no Diário das Sessões.

Vou repetir para o senhor ouvir melhor.

"É de facto uma obra de grande dimensão que vai custar muito dinheiro. A ANA já fez o seu estudo, nós também já fizemos o nosso estudo preliminar, só que, neste caso concreto, não podemos dizer que vamos fazer essa obra porque temos que ter a colaboração efectiva da ANA. [Ponto] Só depois [atenção!] é que vamos dialogar com alguém que será o futuro dono da ANA para ver como é que vamos inserir esse investimento, nem que seja a Região a fazê-lo." Ponto.

Deputado Luís Garcia *(PSD):* Mais um!

Deputada Zuraida Soares *(BE):* Já não temos resposta!

O Orador: Mais abaixo diz: "Nós também relativamente…

Deputado Aníbal Pires *(PCP):* Responda às perguntas, Sr. Deputado!

O Orador: Eu presumo que já respondi a tudo.

E depois o Sr. Secretário da Economia continuava – isto tem de ser direitinho para os senhores perceberem, já estou como o Sr. Deputado Aníbal Pires – "Um dos cenários, na sequência, aponta para a passagem [atentem! Um dos cenários que os senhores tinham negociado com o Governo da República do PS, de José Sócrates] do património que a ANA tem na Região para a Região Autónoma dos Açores."

Os senhores é que negociaram isto.

"Aí já podemos fazer os investimentos [estávamos a falar do aeroporto da Horta e do aeroporto das Flores] tanto assim é que até reservámos no QRESA [Setembro de 2007] uma avultada verba para essa ampliação caso a ANA não se comprometa a fazê-lo." É Duarte Ponte, Secretário Regional da Economia.

Portanto, essas são as questões, Sr. Vice-Presidente, que o senhor tem de responder.

O aumento da pista do aeroporto do Faial, Sr. Vice-Presidente, …

Deputado Luís Garcia *(PSD):* Esse senhor foi premiado pela EDA!

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores *(Sérgio Ávila):* E às perguntas nada! Disse que ia responder!

O Orador: Já lhe respondi. Respondi-lhe em 2003, quando era líder parlamentar o actual Secretário da Economia, Vasco Cordeiro, num debate que aqui tivemos sobre operacionalidade dos aeroportos e aeródromos dos Açores. Em 2003, Sr. Secretário, lembra-se? Não se lembra. É pena.

Deputada Zuraida Soares *(BE):* Nós não estávamos cá!

O Orador: Lembra-se é do outro.

Portanto, as questões são estas.

Não querendo deixar de fazer uma referência à intervenção do Sr. Deputado do Faial, queria-lhe dizer o seguinte, é que agora o país vive uma situação de crise e de protectorado internacional, não tem dinheiro,…

Deputada Zuraida Soares *(BE):* Depende!

Deputado Francisco César *(PS):* Outra vez a cassete!

O Orador: …porque o seu Primeiro-Ministro José Sócrates e o PS levou-o à bancarrota, mas 2005, 2006, 2007 e 2008 era o oásis nacional e regional.

Deputado José Lima *(PS):* E os submarinos?

O Orador: E lembro que mesmo 2009 ainda era o oásis nacional e portanto, os senhores estavam aparentemente cheios de dinheiro, mas nunca fizeram a obra.

Deputado Jorge Macedo *(PSD):* Muito bem!

O Orador: Esse é que é o problema. Agora há a crise na República e há crise nos Açores; agora até se percebe que a obra possa ser adiada, Sr. Vice-Presidente, mas não deixar de a fazer, porque ela é necessária e se há alguém que disse que um dos aeroportos mais perigosos de operar nos Açores para aviões a jacto…

(Aparte inaudível do Sr. Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores)

O Orador: Não, disse ao Sr. Secretário Regional da Economia. Vou-lhe recordar, Sr. Vice-Presidente, porque eu não recebo lições dos senhores.

O que eu disse aqui em 2007 é que o aeroporto da Horta, igualmente ao da Madeira…

Aliás, tem uma diferença. Os senhores criticam muito a Madeira. A ANA não quis fazer o aeroporto da Madeira, recusou-se a fazer o aumento. Quem é que o fez? O Governo Regional da Madeira.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores *(Sérgio Ávila):* Com dinheiro cedido pelo Governo dos Açores! Dado pela Dra. Berta Cabral!

O Orador: Fizeram o seu aeroporto.

Em 2007, eu defendi aqui que o aeroporto do Faial era o aeroporto mais perigoso dos Açores para operações de aviões a jacto.

Deputada Zuraida Soares *(BE):* O Álvaro diz que isso é tudo aparente!

O Orador: O Sr. Secretário Duarte Ponte dizia que não. O aeroporto tinha 1600 metros e era perfeitamente seguro, etc., etc., mas que era bom que fosse ampliado, etc.

Sr. Presidente, quanto às taxas que é a última pergunta, o senhor impôs-se quando elas foram aumentadas mais que a inflação? Já foram nos Açores.

O Governo do PS e o Partido Socialista disseram alguma coisa a esse respeito? Aonde? Não tenho memória.

Portanto, elas devem ser aumentadas…

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores *(Sérgio Ávila):* Devem ser aumentadas em quanto? Qual o seu compromisso?

O Orador: Sr. Vice-Presidente, as taxas devem ser aumentadas na mesma proporção, com os mesmos critérios que foram no passado. Foram os critérios que os senhores aceitaram. Os mesmos critérios que foram no passado devem os critérios a ser agora e ela já foi aumentada mais que a inflação.

(Apartes inaudíveis da Câmara)

O Orador: Não vou negociar caderno de encargos.

O que mais me espanta, Sr. Vice-Presidente, é que o senhor venha pegar no pormenor da inflação, mas o senhor não se pegou com o aumento infinito das taxas moderadoras na saúde que o Governo Regional dos Açores introduziu

para os açorianos pagarem. Passou de zero para infinito! Que não se pagava nada…

Não é 100%, Sr. Vice-Presidente, elas não existiam nos Açores e os senhores não se impuseram contra as taxas moderadoras. Fomos nós que nos impusemos contra as taxas moderadoras.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores *(Sérgio Ávila):* Por isso é que agora vão aumentar 100%!

O Orador: Quanto é que aumentou nos Açores, Sr. Vice-Presidente, as taxas moderadoras na saúde? Quanto aumentou?

Muito obrigado.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, atingimos a nossa hora regimental.

Sr. Deputado Berto Messias pede a palavra para?

Faça favor, Sr. Deputado.

Deputado Berto Messias *(PS):* Para uma interpelação, Sr. Presidente, para pedir ao Sr. Presidente e à Câmara que possamos terminar a discussão deste diploma e votá-lo antes do almoço, até porque julgo que estão pessoas ainda inscritas.

Presidente: Não sei qual é a opinião da Câmara sobre isto. Temos só três inscrições. Não sei qual é a opinião da Câmara.

(Diálogo entre as diversas bancadas)

Portanto, não há unanimidade no sentido de continuarmos? Ou há? Há unanimidade no sentido de continuarmos?

Não havendo e tendo em conta que atingimos a nossa hora regimental continuamos às 15 horas.

Bom almoço e até já.

(Eram 13 horas e 07 minutos)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, muito boa tarde. Vamos reiniciar os nossos trabalhos. Agradecia que reocupassem os vossos lugares.

(Eram 15 horas e 06 minutos)

Como bem se lembram estávamos a debater a resolução da autoria do PSD e do CDS/PP relativa à **"Pronúncia, por iniciativa própria, da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores sobre o processo de privatização da ANA – Aeroportos de Portugal, S.A.".**

Tenho para já três inscrições.

Sr. Deputado Lúcio Rodrigues tem a palavra.

(*) Deputado Lúcio Rodrigues *(PS):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Assistimos hoje de manhã a um debate onde os esclarecimentos vindos da bancada do PSD foram mais do mesmo e o Sr. Deputado Luís Garcia, meu amigo, veio aqui mais o Sr. Deputado Costa Pereira e fizeram uma resenha…

Deputado Luís Garcia *(PSD):* Verdadeira!

Deputado Rui Ramos *(PSD):* Factos são factos!

O Orador: …sobre o processo de ampliação da pista do aeroporto da Horta. Vieram aqui numa perspectiva de sacudir a água do capote, como eu já referenciei hoje de manhã, mas esqueceram-se do que se passou há 6 meses atrás, quando estávamos em campanha eleitoral para as eleições da Assembleia da República, quando mandaram um panfleto para casa das pessoas onde diziam que iriam resolver todos os problemas do Faial, dos faialenses…

Deputado Pedro Gomes *(PSD):* O panfleto não dizia isso!

O Orador: …que tinham relação com a Assembleia da República.

A verdade é que hoje Sr. Deputado, ouça Sr. Deputado, vieram aqui dizer,…

Deputado Aníbal Pires *(PSCP):* Não pode ser! Não deve ser verdade!

O Orador: …para desculpar o Sr. Ministro da Economia sobre aquela resposta seca…

Deputado Luís Garcia *(PSD):* Desculpar? Não ouviu o comunicado que fizemos?

O Orador: …e sem nexo em relação à ampliação da pista do aeroporto da Horta, e incutir essa responsabilidade no Governo Regional,…

Deputado Luís Garcia *(PSD):* Foram eles que prometeram!

O Orador: …mas há 6 meses atrás distribuíram isto na véspera, na sexta-feira antes das eleições que eram domingo,…

Deputado Luís Garcia *(PSD):* Sexta-feira?

Deputado Aníbal Pires *(PCP):* Tenho de ver isso!

O Orador: …pelas casas de todos os faialenses.

Far-lhe-ia a pergunta, mas eu sei a resposta, até lhe posso dizer.

Deputado Luís Garcia *(PSD):* Não tenho tempo!

O Orador: É que há 6 meses o vosso *slogan* era: está na hora de mudar, os Deputados do Partido Socialista nada disseram, nada fizeram.

Mas, naquela altura as eleições eram para a Assembleia da República e agora já percebi por que é que querem incutir essa responsabilidade ao Governo da Região,…

Deputado Luís Garcia *(PSD):* Porque prometeram.

O Orador: …porque agora as eleições são para o Governo Regional, Sr. Deputado. Isso é demagogia, Sr. Deputado.

Os faialenses já não acreditam nisso.

Deputado Luís Garcia *(PSD):* Ah pois não! Levou a hora de almoço a preparar isso. Nem sequer para um protesto!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Sr. Secretário Regional da Economia tem a palavra.

(*) Secretário Regional da Economia *(Vasco Cordeiro):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em relação à questão que me foi colocada pelo Sr. Deputado Duarte Freitas, relativamente a esta matéria, a resposta é que o Governo continua disponível para apoiar a concretização desta obra.

Deputado Jorge Macedo *(PSD):* Quem é que acredita?

O Orador: Se os açorianos me derem a confiança em Outubro do próximo ano,…

Deputado Berto Messias *(PS):* Claro que dão!

O Orador: …os faialenses podem contar que o próximo Governo Regional, presidido por mim,…

(Apartes inaudíveis entre as bancadas)

Presidente: Sr. Secretário, faça o favor de continuar.

O Orador: Peço imensa desculpa, mas não estou a perceber qual é a agitação!

O Sr. Deputado Duarte Freitas perguntou-me se eu, como candidato a Presidente do Governo, respondia à pergunta se mantinha ou não mantinha o compromisso. É isso que estou a responder.

Deputado Duarte Freitas *(PSD):* Se mantinha aquilo que o Sr. Presidente disse!

O Orador: Desculpem lá. É a isso que estou a responder e a resposta que estou a dar a esta pergunta é que se os açorianos me derem a confiança no próximo mês de Outubro, o próximo Governo Regional dos Açores, presidido por mim, mantém toda a disponibilidade para apoiar a concretização dessa obra.

Deputado Luís Garcia *(PSD):* Não é disponibilidade! É fazer!

Deputado Jorge Macedo *(PSD):* Agora é que é!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: O mesmo é dizer…

Presidente: Sras. e Srs. Deputados…

O Orador: …que os faialenses podem contar comigo para esse efeito e nesses termos.

Deputado Jorge Macedo *(PSD):* Vai pugnar!

O Orador: Mas até digo mais, porque acho que nesta matéria o que é preciso é ser claro e ser claro quer dizer o seguinte. Essa disponibilidade não é a de fazer a obra em vez do Governo da República.

Deputado Costa Pereira *(PSD):* Então o senhor subscreve aquilo que Carlos César disse!

O Orador: Nós estamos disponíveis para ajudar em termos que devem ser concretizados com o maior conhecimento daquilo que são os encargos da obra em concreto, as opções técnicas e aquilo que isso acarretar.

Deputado Jorge Macedo *(PSD):* Já não conhecem isso? Não fizeram o estudo?

O Orador: Esse é o compromisso. Exactamente assim.

Estamos disponíveis para ajudar, mas não é a qualquer preço, nem a qualquer custo. Ajudar!

Mas o que resulta daqui, Sras. e Srs. Deputados, é que essa pergunta não me deve ser feita a mim.

Deputado Luís Garcia *(PSD):* Isso não foi o que o Sr. Presidente do Governo se comprometeu!

O Orador: Sr. Deputado Duarte Freitas, a pergunta não deve ser feita a mim, porque é o Governo da República que na resposta ao requerimento diz que não quer ajuda.

O que é preciso é perguntar ao Governo da República se quer ajuda para concretizar a obra.

Deputado Luís Garcia *(PSD):* Isso não está em lado nenhum!

O Orador: A resposta da parte do Governo Regional está clara, deste e do próximo se ganhar as eleições.

Deputado Luís Garcia *(PSD):* Não foi esse o compromisso do Sr. Presidente Carlos César!

Deputado Duarte Freitas *(PSD):* Sempre a fugir para o lado!

O Orador: Agora, em relação ao resto, Sr. Deputado, os senhores têm de perguntar ao Governo da República e o problema é que o Governo da República (não é dizer que não responda, não!) responde e diz não.

Presidente: Sr. Deputado Berto Messias tem a palavra.

(*) Deputado Berto Messias *(PS):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O debate já vai longo e para encerrar a participação deste Grupo Parlamentar neste debate não posso deixar de dizer duas ou três coisas.

Em primeiro lugar registar a ausência total de respostas por parte da bancada do PSD às perguntas directas e concretas que foram colocadas à bancada do PSD, quer por mim, quer por parte do Sr. Vice-Presidente do Governo.

Depois de nós termos dado tempo à bancada do PSD, esse tempo foi usado para fazer mais perguntas e nunca para responder às perguntas que foram colocadas.

Não posso deixar de dizer também isto e isto está em alguns livros de ciência política:…

Deputado Luís Garcia *(PSD):* Depende da universidade que se estudou!

O Orador: …quando o debate é incómodo e quando os protagonistas desse debate se sentem encurralados e não têm capacidade argumentativa, arranjam manobras de diversão e criam diferentes factos políticos para disfarçar.

A verdade é que os senhores não conseguiram disfarçar o incómodo relativamente a esta matéria.

Deputado Luís Garcia *(PSD):* Qual incómodo?

Deputado Jorge Macedo *(PSD):* O incómodo é para os faialenses que o Sr. Deputado Lúcio não defende!

Deputado Lúcio Rodrigues *(PS):* Aí é que te enganas!

(Risos do Deputado Lúcio Rodrigues)

O Orador: E não conseguiram explicar também claramente a diferença entre a proposta e a pronúncia deste parlamento que foi aqui discutida e votada em Julho, com a proposta que trazem aqui agora.

Uma proposta que surge a reboque da proposta do Bloco de Esquerda e que nos mostra muito claramente que o PSD/Açores, nesta matéria, prefere estar ao lado dos privados e ao lado do Governo da República em vez de estar ao lado dos açorianos e dos interesses dos Açores…

Deputado Rui Ramos *(PSD):* Não apoiado!

O Orador: …abrindo a porta também para que no processo de privatização a carne fique para os privados e os ossos fiquem para os Açores e para os açorianos.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Deputado Rui Ramos *(PSD):* Era isso que os senhores queriam!

O Orador: Esta proposta que nos foi aqui trazida é um embuste político. É uma proposta que não defende nada, que não acautela nada, que em circunstância nenhuma defende os interesses dos Açores e dos açorianos e que surge, apenas, para daqui a poucos meses, quando o Governo da República na sua ânsia anti-autonomista quiser impor um processo de privatização dos aeroportos da ANA sem acautelar os interesses dos Açores e dos açorianos, os senhores possam vir dizer que propuseram aqui, apresentaram esta tal resolução.

É por isso que esta proposta não é mais do que um verdadeiro embuste político.

Nós, o Partido Socialista, não podemos, em circunstância nenhuma, compactuar com esta postura.

Infelizmente, lamento profundamente dizê-lo,…

Deputado Jorge Macedo *(PSD):* Pugnar!

Deputado Luís Garcia *(PSD):* Os senhores vão continuar a pugnar!

O Orador: …mais uma vez assistimos ao PSD/Açores ajoelhado perante o Governo da República, o que tem acontecido nos últimos tempos.

Nós não podemos, em circunstância nenhuma, pactuar com essa perspectiva.

Como já votámos e aprovámos a pronúncia deste parlamento em Julho, porque julgamos que essa sim garante e acautela verdadeiramente os interesses dos Açores e dos açorianos…

Deputado Luís Garcia *(PSD):* Aonde senhor?

O Orador: …não apoiaremos esta proposta.

Muito obrigado.

Deputado Luís Garcia *(PSD):* Está como o casino, o campo de golfe!

Presidente: Sr. Deputado Duarte Freitas pede a palavra para?

Um protesto na sequência das declarações do Sr. Deputado Berto Messias? Tem a palavra, 3 minutos.

(*) **Deputado Duarte Freitas** *(PSD):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Um protesto pelo seguinte, Sr. Presidente.

Porque foi respondido aqui por mais do que uma vez, por mim, pelo Deputado Artur Lima, que somos subscritores desta proposta, qual era o conteúdo desta proposta, qual era a sua intenção, qual era a diferença para aquela do Bloco de Esquerda, foi explicado à exaustão.

Eu não sei fazer desenhos, se soubesse tentava fazer um desenho para ver se me conseguia explicar melhor.

Deputado Jorge Macedo *(PSD):* Muito bem!

Deputado José Rego *(PS):* Mas sabe fazer outras habilidades!

Deputado Aníbal Pires *(PCP):* Quem o ouviu não percebeu.

O Orador: Mas a verdade é que foi explicado à exaustão.

Os senhores recorrentemente…

(Apartes inaudíveis da Câmara)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados…

O Orador: …vêm aqui dizer que o PSD não responde. Por mais que o PSD responda mil vezes, dizem sempre que o PSD não responde.

Deputada Isabel Rodrigues *(PS):* Onde é que o senhor respondeu?

O Orador: Já percebemos a vossa táctica nesse aspecto.

Outra questão que é importante que se perceba: o PSD defende os interesses dos Açores e dos açorianos acima de qualquer circunstância.

Aquilo que os senhores estão aqui a tentar fazer é de novo voltar a pôr em cima da mesa a tentativa de guerrilha com o Governo da República e a tentativa de desculpabilização dos vossos falhanços governativos regionais.

Deputado Jorge Macedo *(PSD):* Muito bem!

Deputado Aníbal Pires *(PCP):* Quer guerra!

O Orador: Só para terminar, já que este protesto tem a ver com perguntas e respostas.

Deputada Zuraida Soares *(BE):* A guerrilha é de lá para cá.

O Orador: Eu não vou dizer aquilo que o Sr. Presidente do Governo aqui um dia disse, dirigindo-se às outras bancadas, que bastava dizer com a cabeça que sim ou que não. Não peço isso, porque acho que não se deve ir por aí.

Mas pergunto, Sr. Secretário, basta-me dizer sim ou não,…

Deputada Zuraida Soares *(BE):* Isso é protesto?

O Orador: …não vale a pena dizer "se", considerandos, preâmbulos.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Qual é o protesto?

O Orador: Sim ou não: está disponível para cumprir aquele que foi o compromisso do Sr. Presidente do Governo nos Flamengos, em 2004?

Muito obrigado.

Deputado Rogério Veiros *(PS):* E o protesto?

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Sr. Deputado Berto Messias, tem 3 minutos.

(*) Deputado Berto Messias *(PS):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Constato que não percebi qualquer tipo de protesto, foi sim, uma fuga para a frente e mais uma manobra de diversão relativamente ao debate que estávamos a ter.

Deputado Duarte Freitas *(PSD):* E os 22 milhões de euros!

O Orador: Mas disse e reitero: foi perguntado muito claramente, directamente, olhos nos olhos, à bancada do PSD se concordava ou não que estivesse no

caderno de encargos, no âmbito do processo de privatização da ANA, lá vertida a garantia de que não haveria aumento das taxas a pagar no âmbito do processo de privatização e se o PSD concordava ou não com isso.

Deputado António Marinho *(PSD):* Chega-se a uma conclusão: se não consegue perceber o que se diz aqui, é problema seu!

O Orador: Sobre essa matéria, depois de várias tentativas, não tivemos qualquer tipo de resposta.

E não posso deixar de dizer também para que se acabe de uma vez por todas com essa narrativa lamentável que acusa o Partido Socialista de fazer guerrilha ao Governo da República para lhe dizer o seguinte: estaremos aqui sempre que for necessário para defender os interesses dos Açores e dos açorianos, porque para nós é isso que está acima de tudo.

Deputado Luís Garcia *(PSD):* Acreditamos!

O Orador: Nós não vendemos os Açores em troca de interesses partidários, como os senhores têm feito sucessivamente. Nós não trocamos os Açores pelos nossos interesses partidários.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros Governo)

Deputado Jorge Macedo *(PSD):* Exemplo maior que o aeroporto da Horta não há!

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

Tem 2 minutos, Sr. Deputado.

(*) Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Já que estamos em campanha eleitoral deixo também, na qualidade de candidato a Presidente do Governo pelo PPM, aquele que é o meu compromisso.

Não é muito provável que eu ganhe, sei disso, mas é provável que o voto do PPM possa vir a ser decisivo para a aprovação do futuro programa do Governo. Nesse sentido, vou apresentar 10 mandamentos, 10 exigências e uma delas

(podem ter a certeza e anuncio aqui este compromisso) é que se concretize, para além de todos os enganos desta história lamentável ao longo destes anos todos, em que as pessoas têm dado a sua palavra e não a têm cumprido, da minha parte eu dou a minha palavra que quem quiser ter este apoio para a aprovação do programa do Governo a partir das eleições de 2012 e para a legislatura de 2012/2016, um desses 10 mandamentos é o aumento da pista do Faial.

Muito obrigado.

Deputado Luís Garcia *(PSD):* Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra. Tem meio minuto.

(*) Deputado Artur Lima *(CDS/PP):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vou ser muito breve.

Apenas para concluir este debate e dizer ao Sr. Deputado Berto Messias que de embuste em embuste vamos nós falando com o Governo da República. Já tivemos um embuste em Julho, temos outro agora.

Mas queria deixar bem claro aqui duas posições do CDS.

Sem dúvida nenhuma – e já o afirmei no passado e reafirmo no presente e reafirmarei no futuro quando for preciso – não tenho nenhuma dúvida (nenhuma!) que o Presidente do Governo Regional dos Açores se empenhou fortemente nesta questão e nunca coloquei em dúvida que defendesse intransigentemente os interesses dos Açores. Fique isto aqui bem claro e já o disse no passado, digo hoje e digo no futuro.

O que acontece e o que nos acontece a nós também é que às vezes não somos bem-sucedidos nas nossas reivindicações perante o Governo da República, que também não as atende. Acontece ao Sr. Presidente do Governo Regional, acontece ao Governo Regional e também há-de acontecer, naturalmente, ao CDS e a mim próprio.

A segunda questão é que o CDS se demarca totalmente e repudia totalmente a posição do Sr. Ministro Álvaro.

Deputado Hernâni Jorge *(PS):* Muito bem!

Deputado Aníbal Pires *(PCP):* Está-se a chegar!

O Orador: O Sr. Ministro Álvaro mostrou não ter o mínimo de sensibilidade para com os Açores, não ter o mínimo de consideração para com esta gente, com os considerandos que faz e com a defesa que faz à ocupação dos aviões,…

Deputado Berto Messias *(PS):* Muito bem!

O Orador: …ao tamanho da pista que não é preciso desenvolver, que tem segurança suficiente, que a taxa de ocupação é só *x* e portanto, o CDS não se revê minimamente nas afirmações do Sr. Ministro Álvaro. Que fique bem claro também aqui dito isto.

Não prescindimos - e vou terminar Sr. Presidente – nunca da defesa intransigente dos interesses dos Açores e não prescindimos nunca que sempre que tivermos de marcar a diferença relativamente ao meu partido a nível nacional e ao CDS no Governo a nível nacional não prescindiremos,…

Deputado Aníbal Pires *(PCP):* Grande parceiro têm aí!

Deputado Duarte Freitas *(PSD):* Já tínhamos dito.

O Orador: …mas até hoje estou muito orgulhoso do CDS no Governo da República, nomeadamente por não ter fechado um único consulado onde tivesse imigrantes açorianos e isto conseguiu o Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros. Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do CDS/PP)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos votar esta resolução.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretário: O Projecto de Resolução apresentado foi rejeitado com 27 votos contra do PS, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PCP, 15 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

(*) **Deputado Duarte Freitas** *(PSD):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma declaração de voto rapidamente para dizer que pensámos que deixámos claro as nossas intenções, as nossas preocupações e tentámos clarificar o máximo possível aquilo que era o objecto desta proposta de resolução.

O debate fugiu em vários sentidos, inclusivamente para a questão do aeroporto da Horta e é aqui que eu gostaria de deixar registado o seguinte: interpelado directamente para responder sim ou não sobre a intenção de cumprir aquilo que era a promessa do Presidente Carlos César, o Sr. Secretário da Economia e futuro candidato a Presidente do Governo do Partido Socialista nada disse.

Deputado Hernâni Jorge *(PS):* Não é verdade!

Deputada Benilde Oliveira *(PS):* E o senhor disse alguma coisa?

Presidente: Sr. Secretário Regional para um protesto, tem 3 minutos.

(*) **Secretário Regional da Economia** *(Vasco Cordeiro):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É para um protesto, uma vez que as últimas declarações do Sr. Presidente do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata não correspondem à verdade.

Ele fez a pergunta duas vezes,…

Deputado Clélio Meneses *(PSD):* Porque não respondeu à primeira!

O Orador: …não respondi à segunda vez porque já tinha respondido à primeira e a minha resposta à primeira vez não é nem sim, nem não, porque esse direito ainda tenho. A resposta à primeira vez foi que se os açorianos me derem a confiança em Outubro os faialenses podem contar com o próximo Governo Regional dos Açores, presidido por mim, para apoiar o Governo da República na concretização desse investimento.

Deputado Luís Garcia *(PSD):* Não foi isso que disse!

Deputado Jorge Macedo *(PSD):* Não foi! Cada vez tem uma versão diferente! Não foi resposta: talvez… disponibilidade…

O Orador: E mais acrescentei para que não restem dúvidas sobre essa matéria: essa ajuda não é a qualquer custo, essa ajuda será concretizada e quantificada nos termos da solução que for optada e nos custos que essa solução tiver.

Acho que mais claro do que isto não posso ser. É este o meu compromisso. Se ele satisfaz o Sr. Presidente do Grupo Parlamentar do PSD ou não, eu não sei,…

Deputado Jorge Macedo *(PSD):* Então o senhor não concorda com o Sr. Presidente do Governo!

O Orador: …mas é isso que eu tenho a dizer, aqui e lá fora.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Sr. Deputado Duarte Freitas tem 3 minutos.

(*) Deputado Duarte Freitas *(PSD):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ficámos bem esclarecidos sobre quem responde às perguntas e quem não responde e quem faz um esforço para responder às perguntas e quem faz um esforço para não responder.

Deputado Francisco César *(PS):* O senhor está a brincar connosco!

(Apartes inaudíveis dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados…

O Orador: Vou clarificar.

A questão que foi colocada foi esta:…

Secretário Regional da Agricultura e Florestas *(Noé Rodrigues):* Tenha dó!

O Orador: O Sr. Presidente do Partido Socialista e Presidente do Governo disse, olhos nos olhos, aos faialenses que se o Governo da República não fizesse a obra de ampliação do aeroporto da Horta, um seu governo assumiria a ampliação da pista do aeroporto da Horta. Foi isto que ele disse. Não pôs "se", nem mais "se".

E aquilo que perguntei ao Sr. Secretário foi se sim ou não assumia essas afirmações do Sr. Presidente do Governo…

Deputada Zuraida Soares *(BE):* Ele respondeu à pergunta!

O Orador: …e a isto o Sr. Secretário Regional e candidato a Presidente do Governo não disse nem sim, nem não. Disse "nim" e chutou para o lado.

Deputada Isabel Rodrigues *(PS):* A única coisa que sabe fazer é esses números de circo!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra para uma declaração de voto.

(*) Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PPM manteve nesta iniciativa do PSD e do CDS a atitude e a mesma posição que tomou em relação à iniciativa apresentada pelo Bloco de Esquerda sobre a mesma matéria.

A nossa posição é a mesma, porque a questão de fundo continua a ser a mesma. Nós discordamos da privatização da ANA. Este é o nosso ponto de partida. Discordamos.

Consideramos que afecta o interessa nacional, consideramos injustificado e consideramos que afecta ainda mais aquele que é o interesse da Região nesta matéria.

Portanto, à partida não podemos votar em nenhuma iniciativa, de nenhum partido político, que aceite a privatização como algo irreversível.

Ponto número um, não podemos votar a favor.

Mas também o PPM não pode votar contra uma iniciativa que pretende de alguma forma obter algumas garantias de que a Região não ficará prejudicada quando se iniciar o processo de privatização.

Não podendo votar a favor pelas razões que apresentei, também não posso votar contra aquela que é uma iniciativa com menos conteúdo, é certo, mas que defende ou pretende defender os interesses da Região. Por isso, nós abstivemo-nos nesta votação.

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires** *(PCP):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A posição do PCP relativamente a esta questão é perfeitamente clara. Desde logo, contra a privatização de uma empresa com a importância estratégica que tem para o país e, em particular, para a Região e portanto, não poderíamos de maneira nenhuma dar o aval a um projecto de resolução que admite como bom a privatização de uma empresa como a ANA.

Por outro lado, e para que fique bem claro, nem o CDS/PP, nem o PSD com este projecto de resolução pretendiam ou pretendem defender e salvaguardar os interesses da Região, dos Açores e dos açorianos. Antes pelo contrário!

Deputado Berto Messias *(PS):* Um embuste!

O Orador: De facto, a palavra certa é um embuste, como disse há pouco e agora estava a referir o Deputado Berto Messias.

Deputada Benilde Oliveira *(PS):* Muito bem!

O Orador: Como sabe Sr. Deputado, a primeira vez que foi utilizada a palavra foi eu que a utilizei, repetidamente, relativamente a um Membro do Governo aqui há alguns plenários atrás.

Isto é um embuste, porque Vs. Exas. aquilo que vieram aqui fazer foi validar uma opção política da República,…

Deputado Berto Messias *(PS):* Muito bem!

O Orador: …validá-la, procurando enganar os açorianos e as açorianas, porque aquilo que Vs. Exas. pretendem é branquear aquelas que são as opções políticas do vosso Governo, do Governo do CDS/PP e do Governo do PSD e isto tem de ser dito claramente às açorianas e aos açorianos.

Deputado Jorge Macedo *(PSD):* Outra vez!

O Orador: Relativamente àquilo que foi a vossa participação neste debate foi tudo menos o objecto da resolução. Foram apenas umas acrobacias, um espectáculo circense lamentável.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Berto Messias tem a palavra.

(*) **Deputado Berto Messias** *(PS):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para uma rápida declaração de voto.

Em primeiro lugar, tendo em conta que este debate derrapou para a questão da pista da Horta, não posso deixar também de registar aquilo que foi referido pelo próximo Presidente do Governo dos Açores…

Deputado Luís Garcia *(PSD):* Isso quer dizer que os senhores estão em desacordo com Carlos César!

O Orador: …relativamente à pista da Horta, respondendo pela segunda vez, aliás, ao Sr. Deputado Duarte Freitas e às questões que lhe foram colocadas e deixar bem claro que o Partido Socialista não apoia este projecto de resolução,…

Deputado Luís Garcia *(PSD):* Já percebemos.

O Orador: …que não é mais do que um embuste político, que surge para disfarçar o indisfarçável e para disfarçar o incómodo e a falta de capacidade do PSD/Açores para defender os interesses dos Açores também na questão da privatização e no processo de privatização dos aeroportos da ANA na Região.

Fazêmo-lo porque em Julho aprovámos aqui uma proposta do Bloco de Esquerda…

Deputado Artur Lima *(CDS/PP):* Um embuste!

O Orador: …em que essa sim garante e acautela os interesses dos Açores, os interesses dos açorianos, garantindo que no âmbito do processo negocial de privatização e da elaboração do respectivo caderno de encargos ficam lá vertidas e acauteladas questões muito relevantes nesse âmbito.

Deputado Artur Lima *(CDS/PP):* Essa sim era um embuste.

O Orador: E não posso deixar de dizer também e apelar a todas as forças partidárias dos Açores, no âmbito deste debate, a necessidade e a grande relevância que deve ser dada por todos nós nesta fase difícil de defesa dos Açores e dos açorianos, contrariando uma fúria anti-autonómica do Governo da República…

Deputado Francisco César *(PS):* Muito bem!

Deputado Pedro Gomes *(PSD):* Não apoiado!

O Orador: …que quer sufocar financeiramente as regiões autónomas, que quer sufocar financeiramente os Açores para assim enfraquecê-lo politicamente e daí tirar dividendos políticos e partidários.

Deputado Rui Ramos *(PSD):* Não apoiado!

O Orador: Apelo a todos que nos unamos em defesa dos Açores, contrariando essa tendência retrógrada e lamentável.

Muito obrigado.

Deputada Benilde Oliveira *(PS):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, não sei se há mais declarações de voto.

Não havendo vamos passar então para o ponto seguinte da nossa ordem de trabalhos: **Projecto de Resolução n.º 49/2011 – "Criação de centros de promoção e consolidação de novos empresários agrícolas",** apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Há uma proposta de alteração da sua parte resolutiva, que foi entretanto distribuída.

Dou a palavra ao Sr. Deputado Duarte Moreira para apresentar o diploma.

(*) Deputado Duarte Moreira *(PS):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

No ano 2010 o Grupo Parlamentar do Partido Socialista levou a efeito um trabalho por todas as ilhas dos Açores, que resultou num relatório de matéria de interesse regional, relatório esse que mais do que traduzir as posições deste Grupo Parlamentar, traduziu também o que nos foi manifestado e proposto por parte dos parceiros sociais e demais organizações ligadas às fileiras produtivas do sector agro-pecuário regional.

Este trabalho reforçou o que já sabíamos do sector agro-pecuário dos Açores. Este é um sector dinâmico, constituído por cerca 25% de jovens com menos de

45 anos, em que a apetência para investir, quer nos sectores mais tradicionais, quer nas áreas ditas da diversificação, é muito significativa.

Aliás, é de relembrar que, nas áreas da diversificação, deram entrada nos serviços da Secretaria Regional da Agricultura e Florestas projectos que totalizam 8 milhões de euros, cerca de quatro vezes mais do que em todos os quadros comunitários anteriores, investimento esse maioritariamente efectuado por jovens agricultores.

Do trabalho realizado ficou também claro, junto da distribuição, que os produtos regionais estão a crescer no volume de vendas nas grandes superfícies, o que só é possível pelo investimento e esforço dos nossos agricultores e pela estratégia planeada pelo Governo Regional de apoio ao investimento e rendimento da nossa agricultura.

Não obstante o trabalho que tem vindo a ser realizado do investimento concretizado nas explorações agrícolas e nas unidades de processamento horto-frutícola, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, numa atitude responsável, identificou algumas áreas que podem ser melhoradas, nomeadamente, ao nível do incentivo à organização das produções, ao aprofundamento e reforço de uma estratégia virada para os mercados e ao aparecimento de novos empresários, com novas ideias, com novas propostas e novos conhecimentos, incentivando também, por esta forma, o contínuo rejuvenescimento do tecido empresarial agrícola regional, aproveitando-se o crescente número de intenções positivas para a entrada ou manutenção no sector agrícola, o que é superior à média nacional, como é referido pelo Instituto Nacional de Estatística.

Acreditamos que só unidos em organizações de produtores, independentemente da sua forma jurídica (associações, cooperativas ou outras), se potenciará o investimento que tem vindo a ser efectuado e nos afirmaremos neste mercado cada vez mais competitivo.

Hoje, o principal factor de sucesso ou insucesso das nossas produções estão a jusante das produções ao nível da sua organização, cada vez mais voltada para os mercados do fornecimento regular e contínuo dos produtos com capacidade de negociação junto da distribuição, pelo que somos favoráveis ao reforço das

organizações, o que vem ao encontro das medidas propostas pela Comissão Europeia para a PAC pós 2013, que visa encurtar a cadeia entre a produção e o consumidor final.

Hoje, mais do que saber produzir, o factor decisivo é produzir de forma organizada e comercializar com base em estratégias conjuntas, de forma a potenciar a capacidade de negociação, equilibrando forças nesta matéria.

Hoje, interessa reforçar a segurança dos agricultores já instalados, ou novos jovens agricultores, através de apoio técnico fornecido pelas suas próprias organizações e, fundamentalmente, do escoamento das produções, criando também alguma economia de escala e garantia da sustentabilidade dos rendimentos.

É, pois, de todo interesse aproveitar o potencial humano existente já instalado ou não, que queira adoptar uma nova forma de estar na agricultura, concedendo condições para que os jovens agricultores sintam maior segurança para a instalação das suas próprias explorações, com ganhos substanciais ao nível do emprego, da diversificação agrícola e da introdução de técnicas de gestão e de comercialização mais modernas e profissionais.

Neste sentido, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista apresenta um projecto de resolução que recomenda ao Governo Regional que apoie as organizações de produtores de forma a desenvolverem centros de promoção e consolidação de jovens empresários agrícolas que se dediquem à produção de vinho, hortícolas, mel, frutícolas ou florícolas e que queiram aderir a esta forma de organização disponibilizando por tempo determinado, protocolado ou contratualizado, apoio técnico, contactos com o mercado, utilização de alguns meios comuns de equipamentos e apoio à comercialização das produções.

Assim, e de forma clara, objectiva e pragmática queremos estar a contribuir para o desenvolvimento do sector agrícola regional, contribuindo para a melhoria dos rendimentos dos nossos agricultores.

Disse.

Deputado Berto Messias *(PS):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, aceitam-se inscrições.

Sr. Deputado António Ventura tem a palavra.

(*) Deputado António Ventura *(PSD):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta é uma proposta no âmbito do relacionamento com as organizações de produtores e, em concreto, no âmbito de uma área, que é a área da diversificação, ou seja, um conjunto de culturas que durante os últimos anos caíram no esquecimento.

A verdade é que esta é uma proposta tímida e não consubstancia aquilo que deve ser uma reforma de relacionamento com as organizações de produtores contratualizando um conjunto de medidas, um conjunto de acções, um conjunto de instrumentos, que possam efectivamente fazer com que a produtividade e a forma de produzir esteja mais próxima de quem os representa. Ou seja, que tudo isto seja mais desligado da administração pública e que tudo isto esteja mais ligado a quem produz e a quem os representa.

Mas obviamente se é isto que o PS nos consegue trazer neste momento, pois é melhor isto do que nada.

Deputado Berto Messias *(PS):* O que os senhores inventam para não aprovarem uma proposta do PS.

O Orador: Por outro lado, esta (e já não é a primeira vez) proposta contradiz aquilo que o Governo Regional ao longo dos últimos anos tem dito.

Deputado José Rego *(PS):* Não é isso que temos visto!

Deputado Berto Messias *(PS):* O que os senhores inventam para desvalorizar as propostas do PS.

O Orador: Nos discursos do Governo Regional (e tive a oportunidade de os ler desde 2004) é dada a ideia, com uma convicção de tal maneira inabalável, de que tudo está feito e que não é possível fazer mais.

Deputado António Parreira *(PS):* Nunca ninguém disse que tudo estava feito!

O Orador: O Grupo Parlamentar do PS teve agora a oportunidade…

Deputado António Parreira *(PS):* O senhor acabou de dizer isso! É sempre possível fazer mais!

O Orador: …pela segunda vez, de contradizer aquilo que tem sido anunciado como sendo "não é possível fazer mais".

Afinal, é possível fazer mais. Esta falta de humildade…

Deputada Isabel Rodrigues *(PS):* Onde isto já vai!

Deputada Benilde Oliveira *(PS):* Essa falta de coerência!

O Orador: … por parte do Governo Regional obviamente já não é só o PSD a contradizer. É o Grupo Parlamentar do PS que também está a contradizer e esta é a segunda vez que isto acontece. Ou seja, aquilo que são as palavras e aquilo que é a prática, o que o PS neste momento diz é que obviamente a prática está muito distante daquilo que são os discursos, a propaganda e as declarações, nesta Assembleia, do Governo Regional.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Deputado Berto Messias *(PS):* Só isso! Mas vai votar a favor ou contra?

Deputado António Ventura *(PSD): Surprise*!

Presidente: Sr. Deputado Pedro Medina tem a palavra.

(*) Deputado Pedro Medina *(CDS/PP):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O projecto de resolução apresentado pelo Partido Socialista no sentido de serem criados centros de promoção e de consolidação de novos empresários agrícolas teve, aliás, em termos da Comissão, quando ele foi discutido em Comissão, um apoio, penso que generalizado, de todas as forças partidárias ali representadas.

Apesar do documento em si requerer alguns pontos de afinação, isso foi também discutido em Comissão e posteriormente em diálogo entre partidos que visava exactamente aperfeiçoar este documento que era positivo, podia ser mais abrangente.

Quero recordar que, por exemplo, em relação a matéria de diversificação agrícola nós, CDS, temo-la defendido já em muitas ocasiões, nomeadamente através dos nossos programas eleitorais e através do acatamento, aliás, mais

recente, no Plano e Orçamento para 2012 o facto de estar lá uma verba afecta a este mesmo programa. Portanto, nós também estamos muito satisfeitos pelo facto do Partido Socialista demostrar essa preocupação pelo futuro da nossa agricultura e que este mesmo passa pela própria diversificação agrícola.

Penso que a questão e o objecto deste projecto de resolução fazerem referência, numa fase inicial, a jovens empresários e não a novos empresários agrícolas de uma forma abrangente até contradizia um bocadinho o próprio título do projecto de resolução que falava, exactamente, em novos empresários agrícolas. Isso faz toda a diferença. Faz toda a diferença porque se tivessem mantido a questão dos jovens empresários penso que, da parte do Partido Socialista, estariam a cometer um erro político, um erro político que está corrigido e a versão final é a que melhor defende os interesses dos nossos agricultores, os interesses dos Açores.

Quero lembrar aqui uma situação que tem a ver exactamente também com essas questões da agricultura num âmbito abrangente, regional, nacional e europeu e quero referir que existe a nível da União Europeia um comité chamado Comité das Regiões da União Europeia, no qual Portugal está representado com 12 membros, dos quais os Açores têm o seu representante, o Sr. Presidente do Governo Regional.

Na altura, o Sr. Presidente do Governo Regional ficou muito satisfeito por estar de novo representado no Comité das Regiões para o mandato de 2010-2015 e que neste mandato ficou com assento em duas comissões: na Comissão de Recursos Naturais (NAT) e na Comissão de Cidadania, Governação, Assuntos Institucionais e Externos.

Quero referir as declarações do Sr. Presidente do Governo na altura, que dizia o seguinte, em relação à NAT: "Salientou de particular relevância o facto da Região participar na Comissão NAT não só por se tratar de uma Comissão criada para este mandato, mas particularmente porque a sua área de responsabilidade incide sobre temáticas de grande importância para os Açores, onde temos sido particularmente activos ao nível da União Europeia, como

sejam a PAC, o Desenvolvimento Rural, a Política de Pescas, a Política Marítima ou o Turismo."

Quero relembrar que (e até houve alguma preocupação, não fosse o Governo ter defendido nesta matéria ou não ser defendido pela própria bancada do Partido Socialista) na oitava reunião do Comité das Regiões, no passado dia 28 de Novembro de 2011, em relação a matérias - ou seja, isso tem a ver com as propostas legislativas sobre da reforma Política Agrícola Comum e o Desenvolvimento Rural pós 2013 – como a questão da instalação, o Comité das Regiões é muito claro em relação ao rumo e ao caminho que as regiões devem tomar. E diz o seguinte: "A Comissão propõe uma ajuda específica complementar aos pagamentos de base destinada aos jovens agricultores, com uma dotação que pode ir até 2% do limite máximo nacional. [A Comissão entenda-se Comissão Europeia] A vontade da Comissão de apoiar a instalação dos jovens agricultores é de louvar, mas permanece demasiado restritiva, daí que o Comité das Regiões pudesse solicitar uma ampliação do conceito de jovens agricultores para incluir todos [e aqui está sublinhado a negrito novos agricultores], independentemente da idade. Assim a PAC pós 2013 deve apoiar todos os projectos de instalação inovadores, em particular os que criam mais emprego e que correspondam melhor às exigências da agricultura sustentável."

Portanto, esta versão final apresentada pelo Partido Socialista, que abrange todos os novos empresários, está mais de acordo com aquilo que é defendido pela própria Região a nível do Comité das Regiões e a nível da União Europeia.

Se tivessem mantido a questão dos jovens agricultores não estaria errado, mas politicamente seria um sinal errado a nível comunitário.

Muito obrigado.

Deputado Paulo Rosa *(CDS/PP):* Muito bem!

Presidente: Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas tem a palavra.

(*) Secretário Regional da Agricultura e Florestas *(Noé Rodrigues):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Gostaria de aproveitar esta oportunidade para comunicar a esta Câmara que o Governo tem desenvolvido um trabalho no sentido de interessar agricultores,

sejam jovens, sejam agricultores já instalados, para que diversifiquem a sua actividade e invistam em sectores da diversificação agrícola, nomeadamente no que diz respeito à horticultura, fruticultura, floricultura, que são hoje já sectores muito interessantes e no caso da floricultura até já é um sector exportador da Região.

Gostaria também de lembrar que esta iniciativa que o Partido Socialista apresenta nesta casa representa em bom rigor uma diligência que, de uma forma consistente, temos feito de alocar às organizações de produtores um papel fundamental na organização das produções agrícolas, no sentido de agregar produtores e agregar produções com direcção de mercado, dando-lhes dinâmica empresarial, dando-lhes capacidade de aceder aos mercados, qualificando esse acesso aos mercados, por forma a que a gente possa reduzir importações nesses sectores da diversificação e criar mais riqueza na nossa Região.

Pelo contrário daquilo que alguns afirmam, o que se passa nesta iniciativa não é criar mais administração pública, é pôr mais administração ao serviço da iniciativa das organizações de produtores, ao serviço dos agricultores, para que se liguem hoje as disponibilidades técnicas e os meios físicos que existem nos serviços de ilha, nomeadamente nos serviços de desenvolvimento agrário, e que esta capacidade seja colocada ao serviço das organizações de produtores e dos agricultores para apoiar novos empresários que queiram aceder a estes sectores de actividade.

Portanto, nisso não há nenhuma contradição; pelo contrário, há uma conjugação de esforços para que se atinja este objectivo de reforçar a nossa capacidade e a nossa base de produção regional.

Gostaria também de vos dizer que não se trata de sectores esquecidos da nossa agricultura. Já lá vai esse tempo.

São sectores que desde 2007…

(Risos dos Deputados António Ventura e Rui Ramos)

O Orador: Oh Sr. Deputado, ria-se e pergunte lá no seu concelho como é que as coisas vão correndo.

Deputado Rui Ramos *(PSD):* Estão lindas! Correm às mil maravilhas, em tons cor-de-rosa!

O Orador: Desde 2007 são sectores que passaram a constar dos programas de apoio da Região, aprovados pela Comissão Europeia. São sectores que passaram a ter grande investimento, apoiados pelo Governo e acompanhados por fundos comunitários.

Relembro que nessas áreas da diversificação, neste Quadro Comunitário que nós hoje desenvolvemos, nós temos um investimento nessas áreas próximo dos 8 milhões de euros, o que representa quase quatro vezes mais daquilo que aconteceu no último Quadro Comunitário de Apoio e isso significa, de uma forma clara,…

Deputado Pedro Medina *(CDS/PP):* É claro. Não se pode é excluir.

O Orador: …aquilo que nós estamos a fazer nessas áreas da diversificação agrícola.

Gostaria também de dizer, já agora, que se discute a questão de ser novos agricultores, novos empresários agrícolas ou jovens agricultores, esta questão é significativamente importante, mas não posso deixar de referir um elemento e um indicador que é, do meu ponto de vista, de referência. Nestes projectos que têm dado entrada e que têm sido submetidos para investimento na agricultura, na área da diversificação, nós temos uma média por projecto de investimento que é da ordem dos 110 mil euros, em média, o que significa o aumento muito significativo daquilo que foi no anterior Quadro Comunitário e temos, no âmbito dos projectos e das candidaturas apresentados, mais de 30% destes projectos são apresentados por jovens agricultores.

Portanto, isto significa que devemos apoiar estes investimentos, que devemos incentivar esses investimentos e que devemos dar, tal como propõe o PS nessa sua iniciativa, o enquadramento organizacional para que estas produções e esses agricultores tenham acesso ao mercado de uma forma eficaz e eficiente.

Isto é trabalhar em prol dos nossos agricultores para honrar os compromissos que temos com eles e para fazermos da nossa agricultura um bom sector de investimento e de trabalho na nossa Região.

Obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Mário Moniz tem a palavra.

Deputado Mário Moniz *(BE):* Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estamos perante uma iniciativa que numa primeira abordagem pretende contribuir para a diversificação agrícola, promover o empreendedorismo junto de agricultores e estimular uma nova forma de encarar a exploração natural da terra.

São princípios pelos quais o Bloco de Esquerda se tem batido dentro e fora desta Assembleia e continuará a fazê-lo de forma insistente, porque acredita neles.

Apesar disso, assumir esta luta implica atitudes consequentes. Não bastam boas intenções, nem tão só a aprovação deste projecto de resolução. São também imprescindíveis boas práticas na sua implementação.

Ontem, quando se discutiu a qualificação comunitária da manteiga dos Açores, este Grupo Parlamentar alertou para a criação das condições necessárias para a concretização daquele objectivo e não vimos aquela vontade inabalável em assumir este compromisso, nem da parte do Governo, nem por parte dos próprios proponentes.

Hoje, confrontamo-nos com uma situação de alguma forma idêntica caso não haja o devido empenho e a vontade política necessária.

É cada vez mais necessária e urgente a mudança de paradigma da nossa agricultura. Todos o reconhecem, mas poucos têm a coragem de o fazer.

É menos arriscado aguardar que alguém se aventure, depois logo se verá. Entretanto, vamos fazer o possível por rentabilizar o que existe mesmo que à custa da hipoteca do nosso futuro.

Nós, Bloco de Esquerda, recusamos esta atitude. É por isso que queremos que a discussão à volta deste projecto vá para além da sua mera aprovação e que ele

seja, isso sim, motivador de uma corrente de mudança que apostando no estímulo da vontade de empresários agrícolas crie um futuro promissor para a actividade agrícola sustentada, o que permitirá maior valorização dos nossos produtos e o aumento de notoriedade da nossa Região.

Há alguns aspectos a ter em conta. A aprovação desta iniciativa não pode fomentar desentendimentos entre quem, neste momento, se dedica laboriosamente à agricultura e à pecuária, nos moldes em que recebeu formação e incentivos; e por outro lado, o novo paradigma que pela leitura do preâmbulo claramente se propõe criar. Terá que haver diálogo e respeito mútuo. Respeito por quem trabalhou toda uma vida da forma que lhe disseram ser melhor e pedagogia junto de quem terá que, inevitavelmente, mais tarde ou mais cedo, aceitar esta mudança.

Se queremos parar com a desertificação das zonas rurais, evitar o abandono das terras e criar emprego numa actividade que, sendo atractiva, é ao mesmo tempo potenciadora da criação de produtos de qualidade e valor acrescentado, com crescente procura de mercado, temos de demonstrar essa vontade com evidência.

É aqui que cabe ao Governo demonstrar essa vontade política e a vontade política demonstra-se na criação de condições para o desenvolvimento da actividade e elas estão previstas neste projecto de resolução. Basta implementá-las, transpondo a letra para a realidade.

Muito obrigado.

Secretário Regional da Agricultura e Florestas *(Noé Rodrigues):* A letra e o espírito!

Presidente: Sr. Deputado Duarte Moreira tem a palavra.

(*) Deputado Duarte Moreira *(PS):* Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quando apresentámos este projecto de resolução e quando foi discutido na Comissão de Economia fizemo-lo com total abertura, no sentido de recolher contributos dos outros partidos que têm assento e que estavam na Comissão de Economia, o que foi obviamente feito e que tem sido apanágio deste Grupo

Parlamentar: dentro do possível tentar conciliar as posições, de forma a que se possa aqui aprovar o melhor documento que reveja as diversas forças políticas. E foi isso mais uma vez que foi feito, pura e simplesmente.

Portanto, desse ponto de vista acho que tivemos a atitude correcta como sempre.

Outra coisa é sempre que nós apresentamos uma iniciativa, vem alguém, aqui, nesta casa, dizer que estamos a contradizer ou que estamos a dizer o contrário daquilo que o Governo diz.

Não faltava mais nada a não ser que este Grupo Parlamentar estivesse proibido de apresentar qualquer tipo de proposta,…

Deputado António Ventura *(PSD):* Não! Não está!

O Orador: …em qualquer área, porque ia contradizer o Governo.

Pura e simplesmente nós estamos a trabalhar com o Governo, estamos a complementar, a ajudar o Governo nestas áreas da agricultura.

Sr. Deputado Mário Moniz, desculpe-me mas é melhor rever toda a documentação e a evolução do sector agrícola nos últimos anos, porque aquilo que o senhor disse foi de outro tempo. Talvez esteja a confundir.

Deputado Mário Moniz *(BE):* Não estou a confundir!

O Orador: Todas as áreas, todos os sectores, todas as fileiras da Região evoluíram de uma forma muito significativa desde que o PS é Governo nesta Região. Foi assim no sector do leite, foi assim no sector da carne e está a ser assim, está a transformar-se o sector da diversificação.

Aliás, se houve aspecto positivo no trabalho que nós desenvolvemos foi o facto de irmos por todas as ilhas, falarmos com todas os agentes das cadeias, nomeadamente da diversificação e foi-nos dito, não fomos nós que inventámos, nomeadamente pela distribuição, a evolução dos produtos regionais nessa própria distribuição.

Hoje, e não me vai desmentir, ao passar numa superfície já não encontra muitos mais produtos regionais do que aquilo que encontrava há 10 ou 15 anos atrás.

Portanto, isto é uma verdade indesmentível, é reflexo do trabalho que tem vindo a ser desenvolvido e aliás, se nós formos ver os próprios investimentos feitos

nesta área, neste Quadro Comunitário e para além disso se formos também analisar os prémios no âmbito do POSEI do rendimento aos agricultores, vemos que esses prémios têm vindo a subir. Porquê?

Porque tem havido mais agricultores, mais áreas, mais produtos a serem apoiados o que quer dizer que eles existem, porque se eles não existissem não eram apoiados.

Portanto, este é um contributo que visa…

Deputado Mário Moniz *(BE):* Isso não é para mim! Não disse nada disso!

O Orador: Sr. Deputado, se me deixar acabar o meu raciocínio, depois pode, à vontade, responder.

…aprofundar uma nova forma de estar em termos da comercialização dos produtos,…

Deputado Rui Ramos *(PSD):* Mas é nova?

O Orador: …porque esse é verdadeiramente um dos principais factores de toda esta cadeia que está a haver ao nível da comercialização. Agregar as produções, juntar os produtores numa estratégia de forma a se poder ter maior peso, maior melhor oferta.

É este o contributo que este projecto de resolução traz para a agricultura dos Açores.

Muito obrigado.

Deputada Benilde Oliveira *(PS):* Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É caso para dizer – não leve a mal Sr. Secretário da Agricultura – que mais depressa se apanha um Noé, do que um coxo.

Secretário Regional da Agricultura e Florestas *(Noé Rodrigues):* Eu de coxo não tenho nada!

O Orador: E quero dizer-lhe porquê.

Veja bem. Eu digo já à partida que voto a favor,…

Secretário Regional da Agricultura e Florestas *(Noé Rodrigues):* Está melhor! Até o queijo do Corvo está melhor.

O Orador: …porque as ideias que aqui estão, são ideias que considero serem ideias lógicas e é de facto o que a Região necessita, mas contraria aquela sua imagem ontem do éden,…

Secretário Regional da Agricultura e Florestas *(Noé Rodrigues):* Boas ideias!

O Orador: …do paraíso, do exemplo para tudo e para todos, a promover *charters* e *charters* de agricultores europeus…

Secretário Regional da Agricultura e Florestas *(Noé Rodrigues):* O Nóe traz tudo para a barca!

O Orador: …para verem aqui a maravilha que o Sr. Secretário da Agricultura promove.

Ontem, lembrei-me daquela frase do Futre: venham aqui ver uma agricultura na Europa. Tragam os *charters*, venham aqui ver…

Secretário Regional da Agricultura e Florestas *(Noé Rodrigues):* A Chineses! Está a ficar com os olhos em bico mas não é por causa disso.

O Orador: …e vi que o Sr. Secretário estava a promover uma nova valência para a agricultura açoriana.

Mas quero dizer-lhe que o que aqui está é lógico. Diz o seguinte, vou só ler dois parágrafos: "Uma análise aos indicadores agro-ambientais da última década indica que a agricultura dos Açores se especializou na produção de leite e carne, sendo muito menos significativa as restantes produções agrícolas, apesar do crescimento verificado nos últimos anos."

Isto é verdade.

Deputado Hernâni Jorge *(PS):* Apesar do crescimento!

O Orador: Portanto, existe uma especialização e o que é que nós, professores, ensinamos?

Quando existe uma grande dependência de um só produto ou de um conjunto muito reduzido de produtos, o que é que acontece? O que é que se ensina nos manuais de economia?

Que fica-se vulnerável às conjuncturas internacionais.

Deputado José Rego *(PS):* E as economias de escala onde é que estão?

O Orador: É isto que nós aprendemos, é isto, Srs. Deputados, que nós aprendemos e é isto que nós ensinamos.

E então qual é a conclusão…

Secretário Regional da Agricultura e Florestas *(Noé Rodrigues):* O senhor não percebe nada disto!

O Orador: Deixem-me terminar, Srs. Deputados.

Qual é a conclusão lógica a que o PS chega?

A este parágrafo extraordinário, que faço questão de ler. Isto é publicidade gratuita.

"Face às incertezas futuras da produção de leite [que é verdade], perante a possibilidade de extinção do regime comunitário de quotas de produção, é de toda a conveniência o reforço da diversificação agrícola, nomeadamente em produtos de alto valor acrescentado, inerente à sua qualidade e procura de mercado."

Lógico!

O que eu vos pergunto é: foi preciso esperar pela crise, que sempre acontece num determinado sector ou num determinado país, quando está dependente de um só produto? Foi preciso chegar a crise para perceberem que ela chegaria? Foi preciso que ela chegasse?

Secretário Regional da Agricultura e Florestas *(Noé Rodrigues):* Nada disso!

O Orador: Ou os senhores não sabem, não estudam que mais tarde ou mais cedo ela chega sempre?

O que é que nós deveríamos ter feito antes de chegarmos à crise e a uma conjunctura negativa, que acontece sempre no café ou na banana? Há sempre um determinado período em que se deixa de vender tanto cacau ou tanto café e aquele país ou aquela região que está dependente de um só produto, a partir daí, a crise tem outra incidência.

Por isso, é que não era necessário que se chegasse uma conjunctura externa para se chegar à conclusão que ela poderia chegar.

O que os senhores agora estão a propor – e muito bem! – e por isso é que vou votar a favor e considero que isto é certo, é lógico e necessário (por isso vou votar a favor deste projecto de resolução), porque agora os senhores estão a fazer algo que já deveriam ter feito.

Secretário Regional da Agricultura e Florestas *(Noé Rodrigues):* Finalmente!

O Orador: Portanto, 16 anos (faço-vos justiça, não são 16, são 15), 15 anos para chegar à conclusão que o nosso sector agrícola é muito frágil, porque estava dependente de um conjunto muito limitado de produções, 15 anos para aprender isto é muito, muito tempo. Os senhores têm que terminar os cursos mais depressa, têm que ler os manuais…

Deputado Duarte Moreira *(PS):* Só tem que ler as estatísticas!

O Orador: …e tirar as conclusões dos manuais mais depressa.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado António Ventura tem a palavra.

(*) Deputado António Ventura *(PSD):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Passa nesta Assembleia a ideia de que se deve avaliar só de forma quantitativa, que o aumento da produção de leite significa que os agricultores têm mais rendimento, que o abate de mais carcaças nos nossos matadouros significa que os agricultores têm mais rendimento e esta é uma ideia falsa, esta é uma ideia que não corresponde à realidade.

Secretário Regional da Agricultura e Florestas *(Noé Rodrigues):* Falsa é essa conclusão! Leia o recenseamento agrícola que está lá escrito!

O Orador: Basta, por exemplo, verificar (e não é só o PSD a dizer) o recenseamento agrícola de 2009 a dizer que nos últimos 10 anos as culturas temporárias, retirando as forrageiras, sofreram uma descida de 47,8% e as culturas permanentes de 44,8%. Então, produz-se menos. Para além do leite e da carne produz-se menos.

Por outro lado, a nossa principal energia alimentar…

Secretário Regional da Agricultura e Florestas *(Noé Rodrigues):* Isso é de bradar aos céus!

O Orador: …produzida nos Açores, que é o milho forragem, entre 98 e 2001 (está nos relatórios do DREPA) desceu 26%, isso significa que estamos mais dependentes da importação.

Portanto, a ideia de estarmos mais autónomos é uma ideia falsa.

Por outro lado, continuamos sem saber – e por isso eu acho que é uma irresponsabilidade falar sobre rendimento, é uma irresponsabilidade falar sobre balança comercial – qual é que é o nosso grau de auto-aprovisionamento agrícola.

Diga-nos o Governo qual é o nosso grau de auto-aprovisionamento agrícola?

Deputado Cláudio Almeida *(PSD):* Não sabem!

Secretário Regional da Agricultura e Florestas *(Noé Rodrigues):* Leia os censos!

O Orador: Diga-nos o Governo qual é que é a razão entre, por exemplo, o preço do leite e …

(O Secretário Regional da Agricultura e Florestas levantou-se da sua bancada e profere apartes de pé)

Deputado Jorge Macedo *(PSD):* Não pode fazer apartes em pé.

O Orador: O senhor se quer dizer os apartes sente-se na sua bancada e diga os apartes.

Deputado Jorge Macedo *(PSD):* Muito bem!

O Orador: Qual é a razão entre, por exemplo, um litro de leite e um quilo de concentrado?

Por exemplo, quanto é que custa produzir um litro de leite nesta Região ou um quilo de carne?

Se não há esta avaliação, nós estamos a cair num erro enorme, nós estamos a cair efectivamente numa falsa propaganda, numa balança comercial virtual que não corresponde à realidade e isso torna-se insustentável, porque na verdade

qual é que é o lucro de tudo isto? Na verdade, qual é que é produção de riqueza dos Açores e, em concreto, na agricultura?

É isso que é preciso saber e sem esta avaliação de base, de produção, de produtividade das agriculturas que nós temos não é possível afirmar-se que temos mais rendimento, que temos mais produção.

Secretário Regional da Agricultura e Florestas *(Noé Rodrigues):* Página 117 do recenseamento agrícola!

O Orador: Por outro lado, - e mais grave - apesar dos milhões anunciados para a agricultura, a verdade é que hoje o Instituto Nacional de Estatística vem dizer que o rendimento da actividade agrícola…

Secretário Regional da Agricultura e Florestas *(Noé Rodrigues):* Página 117!

O Orador: …diminuiu 10,7% em 2011.

Secretário Regional da Agricultura e Florestas *(Noé Rodrigues):* De onde é isso? Do Continente ou de cá?

O Orador: INE. Está aqui. Todo, nacional. Estão aqui as contas regionais também. Nacional, estão as contas regionais.

O todo nacional, 10,7%. Está aqui.

Mas vou-lhe dizer. Vamos então ao Instituto Nacional de Estatística, aos últimos dados conhecidos de Setembro e aquilo que qualifica em relação a algumas culturas.

(Aparte inaudível da Câmara)

O Orador: Setembro, que é o último dado conhecido.

"O milho forragem proporcionou uma colheita fraca, em quantidade e qualidade.

Na maioria das ilhas a produção de vinho foi inferior a um ano normal"…

Deputado António Toste *(PS):* Qual foi a razão?

Deputado Cláudio Almeida *(PSD):* Tudo a descer!

O Orador: Os senhores se me deixarem, já explico qual a razão.

Isto para dizer que contraria o vosso discurso de que há mais rendimento, que há mais dinheiro disponível. Não é verdade perante estes dados.

Mas vou continuar.

"A produção de chá foi muito afectada. Também a produção de tabaco registou uma quebra acentuada. O preço do ananás baixou".

Isto significa que perante estas descidas, obviamente, em quantidade e qualidade não é possível (e em concreto nessas culturas, que são culturas fundamentais) estar a anunciar-se que é a melhor agricultura do país.

Deputado António Toste *(PS):* É a melhor!

O Orador: Não é possível estar a anunciar-se que tem-se o melhor rendimento. É uma irresponsabilidade!

Acho que o Governo Regional tem aqui um pecado enorme e o pecado passa por não avaliar…

Secretário Regional da Agricultura e Florestas *(Noé Rodrigues):* Por estudar!

O Orador: …por não perceber e cingir-se…

Entrega-se 10 litros de leite, se no outro dia entrega-se 12 litros, "bom, melhorou, estamos mais ricos!"

É mentira! A produção de leite tem aumentado mais para contradizer aquilo que são os aumentos dos custos de produção, do que efectivamente seja um sinal de rendimento para os agricultores. Tem de perceber isso.

Deputado Cláudio Almeida *(PSD):* Muito bem!

O Orador: Diga-me se não é assim e prove-me se não é assim.

Deputado Lizuarte Machado *(PS):* Não é assim, não!

O Orador: Por exemplo, prove-me dizendo qual é que é a razão entre um preço de litro de leite, um quilo de leite e um quilo de concentrados? Diga-me lá.

Presidente: Sr. Deputado António Ventura, vamos voltar ao objecto da nossa resolução.

O Orador: Se me disser isto eu consigo compreender qual é que é o rendimento. Diga-me isto e eu consigo compreender.

Deputado Lizuarte Machado *(PS):* Não é assim! Tem a ver com economias de escala!

O Orador: Agora se o senhor não estuda isto, se o senhor não avalia, não é possível dizer que o aumento de leite está directamente proporcional a um aumento de rendimento, porque isto não é verdade.

Eu vou dizer sempre que é mentira, porque tenho os agricultores a queixarem-se e a dizerem que não têm mais rendimento disponível.

Obrigado.

Presidente: Agradecia**,** Sras. e Srs. Deputados, a todos os intervenientes que não se esquecessem do objecto da resolução que estamos a tratar.

Deputado António Ventura *(PSD):* O Sr. Secretário é que puxou para o assunto.

Presidente: Porque se não vamos discutir a agricultura em geral. Não pode ser! Já ontem também não podia ser, Sr. Deputado.

Deputado António Ventura *(PSD):* Eu é que fui penalizado ontem!

Presidente: Vamos então voltar ao objecto da nossa resolução.

Sr. Deputado Duarte Moreira tem a palavra.

(*) Deputado Duarte Moreira *(PS):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quero recentrar a discussão naquilo que é o projecto de resolução, mas não posso deixar de referir aqui alguns valores que resultam do último recenseamento geral de agricultura, em 2009, nomeadamente num dos aspectos "valor da produção padrão total", que diz assim: "Regionalmente os Açores destacam-se pela sua elevada produtividade alcançada, 30,4 mil euros por unidade de trabalho ano, quase duas vezes e meia superior à média nacional, seguindo-se o Alentejo, com 29,2, o Ribatejo" e por aí fora.

Portanto, acho que isto (é do Instituto Nacional de Estatística) é lapidar.

Recentrando naquilo que interessa e reforçar esta contribuição que o Partido Socialista está a dar ao apresentar esta proposta de resolução, de dar um apoio, de se construir aqui um apoio através das organizações de produtores (como eu disse independentemente da sua forma jurídica) para que os agricultores que

adiram a estas organizações possam comercializar de forma conjunta, de forma a valorizarem os seus produtos, com uma imagem associada, com as embalagens devidamente desenvolvidas, com uma forma mais profissional de negociar perante a distribuição. Portanto, é isto que interessa valorizar nesta proposta e é isso que nos interessa, a nós, apesar das tentativas de derivar para outros assuntos.

Desta forma, queremos aqui reforçar que todas as fileiras são importantes, mas que esta área da diversificação tem uma importância também especial no sentido de se diminuir as importações, o que se tem verificado nos últimos anos de forma acentuada. Obviamente que ninguém esconde, o Governo Regional nunca escondeu, nós não escondemos, que tem área para crescer e é por isso que nós apresentamos e estamos aqui a discutir esta nossa proposta, que gostaríamos que fosse debatida em concreto e não derivar para outros assuntos.

Muito obrigado.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, creio que podemos passar à votação.

Vamos, como há alterações do proponente, fazer uma votação na generalidade, em primeiro lugar.

Vamos proceder à votação na generalidade desta resolução.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: Na generalidade, esta proposta foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Passamos à especialidade.

As propostas de alteração do Partido Socialista consubstanciam-se na substituição integral dos 3 pontos resolutivos do diploma.

Se não houvesse oposição da Câmara, colocava-os à votação em bloco, as propostas de substituição integral dos 3 pontos resolutivos.

Não havendo oposição, vamos votar em bloco.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: As alterações apresentadas foram aprovadas por unanimidade.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: Em votação final global, o diploma foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos para o ponto seguinte da nossa ordem de trabalhos.

Sra. Deputada.

Deputada Zuraida Soares *(BE):* Para uma interpelação. Para pedir um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: É regimental, Sra. Deputada.

Regressamos às 16 horas e 30 minutos.

Até já.

(Eram 16 horas e 16 minutos)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos a um esforço final. Agradecia que reocupassem os vossos lugares.

(Eram 16 horas e 36 minutos)

Vamos prosseguir na nossa Agenda com a **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 24/2011 – "Define condições excepcionais para o transporte particular de trabalhadores em veículos de mercadorias de caixa aberta na Região Autónoma dos Açores".**

Sr. Secretário Regional do Ambiente e do Mar tem a palavra para apresentar o diploma.

(*) Secretário Regional do Ambiente e do Mar *(Álamo Meneses):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O diploma, cuja discussão agora iniciamos, visa de alguma forma regular uma área que ao longo dos últimos anos tem vindo a ser governada por um conjunto de instrumentos de natureza provisória, que têm sido progressivamente prorrogados sem que este parlamento nunca tenha feito uma análise mais aprofundada e mais envolvente de todo o sector.

É uma área importante, particularmente na área da pesca, na área da agricultura e em particular na área da construção civil, já que há um número alargado de pequenas empresas e de pequenos empresários que dependem, para a sua actividade, do transporte de trabalhadores em viaturas que não foram na origem concebidas para esse fim.

Obviamente, que há aqui preocupações de segurança que têm de ser acauteladas, há preocupações que têm a ver até com a própria dignidade dos trabalhadores. Os trabalhadores obviamente não podem ser transportados como coisas, nem misturados com coisas, e portanto, há que regular esta matéria, mas ao mesmo tempo há que criar aqui um enquadramento que permita particularmente, no ambiente complicado que as nossas empresas hoje vivem, que sem grandes gastos esta actividade continue a existir, já que ela é socialmente necessária.

A matéria é uma matéria que tem alguma complexidade, porque envolve questões de natureza técnica por um lado, no que diz respeito à própria concepção e à segurança dos veículos que transportam os trabalhadores e porque tem de facto um impacto grande na actividade das micro e pequenas empresas.

A Região a partir de 2002 tem operado um sistema de sucessivas prorrogações que não são saudáveis do ponto de vista da própria estabilização do mercado e da garantia da transparência das decisões dos empresários, daí que o Governo tenha decidido apresentar a esta Câmara um diploma que estabelece um regime com um carácter mais permanente e com um grau de regulação maior, que visa garantir a segurança dos trabalhadores e ao mesmo tempo permitir que essas práticas, que são necessárias à sobrevivência de um número alargado de pequenas empresas, possam continuar a subsistir.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário.

Sras. e Srs. Deputados, estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado Mário Moniz tem a palavra.

Deputado Mário Moniz *(BE):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O transporte de trabalhadores em veículos de mercadorias de caixa aberta é uma situação recorrente.

Tem sido um regime transitório exactamente porque tal como está não é seguro, nem digno.

O Bloco de Esquerda entende que este assunto está a ser tratado de uma maneira que não é correcta. A sua importância não deveria ser a de regular uma forma insegura de transporte, mas sim a de regular e implementar boas práticas no transporte de trabalhadores.

É a diferença entre assumir uma prática não segura como possível, dando-lhe cobertura legal, em vez de admitir que existe uma prática de transporte que não é segura e que, como tal, carece de uma regulamentação extraordinária.

O Bloco de Esquerda reconhece a existência de condicionantes naturais, logísticos e económicos que implicam medidas de excepção, mas nunca poderá ser a favor de uma proposta que nada mais é do que a assumpção de uma maneira de transportar trabalhadores e trabalhadoras sem o mínimo de segurança e dignidade, ao mesmo tempo que revoga o seu regime transitório.

Neste sentido e reconhecendo que ainda há necessidade de manutenção deste regime por mais algum tempo apresentamos propostas que pretendem assegurar a integridade física e a dignidade dos transportados.

Apresentamos também uma proposta de alteração que consigna a manutenção deste regime como transitório por um período que consideramos razoável.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Sr. Secretário Regional do Ambiente e do Mar tem a palavra.

(*) Secretário Regional do Ambiente e do Mar *(Álamo Meneses):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A intervenção do Sr. Deputado Mário Moniz peca por um erro que me parece importante aqui apontar.

Da parte do Governo Regional obviamente que não há nenhum interesse nem nenhuma vontade de manter práticas inseguras. O objectivo do diploma que aqui trazemos é exactamente melhorar a segurança e melhorar a dignidade.

Se é verdade que subscrevo as palavras do Sr. Deputado até ao momento em que diz que este é um tipo de prática que tem de facto problemas e que precisa ser regulado, a partir daí não as posso subscrever porque o objectivo deste diploma, a intenção política e toda a construção do diploma é exactamente melhorar a segurança dos trabalhadores, melhorar a dignidade dos trabalhadores.

A questão da transitoriedade ela existe em todas as leis. Este parlamento é soberano para amanhã, ou daqui a um ano, ou quando entender, voltar ao assunto, revogar esta lei, alterar esta lei, fazer aquilo que se entenda como melhor.

O que não faz sentido é manter diplomas a prazo com o risco de esses prazos se esgotarem, como já aconteceu no passado, quando isso não corresponde a nada de diferente de qualquer diploma. Qualquer diploma está sempre sujeito a ser trazido a esta casa, ser alterado, ser revogado, a que esta Câmara lhe dê o destino que bem entender. Por isso, não faz sentido estar a inscrever no próprio diploma aquilo que é uma limitação, no fim de contas, ao poder legislativo desta casa, que obviamente o mantém intacto.

Não faz sentido falar em regimes transitórios, quando nós estamos a falar sim num regime excepcional (o próprio título do diploma o diz).

Porque é que é excepcional? Porque aquilo que deve ser a regra geral do transporte de trabalhadores não é esta. Este é um regime excepcional, é um regime que deve apenas ser usado nas circunstâncias em que, infelizmente, as nossas empresas não têm outra capacidade para agir de outra forma, é um regime excepcional. Esse regime excepcional não deve ter, sob pena de voltarmos àquilo que foi a história deste próprio diploma ao longo de quase uma década, essa marca de transitoriedade. É excepcional porque é supletivo em relação ao transporte geral, mas esta Câmara quando entender pode revogá-

lo e alterá-lo e não precisamos de estar a inscrever no próprio diploma essa obrigação.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado José do Rego tem a palavra.

(*) Deputado José Rego *(PS):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Julgo que o Sr. Secretário já foi muito claro relativamente a algumas questões lançadas pelo Bloco de Esquerda e portanto, quanto à eternidade da lei acho que foi bem dito pelo Sr. Secretário. Daqui a um ano, dois ou três, esta lei pode ser alterada e julgo que o critério até para alterar tem a ver com o número de licenças que na Direcção Regional possam aparecer, porque eu queria saudar aqui um conjunto de empresas de construção civil que já têm boas práticas nesses domínios e até em algumas autarquias. Foi transitório ao longo dos anos, mas achamos que em termos de condições económicas, em termos de dimensão de algumas empresas, continua a haver necessidade de termos esse diploma excepcional.

Conheço na ilha de São Miguel empresas da construção civil que já têm a separação em carrinhas, quer dos trabalhadores, quer dos materiais, de autarquias que têm bons serviços já na área do ambiente em que está completamente separado, mas há ainda essa necessidade a nível das nossas ilhas.

As propostas do Bloco de Esquerda são pertinentes em alguns aspectos, mas nós não vamos embarcar em algumas delas, como essa de revê-la daqui a 5 anos, que até poderá ser daqui a 3 ou 4. Tomara a nós que as condições económicas e a dimensão dessas empresas fosse possível que se concretizasse. Isso para nós era muito bom e para os trabalhadores e para as trabalhadoras, como diz o Sr. Deputado.

Relativamente aos veículos de caixa aberta terem de, obrigatoriamente, ter uma cobertura, nós aceitamos perfeitamente, já isso estava na portaria. É um repescar para aqui esta norma, portanto iremos votar favoravelmente.

Relativamente ao tacógrafo os regulamentos comunitários são claros. São claros no sentido (já referi alguns diplomas, eliminamos o tacógrafo) em que a directiva aponta lá claramente que em ilhas com dimensão inferior a 2300 km, que não tenham continuidade territorial por túneis, etc., os estados membros poderão isentar nos transportes de passageiros e de mercadorias os tacógrafos.

Mas de qualquer maneira não basta só dizer "ponha-se tacógrafos nas viaturas", porque isso depois exige, quer da polícia, quer da Direcção Regional, um investimento que nós consideramos que é grande e a comunidade reconhece que um dos objectivos principais dos tacógrafos é medir até que ponto os trabalhadores têm os descansos efectivos, as respectivas pausas, pausas essas que advêm de percorrerem muitos quilómetros no espaço continental que nas ilhas não se verifica.

Por questões de segurança pode-se até medir a velocidade de uma viatura, não nego que o tacógrafo fizesse isso, mas um dos objectivos é regular as pausas dos trabalhadores que aqui, na Região, esses transportes são de 15 ou 20 minutos e pouco mais, não tem nada a ver com a nossa realidade regional.

Deputado Pedro Gomes *(PSD):* Mas há um registo manual! Não fica sem controlo!

Deputado José Rego *(PS):* Há um livrete que eles têm de ter.

Presidente: Sr. Deputado Pedro Medina tem a palavra.

(*) Deputado Pedro Medina *(CDS/PP):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma intervenção muito breve para dizer que o CDS efectivamente concorda com esta proposta apresentada pelo Governo e também manifesta as mesmas preocupações que o Sr. Secretário do Ambiente aqui trouxe a esta Câmara e que o Sr. Deputado José do Rego também fez menção na sua intervenção.

Se é um facto que as questões da segurança, da dignidade, do transporte, nesse caso de trabalhadores, é uma preocupação que deve estar inerente a essa responsabilidade social que as próprias empresas, os empresários devem ter, também temos que atender à nossa realidade e ao contexto actual na forma como muitos deles desenvolvem as actividades.

Se há empresas que (como disse muito bem o Sr. Deputado José do Rego) já cumprem com um conjunto de regras no transporte dos seus trabalhadores, nós também temos um tecido empresarial, nomeadamente a nível de empresários em nome individual, que manifestamente traria encargos muito acrescidos para a sua actividade se essas medidas fossem implementadas com rigor muito acentuado.

Portanto, manifestando essas preocupações também dizer que o Bloco de Esquerda traz aqui um conjunto de alterações ou pequenas alterações que mais uma vez demonstra…

Deputada Zuraida Soares *(BE):* O rigor muito acentuado no transporte de pessoas!

O Orador: … (como disse na parte final da intervenção o Sr. Deputado José Rego) que o Bloco de Esquerda está fora da realidade do que é o dia-a-dia das nossas empresas e do funcionamento das mesmas e que, efectivamente, não tem nenhuma preocupação por uma questão que é fundamental, que é a questão do emprego e a forma como esses empresários já estão no terreno com bastante dificuldade.

Deputada Zuraida Soares *(BE):* E o Sr. Deputado está vendo e acha que os trabalhadores podem ser transportados de qualquer maneira!

O Orador: Portanto, encarecer, restringir mais, implementar medidas para depois esses empresários não terem a capacidade de as aplicar no terreno será penalizante para as empresas e não é isso que nós queremos.

Nós estamos a falar em pequenos empresários das áreas da pesca, como disse muito bem o Sr. Secretário, da construção civil,…

Deputado Mário Moniz *(BE):* Mas podem pagar o seguro de qualquer maneira!

O Orador: …entre outras, onde com certeza essas situações também estão manifestadas.

Portanto, de uma forma geral só para dizer que o CDS, efectivamente, concorda com esta proposta apresentada pelo Governo; critica a parte e a postura do

Bloco de Esquerda, porque mais uma vez e nas suas declarações não demonstra preocupação nenhuma pelo nosso tecido empresarial.

Muito obrigado.

Deputada Zuraida Soares *(BE):* Não! Mas demonstra pelas pessoas! Pelos seres humanos! Não é pelos animais, é pelas pessoas!

Presidente: Sr. Secretário Regional do Ambiente e do Mar tem a palavra.

(*) Secretário Regional do Ambiente e do Mar *(Álamo Meneses):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas na sequência das duas intervenções que me precederam para reafirmar da parte do Governo Regional o empenho na segurança dos trabalhadores, na dignidade dos trabalhadores e dizer que, de facto, nós compreendemos e aceitamos como boas as preocupações que foram aqui trazidas pelo Sr. Deputado Mário Moniz.

Nós gostaríamos de ver todos os trabalhadores a serem transportados em viaturas especificamente concebidas para esse fim. Esse é o nosso objectivo, isso seria aquilo que nós gostaríamos de ver acontecer de imediato, mas como todos nós sabemos muitas vezes o óptimo é inimigo do bom e nós estamos no mundo real, estamos na economia em que estamos, estamos num momento da nossa vida económica em que estamos e de facto, neste contexto, há que ter aqui em atenção a necessidade de manter este regime supletivo já que ele é necessário para as micro e pequenas empresas.

Não estamos a falar com certeza nas grandes empresas porque essas, tanto quanto eu sei, já resolveram este problema há bastante tempo; estamos a falar do empresário em nome individual, estamos a trabalhar na companha de uma qualquer embarcação que por esta ou por aquela razão deixou a embarcação num porto diferente daquele em que residem os pescadores, estamos a falar do mestre que vai caiar uma casa, estamos a falar de um conjunto de pequenas actividades que, de facto, precisam deste regime supletivo.

Quanto à questão dos tacógrafos, de facto, não é apenas o preço do tacógrafo, que embora não seja despiciente e não seja, enfim, uma preocupação que não se deva ter, envolve depois uma logística que tem a ver com a leitura e com o

acompanhamento desses equipamentos e até com a sua própria manutenção e aferição.

Se nós introduzirmos os tacógrafos na nossa Região vamos ter de introduzir todo o sector que está no seu acompanhamento, já que esses equipamentos precisam de manutenção, precisam de ser aferidos, precisam de ser lidos e, obviamente, tudo isso tem custos e tudo isso acaba por não ser necessário se nós olharmos para aquilo que é o único objectivo que seria medir a velocidade, já que a medição do tempo não se coloca. Nós não temos território para estarmos preocupados com as longas distâncias e com os tempos. O único dado que poderia ser útil era a verificação do cumprimento da velocidade.

Ora para a questão do cumprimento da velocidade existem outros métodos e outras formas, todos nós conhecemos, e que estão em vigor para todas as viaturas e que obviamente também estão em vigor para estas, portanto não me parece que haja um ganho suficientemente grande que justifique a introdução desse equipamento e de tudo o que está em torno desse equipamento.

Não são os 400 a 500 euros do equipamento de uma viatura em particular, é depois tudo aquilo que está em torno dele.

Por outro lado, também é importante voltar a repisar a questão da segurança. De facto, a maior preocupação da parte do Governo Regional é a segurança e é por causa disso que se traz aqui este diploma, é por causa disso que se insiste na separação entre mercadorias, ferramentas e trabalhadores e é por causa disso que se insiste que os trabalhadores não podem ser transportados e não devem ser transportados com caixas abertas.

A vossa proposta, a proposta que vem do Bloco de Esquerda, é bem-vinda neste sentido, porque de facto os trabalhadores devem estar cobertos, quer por questões de segurança, quer também por questões de dignidade e comodidade, portanto esse é um aspecto que a vossa proposta, de facto, enriquece o diploma e da parte do Governo e da parte do Grupo Parlamentar do Partido Socialista é claro que a consideramos como bem-vinda.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Jorge Macedo tem a palavra.

(*) **Deputado Jorge Macedo** *(PSD):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Trata-se efectivamente de um diploma, aquele que estamos a analisar, que apetece quase dizer que o óptimo é inimigo do bom e se nós todos conhecemos (todos nós sabemos e esta é a realidade do tecido empresarial que utiliza esse transporte nos Açores) que são pequenas empresas que fazem pequenos percursos, que o diploma obriga a uma velocidade limitada a 50 km por hora (os azares, os problemas podem existir sempre)…

Deputada Zuraida Soares *(BE):* Então não vale a pena fazer nada! É deixar tudo como está!

O Orador: … também gostaria de enfatizar o facto do histórico da sinistralidade dos Açores não incluir – pelo menos que seja do conhecimento público – este tipo de transporte que nós estamos aqui a discutir.

Mas refiro e volto a reforçar: o óptimo, neste caso, é inimigo do bom.

Perante isso, nós vamos (e antecipando as propostas de alteração do Bloco de Esquerda) votar na generalidade favoravelmente este diploma, sendo certo que relativamente à questão do tacógrafo nós não vamos dar o nosso acordo à vossa proposta de alteração, à proposta de alteração do Bloco de Esquerda, pelos motivos que já foram atrás referidos, em que o objectivo fundamental deste equipamento é, efectivamente, controlar os tempos de descanso dos condutores…

Deputada Zuraida Soares *(BE):* Ou é a velocidade, ou é o descanso!

O Orador: …sendo que a velocidade deverá ser controlada e fiscalizada pelas autoridades responsáveis pela matéria, neste caso, a Polícia de Segurança Pública.

Não tenho muito mais a dizer, portanto, Sr. Presidente, termino.

Obrigado.

Presidente: Não tenho inscrições neste momento, Sras. e Srs. Deputados.

Assim sendo, vamos passar à votação na generalidade deste diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: Na generalidade, o diploma foi aprovado com 24 votos a favor do PS, 12 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 2 abstenções do BE.

Presidente: Vamos entrar na especialidade.

Os artigos 1.º e 2.º do diploma não são objecto de qualquer proposta de alteração. Proponho à Câmara que os votemos em conjunto. Assim vamos fazer.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados com 25 votos a favor do PS, 12 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 2 abstenções do BE.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de eliminação para a alínea f), do artigo 3.º, apresentada pelo Partido Socialista.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração para o mesmo artigo 3.º, apresentada pelo Bloco de Esquerda.

(Aparte inaudível da Câmara)

Presidente: Por alíneas, muito bem.

Para a alínea b).

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: A alteração anunciada foi rejeitada com 25 votos contra do PS, 12 votos contra do PSD, 5 votos contra do CDS/PP, 1 voto contra do PPM, 2 votos a favor do BE e 1 voto a favor do PCP.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração para a alínea e).

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: A alteração anunciada foi rejeitada com 25 votos contra do PS, 12 votos contra do PSD, 5 votos contra do CDS/PP, 1 voto contra do PPM, 2 votos a favor do BE e 1 voto a favor do PCP.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de aditamento do Bloco de Esquerda para a alínea h).

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 3.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração para o n.º 4, do artigo 4.º, apresentada pelo BE.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi rejeitada com 25 votos contra do PS, 5 votos contra do CDS/PP, 1 voto contra do PPM, 12 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do BE e 1 voto a favor do PCP.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 4.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 25 votos a favor do PS, 12 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 2 abstenções do BE.

Presidente: Pergunto à Câmara se posso votar em bloco os artigos 5.º a 11.º, inclusive, da proposta, já que não são objecto de qualquer proposta de alteração. Não havendo oposição da Câmara, assim vamos fazer.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados com 25 votos a favor do PS, 12 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 2 abstenções do BE.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração advinda da Comissão de Economia e subscrita pelo PS para o artigo 12.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar o artigo 12.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de aditamento do artigo 12.º-A, proposta pelo PS.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração do BE para o artigo 13.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 25 votos contra do PS, 12 votos contra do PSD, 5 votos contra do CDS/PP, 1 voto contra do PPM, 2 votos a favor do BE e 1 voto a favor do PCP.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 13.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 25 votos a favor do PS, 12 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 2 abstenções do BE.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: Em votação final global, o diploma foi aprovado com 25 votos a favor do PS, 12 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 2 abstenções do BE.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Mário Moniz.

Deputado Mário Moniz *(BE):* Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Qualquer situação que enforme perigosidade não pode ser branqueada. Entendemos que não estão reunidas as condições mínimas para que pudéssemos dar o nosso apoio a este diploma.

O Bloco não se associa a qualquer iniciativa que vá neste sentido de desresponsabilização.

E na discussão economicista, estas condições nulas de segurança e obrigação de segurança mínima, nós sabemos onde nos posicionar, porque quando se trata da dignidade e da integridade física de pessoas nós estamos do lado da segurança máxima.

Muito obrigado.

Presidente: Creio não haver mais declarações de voto.

Assim sendo, Sras. e Srs. Deputados, passamos para uma proposta de deliberação: **A Mesa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores propõe que a Assembleia declare findo o período legislativo de Dezembro.**

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A proposta de deliberação apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, terminámos os nossos trabalhos.

Bom regresso a vossas casas.

Festas muito felizes, um excelente ano de 2012 e até sempre.

Muito obrigado. Boa tarde.

(Eram 17 horas e 03 minutos)

(*) Texto não revisto pelo Orador.

Deputados que faltaram à sessão:

Partido Socialista (PS)

Bárbara Pereira Torres de Medeiros **Chaves**

Joe Valadão Rego

Partido Social Democrata (PSD)

Aida Maria Melo Amaral Reis dos **Santos**

João Luís Bruto da Costa Machado da **Costa**

Mark Silveira **Marques**

Deputados que entraram durante a sessão:

Partido Socialista (PS)

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale **César**

Partido Social Democrata (PSD)

António Augusto Batista Soares **Marinho**

Partido Popular (CDS/PP)

Artur Manuel Leal de **Lima**

Pedro Miguel **Medina** Rodrigo Raposo

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços **Estêvão**

Correspondência

1 – Proposta de Lei:

Assunto: Estabelece o regime jurídico aplicável à prestação de serviços postais, em plena concorrência, no território nacional, bem como de serviços internacionais com origem ou destino em território nacional e transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2008/6/CE de PE e do Concelho, de 20 de Fevereiro de 2008– 171/IX n.º 35/2011

Autor: Gabinete da Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2011.12.13

Comissão: Política Geral

Data limite do parecer: 2012 – JANEIRO – 03.

2 – Projecto de Proposta de Lei:

Assunto: Que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atrasos – PCM –(MF) – Reg.PL 254/2011) n.º 175/IX
Autor: Gabinete da Presidência do Conselho de Ministros.
Data de Entrada: 2011.12.14
Comissão: Economia
Data limite do parecer: 2011 – DEZEMBRO – 23;

3 – Projecto de Decreto Legislativo Regional:

Assunto: Isenção de preenchimento e registo electrónico do Diário de Pesca - n.º 15/2011
Autor: PSD
Data de Entrada: 2011.12.14
Comissão: Economia
Data limite do parecer: 2012 – JANEIRO – 16;

4 – Projecto de Resolução:

Assunto: Medidas de Incentivo às boas práticas de integração da população com deficiência e incapacidade, assim como de ex-toxicodependentes em processo de reintegração - n.º 63/2011
Autor: BE
Data de Entrada: 2011.12.14
Comissão: Assuntos Sociais
Data limite do parecer: 2012 – JANEIRO – 16.

5 – Comunicações/Informações:

Assunto: Ofício a dar conhecimento das verificações internas de contas de gerência aprovadas e abaixo indicadas:

- VIC n.º 20/2011-FS/VIC/SRATC (Proc.º n.º 101/109.11) – "Fundo Escolar da Escola Básica Integrada da Vila do Topo";
- VIC. n.º 21/2011-FS/VIC/SRATC (Proc.º n.º 11/109.13) – "Escola Básica Secundária Tomás de Borba";
- VIC. n.º 23/2011-FS/VIC/SRATC (Proc.º n.º 11/109.19) – "Fundo Escolar da Básica e Secundária da Calheta";
- VIC. n.º 24/2011-FS/VIC/SRATC (Proc.º n.º 11/109.27) – "PRO-EMPREGO".

Proveniência: Tribunal de Contas

Data de Entrada: 2011.12.13

Referência: 04.01.06/1/IX;

Assunto: Moção de rejeição dos órgãos autárquicos da freguesia de Ginetes (Documento Verde da Reforma da Administração Local)

Proveniência: O Presidente da Junta de Freguesia dos Ginetes, João Paulo Arruda Medeiros

Data entrada: 2011– DEZEMBRO – 13;

Assunto: Ofício a remeter o Relatório de Actividades, referente ao ano de 2010

Proveniência: O Presidente da Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos CDA, António José Pimpão

Data entrada: 2011– DEZEMBRO – 13;

Assunto: Ofício a solicitar a substituição temporária por motivo relevante, com efeitos a 14 de Dezembro, por um período de 10 dias, nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 5.º do Decreto Legislativo Regional n.º 19/90/A, de 20 de Novembro

Proveniência: Alzira Maria Serpa Silva
Data entrada: 2011– DEZEMBRO – 14;

Assunto: Ofício a comunicar a incompatibilidade de funções, nos termos da alínea h) do n.º 1 do artigo 101.º do Estatuto Político-Administrativo da RAA e na alínea j) do artigo 22.º do Estatuto dos Deputados
Proveniência: Sandra Isabel Goulart Pereira da Costa
Data entrada: 2011– DEZEMBRO – 14;

Assunto: Ofício a comunicar que não está disponível para assumir o mandato de Deputado Regional, nos termos da alínea h) do n.º 1 do artigo 101.º do Estatuto Político-Administrativo da RAA e na alínea j) do artigo 22.º do Estatuto dos Deputados
Proveniência: Victor Rui Ramalho Bettencourt Dores
Data entrada: 2011– DEZEMBRO – 14;

Assunto: Ofício a comunicar que na sequência da substituição do mandato da Deputada Alzira Maria Serpa Silva, por um período de 10 dias, e da indisponibilidade, por incompatibilidade prevista na alínea j) do n.º 1 do artigo 22.º do Estatuto dos Deputados da ALRAA, dos candidatos Sandra Isabel Goulart Pereira da Costa e Victor Rui Ramalho Bettencourt Dores, essa vaga será preenchida pela Sra. Deputada Ana Paula Garcia de Lemos, com efeitos a 14 de Dezembro
Proveniência: O Presidente do Grupo Parlamentar do PS, Berto Messias
Data entrada: 2011– DEZEMBRO – 14;

Assunto: Ofício a dar conhecimento da exposição efectuada a Sua Excelência o Ministro das Finanças relativa à cobrança do IMT na RAA, em face das especificidades legislativas regionais em matéria de arrendamento rural
Proveniência: O Presidente da Direcção da Associação Agrícola da Ilha Terceira

Data entrada: 2011– DEZEMBRO – 14.

Pela Redatora, Ana Sofia Pereira da Silva Machado